



LUCIANO BOTELHO LIMA

Territorialização e (des)Territorialização das políticas públicas de reforma agrária nos
assentamentos do MST da região de Ribeirão Preto

São Paulo – SP

2023

LUCIANO BOTELHO LIMA

Territorialização e (des)Territorialização das políticas públicas de reforma agrária nos
assentamentos do MST da região de Ribeirão Preto

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Soberania alimentar, meio ambiente e saúde”.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silvia Aparecida de Sousa Fernandes.

São Paulo - SP

2023

L732 Lima, Luciano Botelho.
Territorialização e (des)territorialização das políticas públicas de reforma agrária nos assentamentos do MST da região de Ribeirão Preto / Luciano Botelho Lima. – São Paulo, 2023.
186 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Silvia Aparecida de Sousa Fernandes.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2023.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Reforma agrária – Brasil. 4. Reforma agrária – São Paulo (Estado).
I. Título.

CDD 301.35098161

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A pesquisa explora a formação dos assentamentos do MST em Ribeirão Preto, considerando o impacto das políticas públicas de reforma agrária. Analisa contradições e potenciais transformadores, com destaque para a agroecologia e soberania alimentar. Proporciona um diagnóstico histórico e reflexão sobre os efeitos no desenvolvimento territorial dos assentamentos.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research explores the formation of MST settlements in Ribeirão Preto, considering the impact of public policies on agrarian reform. It analyzes contradictions and transformative potentials, emphasizing agroecology and food sovereignty. Provides a historical diagnosis and reflection on the effects on the territorial development of settlements.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

Esta investigación explora la formación de los asentamientos del MST en Ribeirão Preto, considerando el impacto de las políticas públicas de reforma agraria. Analiza contradicciones y potenciales transformadores, destacando la agroecología y la soberanía alimentaria. Proporciona un diagnóstico histórico y reflexión sobre los efectos en el desarrollo territorial de los asentamientos..

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE LUCIANO BOTELHO LIMA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.

Aos 16 dias do mês de março do ano de 2023, às 16:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de LUCIANO BOTELHO LIMA, intitulada **Territorialização e (des)territorialização das políticas públicas de Reforma agrária nos assentamentos do MST da região de Ribeirão Preto.** A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof(a). Dr(a). SILVIA APARECIDA DE SOUSA FERNANDES (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Ciências Políticas e Econômicas / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, Profa. Dra. YAMILA GOLDFARB (Participação Virtual) do(a) . / Universidade Federal do ABC (UFABC), Prof. Dr. JOELSON GONÇALVES DE CARVALHO (Participação Virtual) do(a) Departamento de Ciências Sociais / Centro de Educação e Ciências Humanas / Universidade Federal de São Carlos. Após a exposição pela mestrandia e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: **APROVADO** _____. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "S. Fernandes", is written over the printed name of the exam committee president.

Prof(a). Dr(a). SILVIA APARECIDA DE SOUSA FERNANDES

Aos meus pais (in memoriam), Neusa Paviato Botelho Lima e Moacir Paulo Botelho Lima (Paulinho Carcaça), que sempre serão inspiração de vida e de luta.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço à minha companheira de vida, Lori Damaris, por todo apoio para me manter de pé diante do luto, me dando forças para continuar caminhando quando pensava em desistir.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que me formou enquanto militante, para poder construir instrumentos de luta, ocupando as cercas do conhecimento científico.

Ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe (TerritoriAL) por dar a oportunidade para que eu pudesse expressar a realidade dos territórios de assentamento, onde vivo e compartilho das aflições que as dificuldades causam as famílias camponesas, podendo analisar as políticas públicas num contexto histórico da luta e do cotidiano do meu assentamento e dos outros em que estou presente.

Ao companheiro Prof. Dr. Frederico Daia Firminiano, que ajudou na elaboração do projeto, e ao professor José Gilberto, que ajudou a formatar meus objetivos, que culminaram no projeto aprovado pelo TerritoriAL.

Agradeço especialmente, a Prof.^a Dra^a Silvia Fernandes, que promoveu uma orientação ímpar na dissertação, empenhando um trabalho de orientação coletiva que possibilitou não só a apropriação de conceitos da geografia, mas também a troca de conhecimentos entre os mestrados, que estavam em fases diferentes do mestrado.

A companheira Kelli Mafort, sempre uma inspiração como lutadora, que dedicou um tempo especial para auxiliar na pesquisa, sobretudo para que eu pudesse reafirmar a luta histórica do MST na região. E a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) que promoveu um momento necessário de avaliação dos trabalhos em formato de pré-qualificação.

Agradeço o Prof. Dr. Joelson de Carvalho e a Prof.^a Dr^a. Yamila Goldfarb, que foram fundamentais para as mudanças necessárias do trabalho, e contribuíram expressivamente na indicação das bases conceituais que estão presentes no texto, e auxiliaram na compreensão da realidade da pesquisa.

Aos professores e professoras do TerritoriAL, que foram importantes para minha formação, sobretudo em relação a conceitos, que foram utilizados na pesquisa.

Aos mestrandos da Turma Ana Primavesi, que demonstraram resistência e dedicação para a realização das pesquisas, mesmo diante das dificuldades enfrentadas pelo período de pandemia de Covid-19.

Às minhas irmãs, Renata e Ana Paula, que tem a mesma dedicação de vida à luta do MST, sobretudo na defesa da reforma agrária popular e da agroecologia.

Aos companheiros e companheiras do MST, camponeses sem-terra dos assentamentos que contribuíram na reflexão trazida para a pesquisa sobre a realidade dos territórios, compartilhando as experiências e dificuldades enfrentadas no cotidiano.

Eu quero o Brasil com tudo,
com saúde e educação.
Eu quero a liberdade,
pra toda população.
Um Brasil onde os sem-terra,
tenham um pedaço de chão.

Luiz Beltrame

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo analisar as dinâmicas da implementação das políticas públicas para reforma agrária nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região de Ribeirão Preto, interior do Estado de São Paulo, considerando os processos de disputas e lutas pela terra, na demanda e construção de ações e programas para os assentamentos dessa região. Analisando o movimento de luta pela terra expresso no processo de regionalização do MST, contrapondo-se ao agronegócio predominante na região. Ao analisar as políticas públicas para reforma agrária, identificar a (des) territorialização destas, seus impactos e contradições, como forma de criação de bases para processos que consolidam a soberania alimentar nos territórios de assentamentos, além de observar o desenvolvimento produtivo e sustentável por meio da agroecologia. A pesquisa pautou-se em análise documental, revisão da literatura sobre políticas da reforma agrária e entrevistas com assentados. Como se trata de pesquisa ação participante, a trajetória do pesquisador e o acompanhamento regular dos assentamentos estudados, foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Os resultados apontam as contradições na execução das políticas para reforma agrária, analisando seus impactos no desenvolvimento territorial dos assentamentos.

Palavras-chave: políticas públicas, territorialização, campesinato, agroecologia, soberania alimentar.

ABSTRACT

The research aims to analyze the dynamics of implementing public policies for agrarian reform in settlements of the Landless Rural Workers' Movement (MST) in the Ribeirão Preto region, located in the interior of the State of São Paulo, considering the processes of disputes and struggles for land in the demand and construction of actions and programs for settlements in this region. By analyzing the land struggle movement expressed in the MST's regionalization process, which opposes the predominant agribusiness in the region. The study examines public policies for agrarian reform to identify the (de) territorialization, its impacts and contradictions, as a way of creating the bases for processes that consolidate food sovereignty in settlement territories, as well as observing productive and sustainable development through agroecology. The research was based on document analysis, literature review on agrarian reform policies, and interviews with settlers. As a participatory action research, the researcher's trajectory and regular monitoring of the studied settlements were essential for the development of the research. The results point out the contradictions in the implementation of policies for agrarian reform, analyzing their impacts on the territorial development of settlements.

Keywords: public policies; territorialization, peasantry, agroecology, food sovereignty.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación es analizar la dinámica de implementación de las políticas públicas de reforma agraria en los asentamientos del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en la región de Ribeirão Preto, en el interior del estado de São Paulo. Analizando el movimiento de lucha por la tierra expresado en el proceso de regionalización del MST, en oposición al agronegocio que predomina en la región. Analizando las políticas públicas de reforma agraria, se identificó la (des)territorialización de estas políticas, sus impactos y contradicciones, como forma de crear bases para procesos que consoliden la soberanía alimentaria en los asentamientos, así como observar el desarrollo productivo y sostenible a través de la agroecología. La investigación se basó en análisis de documentos, revisión de literatura sobre políticas de reforma agraria y entrevistas con los asentados. Por tratarse de una investigación-acción participativa, la trayectoria del investigador y el monitoreo regular de los asentamientos estudiados fueron fundamentales para el desarrollo de la investigación. Los resultados apuntan a las contradicciones en la ejecución de las políticas de reforma agraria, analizando su impacto en el desarrollo territorial de los asentamientos

Palabras clave: políticas públicas; territorialización; campesinato; agroecología; soberanía alimentaria.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Imagem feita com Drone da Reserva Legal preservada do Assentamento Mario Lago.....	49
Figura 2 – Registro aéreo da Fazenda da Barra no ano de 2000.....	50
Figura 3 – Registro aéreo da Fazenda da Barra de 1984.....	51
Figura 4 – Imagem aérea da ocupação em 2004.....	52
Figura 5 – Foto do assentamento e ao fundo a cidade de Ribeirão Preto no ano de 2010.....	53
Figura 6 – Imagem estática de vídeo feito em 2020.....	54
Figura 7 – Imagem do Assentamento Sepé Tiarajú.....	55
Figura 8 – Imagem feita com Drone do Assentamento Mario Lago em 2017	56
Figura 9 – Curso de Agrofloresta no assentamento Mario Lago em 2017....	57
Figura 10 – Curso de Agrofloresta no assentamento Mario Lago em 2017...	57
Figura 11 – Mapa dos Núcleos de Base do Núcleo Mario Lago e dos outros, Santo Dias e Índio Galdino, que compõem o PDS da BARRA....	60
Figura 12 – Mapa do PDS Sepé Tiaraju e a divisão de núcleos.....	61
Figura 13 – Distância do lote 14 em relação aos outros lotes do assentamento.....	64
Figura 14 – Mapa do Assentamento Aparecida Segura e a divisão das glebas.....	65
Figura 15 – Entrega do PAA Doação Simultânea no município de Orlândia...	67
Figura 16 – Ilustração da relação das várias definições para região de Ribeirão Preto.....	69
Figura 17 – Mapa da Mesorregião de Ribeirão Preto (IBGE).....	71
Figura 18 – Mapa da região administrativa do INCRA São Paulo.....	74

Figura 19 – Mapa da Região administrativa do ITESP.....	74
Figura 20 – Mapa dos EDRs da CATI em relação a região de Ribeirão Preto.77	
Figura 21 – Mapa da Região Metropolitana de Ribeirão Preto.....	78
Figura 22 – Mapa e Macrozoneamento de Proteção do Aquífero Guarani....	79
Figura 23 – Mapa da CRSANS de Ribeirão Preto.....	81
Figura 24 – Registro da Pré -Conferência de Segurança Alimentar realizada no Assentamento Mario Lago pelo COMSEAN de Ribeirão Preto, 2021.....	82
Figura 25 – Mapa da Regional de Ribeirão Preto do MST.....	85
Figura 26 – Ilustração dos passos de implantação de assentamentos.....	95
Figura 27 – Reunião com os cooperados da COOPERARES para discussão sobre o projeto de agroindústria do Micro-Bacias II e sobre o crédito do FEAP.....	99
Gráfico 1 – Aumento do limite individual por agricultor familiar no PAA em comparação com o ajuste do salário mínimo.....	110
Gráfico 2 – Montante de recursos investidos pelo governo federal em compras do PAA, em todas as modalidades – Brasil e Grandes Regiões (2003-2018) (Em R\$ milhões).....	112
Gráfico 3 – Recursos do PAA para os Assentamentos do MST na região.....	116
Gráfico 4 – Famílias assentadas que foram beneficiadas pelo PAA na modalidade Doação Simultânea, nos assentamentos do MST da região de Ribeirão Preto.....	118
Quadro 1 – Ordem de classificação em Chamadas Públicas do PNAE.....	126
Figura 28 – Capacitação em agrofloresta para camponeses multiplicadores do Assentamento Mario Lago.....	139
Figura 29 – Reunião do Projeto Manejo Agroflorestal no Assentamento Mario Lago.....	140

Figura 30 – Registro da reunião realizada pela UNAESP no Assentamento “17 de Abril”	146
Figura 31 – Doação realizada na Comunidade da Paz no município de Ribeirão Preto, 2021.....	152
Figura 32 – Folder explicativo sobre o funcionamento do GCA Sepé Tiaraju, publicado nas redes sociais em 2020.....	164
Figura 33 – Imagem panorâmica da Feira do Produtor Rural com folder de divulgação, 2017.....	166
Figura 34 – Início da implantação da agrofloresta na Brigada Ana Primavesi pelos acampados do Acampamento Paulo Botelho, em uma área coletiva do PDS da Barra, em 2018.....	168
Figura 35 – Produtos dos assentados vinculados a Brigada Ana Primavesi, a serem entregues para o PAA em execução pela Associação AREDAFUS do Assentamento Aparecida Segura, 2022.....	169
Figura 36 – Atividade de mutirão agroflorestal do Coletivo CAJUS no Assentamento Sepé Tiaraju, 2019.....	171

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Assentamentos consolidados em áreas de hortos florestais em SP..	34
Tabela 2 – Número de famílias assentadas em cada divisão territorial.....	47
Tabela 3 – Assentamentos da região de Ribeirão Preto.....	75
Tabela 4 – Linhas de créditos iniciais para assentados.....	102
Tabela 5 – Modalidades do PAA.....	105
Tabela 6 – Recursos do PAA para os Assentamentos do MST na região.....	115
Tabela 7 – Famílias assentadas que foram beneficiadas pelo PAA na modalidade Doação Simultânea, nos assentamentos do MST da região de Ribeirão Preto.....	117
Tabela 8 – Critérios para Pontuação dos Projetos de Compra com Doação.....	118
Tabela 9 – Quantidade de produtos entregues por meio do PAA na região de Ribeirão Preto, 2010-2020.....	120
Tabela 10- Cooperativas e Associações proponentes do PAA na região de Ribeirão Preto e municípios beneficiados.....	121
Tabela 11- Cooperativas e associações que estão ativas e inativas nos assentamentos do MST na região de Ribeirão Preto.....	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR	Associações de Crédito e Assistência Rural
ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
APP	Áreas de preservação Permanente
APRODF	Associação de Produtores Rurais Dorcelina Foladora
AREDAFUS	Associação Regional Estadual do Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Urbana Sustentável
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Assistência Técnica e Extensão Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CDRU	Concessão de Direito Real de Uso
COMUNA	Cooperativa Orgânica Agroflorestal Comuna da Terra
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA-SP	Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo
CRSANS	Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentáveis
DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DCONP	Declaração de Conformidade ao PPAIS
DPRN	Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais
EDR	Escritórios Regionais de Desenvolvimento Rural
EMATER	Estruturas governamentais de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAEAP	Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista
FAF	Federação da Agricultura Familiar
FEPASA	Ferrovia Paulista S/A
FERAESP	Federação dos Empregados Assalariados Rurais
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNBIO	Fundo Brasileiro para Biodiversidade
GERA	Grupo Executivo da Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IBS	Instituto Biosistêmico
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MPSP	Ministério Público do Estado de São Paulo
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NB	Núcleo de Base
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDA	Plano de Desenvolvimento de Assentamento
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PDUI	Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado
PE	Projeto de Assentamento Estadual

PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PPAIS	Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social
PRA	Plano de Recuperação de Assentamento
PRC	Processo de Reprodução do Capital
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RFFSA	Rede Ferroviária Federal S.A.
SAF	Sistema Agroflorestal
SIBRATER	Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SPU	Secretária do Patrimônio da União
SUPRA	Superintendência de Política Agrária
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TD	Titulação de Domínio
UMM	União dos Movimentos de Moradia
UNAESP	União dos Assentamentos do Estado de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
2	FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS PELO MST NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO E SUAS TERRITORIALIDADES.....	26
2.1	Assentamentos estaduais em hortos: dinâmicas e especificidades do processo de conquista do Assentamento “17 de abril”	31
2.2	A formação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) a partir das novas determinações trazidas pelo MST à região de Ribeirão Preto.....	38
2.3	Conflitualidades na consolidação de projeto de assentamento: O caso do Assentamento Aparecida Segura (PA ORLÂNDIA)	61
3	REGIONALIZAÇÃO EM DISPUTA: DILEMAS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	68
3.1	As diversas regionalizações administrativas e normativas no mesmo espaço.....	70
3.2	A regionalização do MST e a redefinição do espaço na perspectiva da luta pela terra.....	83
4	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REFORMA AGRÁRIA: IMPACTOS E CONTRADIÇÕES.....	87
4.1	As bases para o desenvolvimento territorial: análise qualitativa da estruturação e investimento nos assentamentos.....	95
4.1.1	A questão da água.....	96
4.1.2	Como traçar caminhos com estradas intransitáveis?.....	100

4.1.3	Acesso a crédito e as formas de investimento.....	101
4.2	Políticas públicas de comercialização: PAA, PNAE e PPAIS.....	104
4.3	Assistência Técnica e Extensão Rural e o método Camponês a Camponês.....	129
5	TERRITORIALIZAÇÃO OU DESTERRITORIALIZAÇÃO: AS CONTRADIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS ASSENTAMENTOS DO MST NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO.....	141
5.1	Reflexos da crise política institucional e das mudanças de governo no desenvolvimento dos territórios.....	142
5.2	Os caminhos para soberania alimentar: a relação campo e cidade e o florescer de relações de consumo consciente e de solidariedade de classe.....	147
5.3	Ocupar a política pública, resistir como camponês e produzir agroecologia.....	154
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172
	REFERÊNCIAS.....	177

1 INTRODUÇÃO

O trabalho propõe abordar a política pública e sua complexidade relacionada as dinâmicas sócio territoriais dos assentamentos rurais, analisando o conjunto de diversos instrumentos e programas, e as relações dos sujeitos que constroem a luta pela terra, permitindo uma reflexão dos impactos da política pública de reforma agrária em relação às pessoas e organizações afetadas nas comunidades de assentamentos, bem como a participação popular da sociedade nestes processos e em todo o movimento histórico de formação destes territórios.

O estudo faz um recorte da região de Ribeirão Preto – SP, onde existem diversos assentamentos conquistados a partir da luta o MST em períodos históricos distintos, refletindo sobre os impactos das transformações institucionais, bem como o avanço das propostas do MST voltadas a agroecologia, na busca do desenvolvimento territorial destes assentamentos, que nas suas formações materiais históricas exprimem potenciais semelhantes.

Entre as décadas de 1980 e 1990, a região de Ribeirão Preto foi marcada por diversas greves de trabalhadores rurais, dentre elas a conhecida “Greve de Guariba”, que marcou a história recente da luta dos trabalhadores do campo evidenciando contradições na reprodução do capital, que em suas transformações fragilizavam ainda mais as relações de exploração do trabalho, motivando a luta pela terra.

Naquele momento, os sindicatos tinham um importante papel junto aos trabalhadores do campo e da cidade, antecipando um processo histórico de luta pela terra, que a partir de 1997 passou a ser protagonizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que fortaleceu a organização popular para as ocupações de terra na região.

Desde então o MST realiza a partir da luta pela terra um processo de territorialização na região, construindo experiências de assentamento, que vão desde áreas públicas, sejam estaduais, como é o caso do primeiro assentamento, o Projeto de Assentamento Estadual (PE) “17 de Abril” (Horto Boa Sorte), localizado no município de Restinga –SP, que se consolidou sobre uma área de Horto Florestal da antiga FEPASA e o último assentamento criado na região, PA Orlândia (Aparecida

Segura) que está em uma área da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Bem como atrelada a construção de experiências agroecológicas, a partir da criação de Projetos de Desenvolvimento Sustentáveis (PDS), como é o caso do PDS Sepé Tiaraju, situado entre os municípios de Serrana e Serra Azul e PDS da Barra, localizado em Ribeirão Preto, que se constroem com base na premissa da restauração do ecossistema destruído pelo agronegócio, este último PDS, se traduz numa conquista diretamente ligada à devastação ambiental da proprietária, que motivou a desapropriação da terra para fins de reforma agrária.

O MST constrói este processo de territorialização em constante disputa com a o agronegócio, que se constroem nas dinâmicas de recampesinização dos territórios, sendo a tarefa principal do trabalho explorar estas contradições que permeiam o movimento histórico da luta pela terra, e os processos de organicidade que promove o movimento e como se articulam estes processos a partir da intervenção das dinâmicas de execução das políticas públicas pelos órgãos ou demais atores que se vinculam a estes territórios com base na governança.

Pretende-se com a pesquisa, da qual resulta a dissertação, demonstrar uma análise da implementação das políticas públicas, além da consolidação formal de assentamento, de sua estruturação e políticas de desenvolvimento como, créditos iniciais e PRONAF, fomentos à agroindustrialização, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), Programa Microbacias I e II. Pretende ainda, analisar as mudanças políticas que afetaram estes programas.

Com uma abordagem, a respeito do papel da política pública articulada com as dinâmicas de organização do território, e como estas refletem o desenvolvimento da soberania alimentar a partir da agroecologia e das relações de comercialização e consumo consciente, entendendo os processos garantidores da conservação ambiental, que redesenham a paisagem como signo das conflitualidades da questão agrária regional.

Portanto, possibilitar uma visão dos aspectos de desenvolvimento territorial, com a premissa de avaliar o papel da política pública em buscar a afirmação da cultura campestre em conjunto com a agricultura de bases agroecológicas na região de estudo, e se de fato seus efeitos expressam esta busca, principalmente no que tange

a soberania alimentar.

Para isso, como forma de incorporar as discussões coletivas nos territórios, utilizou-se da metodologia da “pesquisa-ação participante”, pela relação do pesquisador como participe dos territórios, atuando diretamente nas problemáticas relacionadas as políticas públicas, ora tomando nota das discussões coletivas como também contribuindo para as discussões de soluções à partir das reflexões que propõe a pesquisa, intervindo no cotidiano e nas dimensões dos territórios.

A metodologia de pesquisa-ação participante norteou a análise das dinâmicas socio territoriais, sendo possível a partir de reuniões e da vivência do cotidiano dos territórios, construir reflexões dialógicas com os camponeses sobre os impactos das políticas públicas. Considera-se como pesquisa-ação participante, pois baseia-se na atuação deste pesquisador como participe do território, pois cresci no Assentamento “17 de Abril” e sempre estive inserido nas dinâmicas sociais dos assentamentos, seja como parte da organização política ou como técnico extensionista na entidade de assistência técnica que atuava nos assentamentos na execução da política pública, o que permite oferecer reflexões empíricas que se somam as discussões atuais da pesquisa dissertativa.

Com isso, o trabalho segue a seguinte linha argumentativa: Inicialmente apresenta a formação dos assentamentos do MST, trazendo um breve histórico da luta pela terra e o processo de territorialização do MST, apresentando características destes territórios aqui chamadas de territorialidades, e destacando aspectos ambientais e as transformações da paisagem como expressão das novas determinações regionais com a reforma agrária, possibilitando entender as várias regionalizações que afetam a política pública, e como se regionaliza o MST neste contexto. Seguindo, dedica-se a analisar algumas das políticas públicas, implementadas nestes territórios, fazendo uma discussão dos impactos e contradições de sua implementação nos territórios. Por último refletir sobre a (des) territorialização das políticas públicas, e se há dinâmicas que refletem a soberania alimentar destacando uma lógica de solidariedade, na relação campo e cidade, na perspectiva do fortalecimento da agricultura camponesa de base agroecológica.

Assim, o trabalho está organizado nas seguintes em seções:

2. Formação dos assentamentos rurais pelo MST na região de Ribeirão Preto

e suas territorialidades, em que é abordado o processo histórico da luta pela terra protagonizada pelo MST na região de Ribeirão Preto, tendo como referência a historicidade trazida por Borelli Filho e Souza (2013), com a perspectiva da luta trazida pelos sujeitos, o qual apresenta Firminiano (2009), demonstrando que a consolidação de um assentamento de reforma agrária é resultado de um processo histórico de luta, não só pela ocupação do território, como a articulação das forças políticas sob a ótica das determinações que o MST traz no seu modo de organização. Neste item, optou-se por dividir em três subseções, que ajudam a explicar o movimento histórico a partir da distinção das formas com que se implementam as políticas públicas, iniciando a abordagem sobre os assentamentos estaduais, com base na conquista do Assentamento “17 de Abril” em Restinga, e a peculiaridade relacionada a conquista de Hortos Florestais no Estado de São Paulo, que expressam uma distinção, em relação as políticas públicas, bem como nas determinações que o MST traz em sua luta na região, que ficam mais claras ao abordar na subseção 2.2 os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), que confluem para um avanço do debate agroecológico na perspectiva da reforma agrária popular. No subitem 2.3 é apresentado o Assentamento Aparecida Segura em Orlândia, que ilustra, os impactos das mudanças políticas institucionais no desenvolvimento territorial, em conjunto com as contradições na implantação do assentamento, resultando em debilidades estruturais e sociais, que também são apresentadas no PDS da Barra. Apresentando a discussão sobre territorialização, na perspectiva das disputas de poder sobre os territórios, que dialoga com a perspectiva da produção do espaço como território a partir da luta do MST na conquista dos assentamentos.

3. Regionalização em disputa e os dilemas na implementação das políticas públicas: Nesta seção, é apresentada a região de Ribeirão Preto, partindo do conceito defendido por Haesbaert (2010), da regionalização enquanto processo, em constante rearticulação, demonstrando a variabilidade de delimitações regionais na perspectiva das políticas públicas relacionadas aos territórios da pesquisa. Sucintamente, foram apresentadas as regiões administrativas como instrumento normativo de gestão e governança, e como se relacionam em relação à reforma agrária, elencando dimensões que expressam características hegemônicas, e em contraponto a produção de um espaço regional na perspectiva da luta pela terra, apresentando a regional do MST, como resultado de um processo de construção de uma organicidade

política e geográfica, subvertendo a sistemática convencional atrelada ao poder político. Com isso, apresenta-se a possibilidade da política pública na perspectiva de gestão com base na organicidade política dos sujeitos que constroem sua territorialização.

4. Políticas públicas para reforma agrária: impactos e contradições. Com base em Souza (2006) e Secchi (2013), é apresentado nessa seção as dinâmicas que definem a política pública, para mediar a apresentação da reforma agrária, como fato normativo, mas que se constrói com base na luta social, confrontando a visão enquanto política de Estado com a proposta do MST pautada na Reforma Agrária Popular. As subseções apresentam a implementação das políticas públicas desde a estruturação até as ações e programas relacionadas ao desenvolvimento dos territórios. Em relação a estruturação são abordadas algumas das debilidades em consequência da falta de água e das condições de infraestrutura precária nos assentamentos, e como isso reflete em problemas para organização socio produtiva dos territórios, reduzindo as condições necessárias para o desenvolvimento do território. Apresentam-se casos graves, como da contaminação da água no PDS da Barra e os prejuízos a atividade agroindustrial de uma cooperativa neste assentamento pela falta de tratamento da água. Na subseção 4.1.3, apresenta-se as formas de acesso a crédito disponíveis às famílias assentadas, demonstrando algumas características que podem gerar resultados produtivos ou o endividamento. Na subseção 4.2, são abordadas as políticas públicas de comercialização e suas problemáticas, com ênfase ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), aonde são apresentados dados da execução do programa nos assentamentos do MST na região de 2010 à 2020, como forma de demonstrar o potencial do programa, para organização coletiva e planejamento de cadeias produtivas, fazendo uma reflexão da sua importância em detrimento dos avanços e retrocessos, de gestão e orçamento por parte dos governos neste período. Na subseção 4.3, é apresentado um breve retrospecto histórico do processo de evolução da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), podendo trazer algumas reflexões empíricas sobre os impactos da atuação da ATER nos territórios, e como se constroem as dinâmicas na perspectiva institucional e na organização popular com base na metodologia camponês a camponês.

5. Territorialização ou desterritorialização: as contradições das políticas

públicas nos assentamentos do MST da região de Ribeirão Preto. A partir desta seção, apresenta-se uma discussão em relação as seções anteriores, para compreensão das transformações sócio territoriais, na perspectiva da atuação estatal em conjunto com as dinâmicas determinadas pela materialidade histórica do território, podendo refletir sobre as contradições desta relação, que resultam em um processo de (des)territorialização. Para isso, organiza-se em subseções, em que a 5.1, reserva-se a demonstrar os impactos das mudanças políticas e da crise institucional, na realidade do território, com ênfase ao golpe de 2016, sob a ótica do retrocesso dos programas e da paralização da reforma agrária no governo Bolsonaro. Analisando como a intencionalidade política de determinado governo cria uma série de contradições, como o caso do governo do Estado de São Paulo, aonde através de normativas enseja o arrefecimento da reforma agrária, numa perspectiva capitalista. Nas subseções seguintes, apresenta-se uma forma de construção de novas dinâmicas de organização popular na elaboração e na implementação de políticas públicas, que valorizam a identidade camponesa, para construção de cadeias produtivas que expressam a soberania alimentar, com base nas experiencias dos territórios, que conclui a dissertação demonstrando a materialidade das conquistas, que resultam de uma articulação entre os sujeitos constituídos de uma organicidade histórica de luta e a atuação do Estado imbuído de ferramentas que possibilitam a recampesinização dos territórios numa perspectiva agroecológica.

2 FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS PELO MST NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO E SUAS TERRITORIALIDADES

Neuza Botelho Lima, esposa e companheira de Paulinho Carcaça, relata que os sem-terra que passavam por Ribeirão Preto paravam em sua casa, como na marcha nacional ocorrida em 1997, quando ela e sua família acolheram militantes do movimento. Por essa razão, afirma que “a luta pela terra em Ribeirão Preto promovida pelo MST em fins da década de 1990 passa pela rua Eunice Ramos Faleiros, nº 80” (FIRMINIANO, 2009, p.75).

Ao narrar a trajetória da luta pelo MST, Firminiano (2009) destaca a importância dos sujeitos que auxiliaram na construção das bases territoriais do MST na região, que se iniciou a partir da articulação sindical, principalmente do Sindicato dos Correios, que constituiu internamente um Núcleo de Apoio a Reforma Agrária, importante para juntar outros apoios. O que já demonstrava uma importante característica da luta pela terra na região, a forte relação com organizações urbanas.

Desse modo, foi formado o Núcleo de Apoio à Reforma Agrária, no interior do Sindicato dos Correios, que contava com Paulinho Carcaça em seus quadros dirigentes, como uma frente que reunia outras entidades e organizações de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados – PSTU, setores progressistas da Igreja Católica, representados pelo padre Francisco Vannerom, conhecido como padre Chico, entre outros, para dialogar com os movimentos e sindicatos que estavam à frente das lutas travadas no espaço rural da região de Ribeirão Preto (FIRMINIANO, 2009, p.75).

Essas relações entre campo e cidade, principalmente em relação a trabalhadores urbanos e rurais precarizados, refletem o conjunto das linhas políticas do MST, oriunda de uma transformação das táticas e estratégias de luta para além da conquista da terra, projetando ações que permeiam a transformação da sociedade a partir da reforma agrária popular.

A Reforma Agrária Popular, consiste na construção popular em torno da luta pela terra, subvertendo a lógica normativa da reforma agrária constitucional para uma perspectiva de transformação social, sendo uma bandeira de luta do MST, aonde para além da conquista da terra é importante possibilitar um novo modo produtivo sustentável garantidor dos meios necessários à reprodução da vida, bem como na defesa de pautas sociais e populares, voltadas a superação do processo de acumulação e exploração capitalista, e de toda opressão que este processo causa a classe trabalhadora.

A luta popular, campo e cidade, garantiu o primeiro assentamento do MST na

região de Ribeirão Preto, com a ocupação em 31 de dezembro de 1997 de uma área pública de Horto Florestal voltada a produção de eucaliptos, para fabricação de dormentes, sob o domínio da Ferrovia Paulista S/A (FEPASA), que estava abandonada devido a substituição de linhas férreas e de dormentes de madeira por cimento, e que por pertencer ao Governo do Estado de São Paulo, consolida-se como único assentamento deste estudo que está vinculado à Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (ITESP).

O Projeto de Assentamento Estadual (PE), foi denominado de Assentamento “17 de Abril” em homenagem aos 19 sem terras mortos em Eldorado de Carajás, no Pará, massacre que ocorreu menos de dois anos antes da ocupação.

A conquista do horto florestal pelo MST contrasta com o processo de luta sindical que já era existente na região em torno dos hortos, mas a chegada do MST traz consigo outras determinações para a luta pela terra na região, havendo então um fortalecimento das articulações políticas e de mobilização que levaram em 1999 a uma ocupação no município de Matão, com pouco mais de 1200 famílias, denominado de Acampamento Dom Helder Câmara. Porém, após três meses de existência, por força de uma decisão judicial de reintegração de posse movida pela Usina Chimbó, as famílias foram obrigadas a sair da área, desmobilizando aquela luta e dispersando as famílias, ficando apenas pouco mais de uma centena, que realizou ocupações próximas a Barretos.

Não sendo possível estabelecer conquistas na região de Barretos, o MST ocupou em abril de 2000 a Fazenda Santa Clara, localizada entre os municípios de Serrana e Serra Azul, contando com famílias oriundas de Matão e Barretos, conquistando esta área onde foi consolidado o Assentamento Sepé Tiaraju, homologado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2004.

O Assentamento Sepé Tiaraju representa a materialização da construção de relações com a sociedade para além da luta pela terra, se expressando em uma conquista de caráter principalmente ambiental, com um projeto de assentamento voltado a produção agroecológica, possibilitando o estabelecimento de parcerias políticas, em torno da conservação ambiental e a produção de alimentos saudáveis.

A proposta do MST voltada a produção sustentável, levou a implementação da

modalidade deste assentamento, como um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), adaptado pelo INCRA, para atender as questões socioambientais que constituem o território.

Logo depois em agosto de 2003, também é realizada a ocupação da Fazenda da Barra, no município de Ribeirão Preto, com a mesma proposta voltada a produção de base agroecológica, constituindo o Acampamento Mario Lago, que viria a se consolidar em 2007 como PDS da Barra.

Por último, buscando reivindicar as áreas públicas pertencentes à extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), o MST em junho de 2007 ocupou uma faixa de terras no município de Orlândia, que estava em extremo processo de degradação ambiental perpetrado por um grileiro, vindo a se tornar um Projeto de Assentamento (PA) em 2013, sendo o assentamento mais fragilizado por conta da estagnação do processo de desenvolvimento do assentamento, que foi consolidado pelo INCRA como PA Orlândia, mas que é denominado pelos assentados como Assentamento Aparecida Segura.

Assim como o Assentamento Aparecida Segura e o Assentamento “17 de Abril”, cumpre citar, a realização de outros dois processos de lutas que demandam a implantação de assentamentos em áreas públicas pertencentes a já extinta RFFSA. Trata-se do, Acampamento Vanderlei Caixe, localizado no município de Sales de Oliveira, que reivindica desde 2011 uma área da antiga Estação Porangaba, e do recente acampamento Campo e Cidade Paulo Botelho, que surge de uma aliança entre MST e União Nacional dos Movimentos de Moradia (UMM), em uma área do município de Jardinópolis-SP, que já havia sido reivindicada em 2012 e voltou a ser ocupada em Abril de 2020. Neste caso, as famílias dos dois Acampamentos, permanecem em luta para conquista da terra, mas ainda sem a implantação ou avanços na negociação com o INCRA.

É preponderante ao longo da história na região a luta do MST por áreas públicas, mas sua trajetória também demonstra outras formas de conquista, como é o caso do PDS da Barra, havendo um processo de desapropriação movido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por não cumprimento da função social da propriedade.

Cabe citar, o processo de luta do Acampamento Alexandra Kolontai, que há 15

anos reivindica a Fazenda Martinópolis, no município de Serrana-SP, propriedade que está repleta de dívidas fiscais, e já foi adjudicada pelo Governo Estadual, mas ainda enfrenta entraves judiciais para a desapropriação. E o Acampamento Irmã Dorothy Stang, localizado no município de Restinga-SP, em uma faixa urbana sob o domínio da prefeitura municipal, em que conquistaram na justiça o direito de permanecer na área até que a Prefeitura ofereça uma outra área possível de ser construído um assentamento, e em paralelo o MST vem buscando negociar com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) áreas públicas que podem ser úteis à construção de um assentamento.

Para Fernandes (2012, n.p.), o processo de territorialização do MST acontece por meio da construção do espaço de socialização política. Nas periferias das cidades, as lideranças do setor de Frente de Massa realizam um trabalho de levantamento da realidade local. Procuram conhecer a questão agrária da região e a situação dos sem-terra, que na região está imbricada aos conflitos em torno da cultura canavieira. Com isso para Fernandes (1999) a territorialização é:

[...] um processo de conquista de frações do território pelo MST e outros movimentos sociais [...] nesse processo, a fração do território é conquistada na espacialização da luta, como resultado do trabalho de formação e organização do movimento. Assim, o território conquistado é trunfo e possibilidade de sua territorialização na espacialização da luta pela terra [...] a territorialização expressa concretamente o resultado das conquistas da luta e, ao mesmo tempo, apresenta novos desafios a superar. (FERNANDES, 1999, p. 241).

Esse processo de territorialização se dá a partir das ocupações de terra, que transformam as relações sociais na produção do espaço, na perspectiva de suas conflitualidades e disputas de poder.

As disputas territoriais são, portanto, de significação, das relações sociais e de controle dos diferentes tipos de território pelas classes sociais. O território, compreendido apenas como espaço de governança, é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados. O território compreendido pela diferencialidade pode ser utilizado para a compreensão das diversidades e das conflitualidades das disputas territoriais (FERNANDES, 2012, n.p.).

Fernandes (2012), propõe uma tipologia de territórios, no sentido de analisar as dimensões do conceito, com a finalidade de compreender outros territórios para além do que se expressa no espaço de governança.

Essa compreensão, traz a possibilidade de traçar diferenças na geograficidade dos processos de luta do MST na região, e o que se propõe no trabalho é utilizar as bases conceituais, da territorialização como resultado das disputas de poder, como base na governança da implementação das políticas públicas e relações organizativas, como também na perspectiva do MST e na compreensão dos sujeitos, que se traduz nas relações materiais de luta, que produzem esta territorialização, ora discutindo isso ora baseando-se na espacialização como produção das relações regionais. Afinal é o sujeito que produz o espaço, e a conflitualidade produz o território para o sujeito, e o que é isso, se não a própria contradição base da luta de classes.

Tanto a espacialização quanto a territorialização, são resultado das relações sociais que constituem a luta pela terra, que de qualquer forma redefinem o espaço.

Produzida a universalidade, volta-se aos aspectos específicos dos objetos individuais, de modo a isolar-se agora o que é peculiar, produzindo-se assim a singularidade. A conjunção[*sic.*] da universalidade e da singularidade no objeto leva a particularidade, entendida como a síntese dialética do universal e do singular, e assim como unidade contraditória. Tal é o modo possível de produzir-se um conceito dialético de região, lugar ou territorialidade, substantivando o método da geografia referenciado num modo de relação que vai do marxismo à geografia, não o contrário, mas sem que precisem dissolver-se reciprocamente um e outro, e um no outro, o olhar de um e o olhar do outro sendo assimilados e ao mesmo tempo mantidos (MOREIRA, 2004, p. 31).

Neste sentido, o que se propõem é compreender no decorrer da pesquisa, a partir da trajetória apresentada, a territorialização como processo contínuo e dialético, E se o papel das políticas públicas em torno deste processo, exercem a intervenção com base nas relações sociais historicamente construída ou se estabelece com dinâmicas próprias com base na governança promovendo dinâmicas de dominação?

A respostas para a questão acima podem ser afirmativas ou negativas, pois a historicidade da luta do MST e a implementação de políticas públicas, expressam contradições e conflitualidades. Esta pesquisa pretende dialogar com alguns aspectos de toda a complexidade da realidade da luta pela terra no Brasil, entendendo as políticas públicas indissociáveis das dinâmicas das relações sociais, logo podem ser mobilizadoras de um processo de territorialização, como também podem acirrar contradições, submetendo as relações territoriais construídas pelo MST às mesmas relações de dominação que deveriam ser superadas pelo processo de luta.

Dito de outro modo, a complexidade que cria e tenta entender a pesquisa, é

que para compreender as políticas públicas de reforma agrária, é preciso compreender as relações multidimensionais, que as constituem e as que resultam de sua implementação, por isso o conceito de territorialização assume o papel de determinar as disputas de poder, por políticas públicas inseridas nestas disputas, assumindo a historicidade da luta e organicidade do MST e as determinações do espaço regional, bem como as conflitualidades que determinam a implementação destas políticas públicas numa perspectiva territorial, seja na perspectiva da governança ou na luta histórica dos sujeitos que constroem o território.

Neste sentido, a territorialização das políticas públicas, se expressa nas dinâmicas que possibilitem a participação territorial na sua construção, bem como a sua implementação estar atrelada as dinâmicas socioterritoriais, rompendo com a lógica verticalizada de como é tratada a política pública pelo Estado, respeitando a trajetória do MST na formação dos territórios e suas determinações históricas e materiais, que se consolidam não só pela ocupação do espaço geográfico, mas também do espaço de construção e implementação das políticas públicas.

2.1 Assentamentos estaduais em hortos: dinâmicas e especificidades do processo de conquista do Assentamento “17 de abril”

O Assentamento “17 de abril” foi a primeira conquista do MST na região, localizado no município de Restinga - SP próximo à Franca, foi o percussor da organização da regional do MST de Ribeirão Preto, com uma área de 2979,07 ha é o maior assentamento do MST nesta região. Estão assentadas 159 famílias, que ocuparam na virada do 31/12/1997 para o dia 01/01/1998 o Horto Florestal Boa Sorte, em uma área tomada por eucaliptos que eram utilizados na fabricação de dormentes para as linhas férreas, de propriedade da FEPASA.

A luta por esta área se deu a partir de uma aliança do MST com sindicatos da região, principalmente o Sindicato dos Sapateiros de Franca, que auxiliou inclusive no trabalho de base para massificação daquela luta na região de Franca, com o apoio político massivo do Sindicato dos Correios de Ribeirão Preto. Importante dizer que a juventude do MST a época teve um papel fundamental nos primeiros passos de consolidação do MST na região.

O movimento conseguiu arregimentar cerca de 200 famílias para essa ocupação em razão de uma forte onda de desemprego que se abateu sobre o município de Franca na segunda metade da década de 1990, sendo significativo neste trabalho de base (processo de mobilização) a participação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Calçados e Vestuários de Franca e Região, que, conjuntamente, com o MST, realizaram o cadastramento das famílias.(BORELLI FILHO; SOUZA, 2013, p. 52).

Num primeiro momento as famílias ficaram concentradas na área onde existia uma antiga Estação Ferroviária em uma Colônia de moradias rudimentares, e ali se organizaram para reivindicar a área junto ao Governo do Estado de São Paulo, que tinha Mario Covas como governador, este que em primeiro momento não foi amistoso em relação a reivindicação de transformar a área em assentamento de reforma agrária. Não só pela madeira que seria extraída da plantação de eucaliptos que estavam presentes em toda sua extensão, mas também pela especulação que poderia decorrer, por ser uma área extremamente produtiva, com solo fértil e com acesso facilitado a água e sistema de transporte rodoviário.

No entanto, mesmo depois de enviar quase um batalhão de policiais militares no fim da madrugada, equipados com todos os equipamentos de repressão, não foi o suficiente para fazer as famílias desistirem. As famílias enfrentaram todo aquele poderio militar de frente, formando uma barreira de pessoas munidas de seu sonho de conquistar a terra, impedindo o avanço da polícia ao mesmo tempo em que ocorriam as articulações políticas para garantir a permanência das famílias naquela terra pública, que pertencia ao povo.

O conflito forja a conquista, e depois daquele momento já foram sendo construídas as bases para consolidação do assentamento, que ocorreu oficialmente em outubro de 1998, constituindo-se como um assentamento estadual denominado PE Boa Sorte “17 de Abril”. Ainda assim persistia a problemática da madeira, tendo em vista que todo o assentamento estava tomado pela plantação de eucalipto, que pertencia ao Estado de São Paulo, e seria o motivador de diversos conflitos internos no assentamento.

Para solucionar a questão da extração de madeira, foi realizado um leilão entre madeireiras, do qual a que fosse vitoriosa se responsabilizaria pela extração dos eucaliptos, isso gerou conflitos entre os assentados pois muitos acreditavam que os eucaliptos deveriam se reverter em recursos para construir toda a infraestrutura do

assentamento e apoiar o investimento produtivo, já que teriam que iniciar a produção agrícola assim que fossem delimitados os lotes após a retirada dos eucaliptos. Outro problema enfrentado pelos assentados foi a extração clandestina da madeira por madeireiros ilegais, que travaram conflitos constantes com o MST.

Em meio a todos esses conflitos, também ocorreram divergências em relação à condução política do processo de conquista e consolidação do assentamento, levando a uma ruptura entre os coordenadores, o que causou uma divisão do assentamento entre o MST e o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST).

O MLST após um processo de formação e luta em algumas regiões do Brasil, foi fundado em 1997 (VALE, 2011), intervindo no assentamento Boa Sorte “17 de Abril” por meio de alguns militantes que eram do MST, mas após divergências buscaram o apoio do MLST que estava a época organizado no Triângulo Mineiro. Arregimentando algumas famílias que também discordavam das diretrizes políticas do MST, culminando na criação de duas Agrovilas e uma divisão territorial do assentamento, onde a “parte de cima”¹ seria conduzida pelo MST e a outra parte pelo MLST.

No entanto, mesmo com tal divisão política, todas as demandas do assentamento sempre foram construídas em conjunto, independente das divergências de linhas políticas dos dois movimentos, que coexistem de maneira pacífica na área, o que facilitou o processo chamado de Mesa de Seleção, que é o processo coordenado pelo ITESP, para selecionar as famílias aptas a ocuparem um lote e se tornarem assentadas.

O ato de seleção das famílias ocorreu no barracão onde eram realizadas as reuniões e também servia inicialmente para depositar as sacas de arroz, pois desde seu início o assentamento já se consolidava com um grande produtor de arroz na região, inclusive conquistando pouco tempo depois através de projeto uma máquina para o beneficiamento do produto.

Superadas as problemáticas internas em decorrência da extração de madeira, passou-se a construção do projeto de assentamento, com duas Agrovilas e Lotes de Campo, destinando a cada assentado um lote menor na agrovila e um lote de campo maior, um formato pensado para facilitar a implementação das infraestruturas básicas

1 A parte de cima, refere-se a agrovila que está mais próxima da entrada do Assentamento através da Rodovia Candido Portinari, próximo a Restinga.

em agrovila, garantindo a proximidade das famílias assentadas ao tempo que os lotes maiores ficassem a disposição da produção de lavoura ou pecuária.

Importante dizer que o Assentamento “17 de Abril” expressa um processo histórico de formação distinto dos demais assentamentos deste estudo no que concerne as dinâmicas de territorialização da luta e de implementação de políticas públicas, sobretudo por se tratar de uma luta pela conquista de um horto florestal que pertencia à FEPASA S/A, o que insere o processo num conjunto de forças políticas organizada em nível estadual para reivindicação dos hortos florestais. Outro elemento que o diferencia dos outros territórios analisados nesta pesquisa, é o fato de estar sob a “gestão” do ITESP, que coordena as ações de implementação de políticas públicas para reforma agrária em planejamento próprio de gestão de assentamentos vinculada ao Governo do Estado de São Paulo, mesmo que as ações do governo federal também influenciem na organização produtiva do assentamento, através de ações amplas ou direcionadas aos assentados de reforma agrária em geral.

Em relação ao fato de o assentamento ter sido um Horto Florestal, o insere em uma luta maior que levou a conquista de outros assentamentos que também eram hortos, sobretudo na região de Ribeirão Preto, como é o caso do Assentamento Horto Guarani localizado no município de Pradópolis-SP, Assentamento Córrego Rico localizado no município de Jaboticabal-SP, Assentamento Reage Brasil localizado no município de Bebedouro, Assentamento Ibitiúva localizado no município de Pitangueiras-SP, Assentamento Horto Sylvania no município de Matão-SP, Assentamento Horto Bueno de Andrada no município de Araraquara-SP, e dos Assentamentos Hortos Monte Alegre 1,2,3,4,5 e 6, nos municípios de Motuca e Araraquara, além dos demais hortos conquistados no Estado, como apresentado na tabela a seguir:

Tabela 1 – Assentamentos consolidados em áreas de hortos florestais em SP

	Assentamento	Localidade	Ano	Nº lotes	Área (ha)
1	Sumaré 1	Sumaré	fev./84	26	237,58
2	Sumaré 2	Sumaré	ago./85	39	179,59
3	Araras I	Araras	set./84	6	82,73
4	Araras II	Araras	set./84	14	208,99
5	Camaquã	Ipeúna	jan./98	47	1.372,41
6	Cordeirópolis	Cordeirópolis	ago./98	21	261,76

7	Vergel	Mogi Mirim	set/98	90	1.217,81
8	Guarani	Pradópolis	out/98	274	4.190,22
9	Reage Brasil	Bebedouro	out/98	84	1.296,30
10	Boa Sorte (17 de Abril)	Restinga	out/98	159	2.979,07
11	Córrego Rico	Jaboticabal	out/98	47	468,08
12	Ibitiúva	Pitangueiras	dez/98	43	725,01
13	Bela Vista	Iperó	1999	31	887,88
14	Terra Nossa	Pederneiras	2005	344	5.197,66
15	Horto Bueno de Andrade	Araraquara	95/98	31	535,75
16	Horto Silvania	Matão	98	19	405,4
17	Horto Monte Alegre 1	Motuca	85	49	726
18	Horto Monte Alegre 2	Motuca	85	62	857,7
19	Horto Monte Alegre 3	Araraquara	85/86	76	1.099,56
20	Horto Monte Alegre 4	Motuca	95/98	49	673,35
21	Horto Monte Alegre 5	Motuca	91	34	483,76
22	Horto Monte Alegre 6	Araraquara	97	96	1.253,94

Fonte: Itesp (2010) apud Albuquerque (2011, p.14)

Na região, dentre os hortos conquistados e consolidados como Projetos de Assentamento Estaduais (PE), apenas o Assentamento “17 de Abril” se constitui como um território do MST, enquanto os outros, mesmo com certa influência do MST no processo de luta, foram construídos a partir da organização sindical, representada principalmente pela Federação dos Empregados Assalariados Rurais (FERAESP). Esta característica histórica se evidencia na organização política dos Hortos, necessária para mobilizar pautas em comum dos hortos, mas que também criam diversas disputas internas e externas, pois, para Albuquerque (2011) não há uma unidade organizativa, são vários movimentos e sindicatos, ligados à CUT, a agricultura familiar, com disputas sindicais, muito focadas na lógica governamental.

Mesmo havendo uma pluralidade de movimentos e organizações na luta pelos hortos, foi formada uma Comissão destes logo depois da conquista do Horto Vergel em 1998, denominada de Comissão dos Hortos, com o objetivo de organizar as pautas em conjunto, para somar forças nas reivindicações junto ao Estado de São Paulo, sendo discutido principalmente a federalização das áreas dos hortos, que consiste na transferência dos assentamentos estaduais para o governo federal, que permeou por muito tempo as discussões desta comissão.

A federalização, agilizará estes processos. As políticas viriam de forma mais direta, assim como as reivindicações, daí a importância de conscientizar as famílias. Para tanto, foi montada a comissão de negociação dos hortos, com as seguintes entidades: Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) Federação da Agricultura Familiar (FAF), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Organização das Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (OMAUESP) e MLST-Movimento de Libertação dos Sem Terra. Estas organizações, representam as famílias assentadas nos hortos florestais. (depoimento de N. B., representante da Comissão dos Hortos, em julho de 2011 apud ALBUQUERQUE 2011, p. 32).

A Comissão dos Hortos, possibilitou a garantia de implementação de diversas políticas públicas nos assentamentos, através de negociações conjuntas com o Governo do Estado de São Paulo, o que garantiu acesso a créditos como o do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), além do planejamento estratégico da atuação dos técnicos do ITESP para garantia não somente da gestão administrativa dos assentamentos, mas também da garantia da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), exercida pelos próprios funcionários públicos do Estado de São Paulo, além por óbvio da consecução dos programas construídos pelo governo federal, como exemplo o de habitação rural, e também acesso aos créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), bem como demais apoios, como o Apoio Mulher, uma das modalidades de crédito que tem subsidio do governo federal, liberado através do INCRA, além das diversas políticas de comercialização.

Essa inserção do assentamento 17 de Abril em uma articulação específica no contexto do Estado de São Paulo, é uma das características que expressam sua peculiaridade, e por ser a primeira experiência de assentamento na região de Ribeirão Preto, sofre influências de dinâmicas distintas das que viriam a ser construídas nos assentamentos posteriores. Essa diferença, fica evidente por exemplo, em relação a proporcionalidade de terras que foram destinadas a cada família, chegando em média a 13 ha, mas não só isso a própria governança exercida pelo ITESP já faz o território destoar em relação as dinâmicas de implementação de políticas públicas.

Essas características se refletem inclusive na matriz produtiva do assentamento, que está mais focada na criação de bovinos para produção de leite e produção de lavouras, como inicialmente o arroz, feijão, mandioca, entre outros e atualmente a produção de café, chegando a ter 1 milhão de pés de café (SÃO PAULO, 2020). Mesmo que ainda tenha uma diversidade de frutas e hortaliças destinadas aos programas de aquisição de alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação

Escolar (PNAE) e ao Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), a cultura do café e atualmente a soja, se destacam ao lado criação de bovinos no assentamento.

No entanto, o processo de formação de assentamentos estaduais, na perspectiva da atuação Estatal, reproduz uma lógica de arrefecimento da luta e dos processos organizativos construídos com a perspectiva de recampesinizar o território.

[...] os grupos sociais ao longo da história estabelecem entre ligações das mais diversas e criam uma identidade que passa a constituir um espaço, assim apropriando-se de um território. Ao constituir o assentamento, os camponeses sem-terra constroem uma nova concepção de espaço criando uma identidade de culturas; processos de organização, produção, lazer; novas relações com o mundo, entre as pessoas e com a própria luta. Trata-se, portanto, de olhar para este assentamento como um movimento sociocultural que se institucionaliza na trajetória de constituição de sua própria identidade. As pessoas que hoje são assentadas, num primeiro momento, passaram por um processo de desterritorialização, perdem parte de sua identidade, enquanto pequenos proprietários, arrendatários ou trabalhadores empregados. Trazem consigo sua cultura anterior, passando agora pela construção de uma nova identidade, uma nova territorialidade a partir da organização do assentamento (SILVIA; SOUZA, 2008, p.152).

Como mencionado nesta seção, antes da chegada do MST na região, já existiam assentamentos estaduais, criados em áreas de hortos florestais, tais como o “17 de Abril”, que se constituíram em bases diferentes de formação da consciência dos sujeitos que reivindicavam o território, a maioria organizados por meio da FERAESP, cujo o objetivo residia na conquista da terra, e não em um processo de transformação social e de resgate da identidade camponesa, que estão intrinsicamente nas linhas que dimensionam a luta do MST.

Essa lógica, abre espaço para diversas contradições que emanam inclusive da instrumentalização da política pública pelo Governo do Estado de São Paulo, através da normatização do arrendamento rural e da “venda de lotes”, que é o caso das Portarias do ITESP nº 50 e 77 de 2004. A Portaria nº 77 disciplina o plantio de culturas para fins de processamento industrial em projetos de assentamentos estaduais, possibilitando o arrendamento do lote para a produção de cana-de-açúcar que é a cultura majoritariamente presente nos contratos dos assentamentos estaduais (BELLACOSA; HOFFMANN, 2010, p.113), principalmente na região de Ribeirão Preto, e a Portaria do ITESP nº 50, estabelece procedimentos para desistência de lotes em assentamentos estaduais, mas na prática legaliza a venda de lotes da reforma agrária, aonde o assentado é indenizado pelas benfeitorias avaliadas pelo

ITESP a partir da sua desistência. Por mais que não se caracterize pela venda da terra nua, que pertence ao Estado, impinge à terra o aspecto de mercadoria, já que uma família em vulnerabilidade, dificilmente conseguirá adquirir um lote por esta via, fazendo com que volte a se tornar novamente objeto de acumulação capitalista.

Apesar de o Assentamento “17 de Abril” demonstrar-se relativamente resistente ao plantio de cana-de-açúcar, possibilitada pela Portaria do ITESP nº 77/2004, não conseguiu livrar-se dos impactos da Portaria do ITESP nº 50/2004, pois, por diversos fatores, tais como idade e problemas de saúde, ou por dificuldades financeiras, muitos assentados desistiram do lote, o que trouxe uma parcial reconfiguração das relações sociais, que refletem atualmente na dificuldade de organicidade do assentamento.

É importante ressaltar, que mesmo havendo algumas dificuldades em relação a se construir uma organicidade, a contribuição das dinâmicas de formação dos sujeitos empenhada pelo MST, garantem uma identidade por parte dos assentados, já que a maioria das famílias assentadas se identifica como parte de um movimento, seja o MST ou MLST, como bem identificou Silva e Souza (2008), demonstrando certo grau de consciência dos assentados em relação a luta e com a necessidade de organização, que cotidianamente está sujeita a uma forte pressão da perspectiva do agronegócio, que é empenhada muitas vezes pelo próprio governo, seja por um fato normativo citado ou pela agenda política e ideológica.

Essa constância da conflitualidade, das determinações da luta pela terra na região trazida pelo MST e as dinâmicas de perpetuação de interesses capitalistas, sobretudo do agronegócio local, influenciam na agenda do governo, que condiciona os instrumentos de gestão da reforma agrária impressos na estrutura do ITESP para a promoção dos interesses mais alinhados, seja com ações normativas como as portarias ou por omissão diante da demanda produtiva, que fragiliza os assentados a ponto de cederem para incorporação do agronegócio pelo arrendamento, como é o caso recente da soja, ou que leva a desistência em relação ao lote.

2.2 A formação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) a partir das novas determinações trazidas pelo MST à região de Ribeirão Preto

À medida que o MST se territorializa na região de Ribeirão Preto, são

construídos processos de articulação política na construção de uma organização de sujeitos no espaço, evoluindo as dinâmicas de produção deste espaço com base nas transformações históricas dos objetivos ou linhas políticas de atuação do movimento, que extrapolam a luta pela terra.

O resultado deste processo, evolui para uma perspectiva ambiental e de produção agroecológica, que foram essenciais na conquista dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Sepé Tiaraju e o da Barra. Esses assentamentos representam dois territórios que mais expressam a territorialização do MST atrelada com uma dinâmica genuína de organicidade. Para explicar este processo, será abordada de forma cronológica a formação do território em contraste com as suas territorialidades, com a finalidade de demonstrar as dimensões históricas destas conquistas.

Partindo do Assentamento Sepé Tiaraju, que é um território pioneiro na região a pautar a agroecologia como norteadora da produção agrícola, assim como o Assentamento Mario Lago, se estabelece em princípios ambientais, havendo inclusive em ambos os casos a intervenção do Ministério Público do Estado de São Paulo para elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC em ambos os territórios. Até mesmo ao abordar a implementação das políticas públicas para reforma agrária mais à frente, ambos os assentamentos tiveram quase que o mesmo nível de intervenção em seu processo de desenvolvimento, o que leva a um estudo dos impactos destas dimensões de forma indissociável no tempo e espaço.

No entanto, por mais que o assentamento Sepé Tiaraju e o Assentamento Mario Lago expressem algumas semelhanças no processo de criação de assentamento, é importante dizer que o processo de luta pela terra e de conquista da terra, apresentam algumas distinções.

Em contraste com a ocupação do Assentamento “17 de Abril” em Restinga, os sujeitos sem-terra que realizaram a ocupação da Fazenda Santa Clara, localizada entre os municípios de Serrana e Serra Azul, que resultou no PDS Sepé Tiaraju, vieram em grande parte de outras ocupações do próprio MST, que construíram o Acampamento Sepé Tiaraju, assim denominado em homenagem ao Líder Indígena Guarani que lutou contra a invasão Portuguesa na região Sul do país. Aqui fazemos um aporte, considerando ser um nome bastante apropriado para um território que assumiria a vanguarda do contraponto à expansão do agronegócio sobre áreas que

deveriam ser protegidas por sua importância ambiental. A Fazenda Santa Clara, marcada pela degradação ambiental e exploração da cana-de-açúcar, tem relevo acidentado, onde se encontra a formação de morros residuais (mares de morros), cujas vertentes, deveriam ser protegidas.

Importante mencionar que Aziz Ab'Saber (2003) caracteriza a região de Ribeirão Preto como área de transição entre o domínio fitogeográfico Mares de Morros e Cerrado, o que vai estar presente na paisagem dos dois PDS analisados nesta seção.

Portanto, os sujeitos que levantaram a bandeira do MST de luta pela terra, já carregavam também a vontade de trazer vida novamente àquele solo, para transformar a paisagem tomada pelo monocultivo, munidos de esperança e carregando as experiências que os moldaram nessa caminhada, de diversas ocupações da região e de outras regiões.

A trajetória de lutas desencadeada pelo movimento no município de Restinga, em 1998, passa por Matão (1999) e, posteriormente, desloca-se para Barretos, ícone da produção pecuária e da modernidade do rodeio "esportivo", que consolida um amálgama ideológico entre modo de vida e padrão fundiário de ocupação territorial. Chega finalmente à área de influência da "Capital Brasileira do Agronegócio", no dia 17 abril de 2000, o denominado *Abril Vermelho*, com a ocupação da Fazenda Santa Clara, localizada entre os municípios de Serrana e Serra Azul, a cerca de 20 km da sede econômico-administrativa dessa região, Ribeirão Preto, e mais propriamente no município, com a ocupação da antiga Fazenda da Barra, considerada o maior latifúndio improdutivo dessa região, no dia 3 de agosto de 2003. (BORELLI FILHO, SOUZA, 2013, p.55).

Após a conquista do Assentamento "17 de Abril", o MST protagonizou uma das suas maiores ocupações de terra na região, quando ocupou em 18/12/1999 a Fazenda Bocaina, sede da Usina Chimbó, no município de Matão. Mesmo ficando por apenas três meses, foi possível ensejar uma genuína experiência de organicidade e formação, no denominado Acampamento Dom Helder Câmara, que também foi construído com a articulação de diversos atores regionais como, sindicatos, igreja católica e poder público. A então prefeita do município de Jaboticabal Maria Carlota Niero Rocha e o então prefeito do município de Matão-SP Adalto Scardoelli, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT) auxiliaram em toda a infraestrutura básica, além da criação de uma extensão da Escola Municipal Adelino Bordignon no acampamento. O acampamento já projetava as bases da organicidade do MST na região, sofrendo reintegração de posse em pouco mais de três meses, e no seu curto período de

existência já demonstrava a potencialidade da luta pela terra sob novas determinações que propunham um enfrentamento direto ao agronegócio e a transformação social como resultado de novas relações sociais resultante da experiência.

Após a desocupação, das 1200 famílias do acampamento Dom Helder Câmara no município de Matão-SP, restaram 122 famílias que permaneceram junto ao MST, e ocuparam a Fazenda Santa Avóia, localizada no município de Barretos-SP, ocorrendo também uma ocupação no município de Colina/SP no mesmo período. Uma parte das famílias se desvincularam do MST permanecendo no local e outra parte protagonizaram a ocupação da Fazenda Santa Clara, nos municípios de Serrana e Serra Azul, em 17 de abril de 2000.

Sendo este momento um marco da ampliação das articulações do MST na região, que deixa de estar concentrado na região de Franca, para construir aliados importantes da sociedade civil organizada do município de Ribeirão Preto, travando um enfrentamento direto aos usineiros e latifundiários da região.

A ocupação da Fazenda Santa Clara durou cerca de 20 dias, sendo interrompida por uma liminar de reintegração de posse movida pelo Estado de São Paulo, levando as famílias a ficarem no chamado Sitinho, uma área de recuo cedida ao MST para abrigar as famílias, que voltariam a sofrer pela ofensiva dos Usineiros, que estavam articulados com o governo do Estado, e pressionavam para realização de um leilão da área, a fim de evitar a conquista da Fazenda pelas famílias. Com esta ação dos latifundiários, a reação do movimento e das famílias, foi voltar a ocupar a Fazenda no final de 2002, sendo a última ocupação até a oficialização do assentamento em 2004, quando o INCRA fez a aquisição da área (LOPES et al., 2015).

O Assentamento Sepé Tiaraju, foi consolidado em 20/09/2004 como um Projeto de Desenvolvimento Sustentável, o primeiro neste formato de assentamento na região de Ribeirão Preto. Como uma forma de adequar a proposta agroecológica e de comuna da terra² do MST às possibilidades da normativa do INCRA, garantiu-se assim a prevalência dos princípios de conservação ambiental no processo de

² Os aspectos da comuna da terra serão abordados mais a frente

desenvolvimento produtivo do assentamento, tendo como grande expressão as práticas agroflorestais pelas famílias assentadas.

Assim como o Assentamento Mario Lago se consolidou em PDS da Barra, o Assentamento Sepé Tiaraju também foi enquadrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como um Projeto de Desenvolvimento Sustentável, que se caracteriza como uma modalidade de assentamento que carrega em si aspectos ambientais preponderantes na criação de assentamentos.

O PDS foi criado pelo INCRA, através da portaria n 477 de 04 de novembro de 1999, para poder assentar pessoas que não constituem uma comunidade tradicional, em áreas relevantes para o meio ambiente, como remanescentes de mata atlântica, áreas da Amazônia ou do cerrado (GOLDFARB, 2007, p. 31, apud, AGUIAR, 2011, p.35).

Foi o modelo de assentamento que poderia abrigar a proposta de Comuna da Terra do MST, que considera as dinâmicas de construção de uma sociabilidade dos sujeitos na formação histórica do território e que alia a perspectiva de produção agroecológica no desenvolvimento da comunidade, com foco na conservação ambiental da área de assentamento.

Neste sentido, o PDS traz a possibilidade de proteger ou recuperar áreas, em que sua biodiversidade já estava comprometida ou totalmente extinta na região. O PDS visa também garantir uma renda mínima para as famílias através do manejo ecológico, da coleta de frutos ou da agricultura como milho, feijão, mandioca em áreas desmatadas. Ele se diferencia das outras modalidades de assentamento, por ser construído em um processo participativo entre o INCRA, os assentados e os parceiros locais em torno do compromisso do desenvolvimento sustentável. (AGUIAR, 2011, p.35).

O Assentamento Mario Lago e o Assentamento Sepé Tiaraju, compartilham do mesmo processo de consolidação de seus respectivos territórios a partir da implementação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), mas reservam distinções quanto ao seu processo de luta e conquista da terra. Enquanto o Assentamento Sepé Tiaraju é resultado de um início de uma articulação popular em torno da reforma agrária, que levou a compra da Fazenda Santa Clara pelo INCRA, a conquista do Assentamento Mario Lago, representa o amadurecimento destas relações para um enfrentamento direto ao agronegócio e a especulação imobiliária, já que a Fazenda da Barra era uma propriedade particular pertencente a Fundação Sinhá Junqueira, ligada ao patrimônio de uma das mais influentes famílias de latifundiários da região.

A conquista da Fazenda da Barra tem raízes em conflitos ambientais, pois está sob uma área de afloramento do Aquífero Guarani, que sofreu historicamente uma drástica degradação ambiental com as práticas do agronegócio. Além disso, a fazenda da Barra tem como um dos limites o Rio Pardo, o que exigiria a preservação de mata ciliar na área.

Por estar sob o afloramento de águas subterrâneas, é considerada uma área de recarga do Aquífero Guarani, aonde em decorrência de seu aspecto geológico, possibilita uma rápida infiltração das águas da chuva para o lençol freático. Assim explica o estudo da Embrapa sobre a região:

A geologia da área é constituída por dois litotipos distintos: rochas basálticas da Formação Serra Geral, presentes nas bordas e locais mais elevados e rochas areníticas da Formação Botucatu, nas partes mais baixas ou sotopostas à Formação Serra Geral ocupando, respectivamente, 70% e 30% da superfície do terreno (IPT, 1994). Abaixo dessas camadas de solo ocorre a Formação Botucatu que constitui o Aquífero Guarani e, dada a natureza arenosa dos solos, existe uma conexão hidráulica entre a superfície do terreno, as camadas do solo e o Aquífero. (CERDEIRA et al, 2007, p.19).

As áreas de afloramento do Aquífero Guarani ganharam evidência junto ao ministério público quando pesquisas realizadas pelo Consórcio Aquífero Guarani evidenciaram que o potencial de recarga deste aquífero estavam sendo fortemente prejudicados pelas práticas de desmatamento, monocultura da cana-de-açúcar e com a expansão urbana de Ribeirão Preto. A área de recarga do aquífero guarani corresponde a área de afloramento do Arenito Botucatu, responsável pelo abastecimento de 100% da área urbana de Ribeirão Preto e outros municípios da região, como Luiz Antônio-SP e São Simão-SP (GONÇALVES, et al. 2003).

O PDS da Barra localiza-se na bacia hidrográfica do Rio Pardo. Encontra-se distribuído sobre o Aquífero Guarani, representado pelas formações Botucatu e Piramboia de constituição sedimentar, dando-se o armazenamento e a circulação de água subterrânea por meio da porosidade Granular (IBS, 2014, p.51).

Essa situação mobilizou forças institucionais, movimentos socioespaciais e o MST, levando à conquista do território para fins de reforma agrária, com o objetivo de restaurar e preservar 35% da área como reserva florestal e agroflorestal, sendo 15% a mais do que exige a legislação ambiental.

Os conflitos históricos e atuais, envolvem principalmente interesses da

especulação imobiliária em conjunto com atores do agronegócio, que pressionam pela retirada da legislação de proteção ambiental em relação à região da zona leste do município de Ribeirão Preto, fazendo pressão para as mudanças ocorridas no plano diretor.

Ribeirão Preto é conhecida por ser a capital do agronegócio, título que advém de reivindicações da Prefeitura Municipal junto ao poder público federal. Está localizada em uma região caracterizada pelo monocultivo de cana-de-açúcar e a paisagem do agronegócio dela decorrente, que contrasta com a área urbana do município. Importante mencionar que Ribeirão Preto foi recentemente reconhecida como capital da região metropolitana de mesmo nome. A Região Metropolitana de Ribeirão Preto é a primeira a ser reconhecida pelo governo estadual fora dos limites da macrorregião metropolitana de São Paulo, após a aprovação do Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/15).

Essa relação, metrópole urbana e agronegócio sucroalcooleiro, é responsável por diversos conflitos ambientais nessa região, pois de um lado temos os interesses da especulação imobiliária, que vem ocupando espaços que outrora recebiam proteção de seu uso dada a sua importância ambiental, e do outro lado ainda persistem as contradições inerentes ao agronegócio, com a produção de cana-de-açúcar e sua relação histórica com a degradação ambiental.

No contexto dessa relação, ganha força a luta pela terra e a conquista dos assentamentos, interrompendo as dinâmicas de expansão do capital, tendo em vista que a antiga proprietária da Fazenda da Barra, além de arrendar o local para a produção de cana-de-açúcar, também flertava com construtoras, pois a Fazenda está localizada no limite da área urbana, divisa com bairros que compõem o Complexo Urbano Ribeirão Verde como, o Conjunto habitacional Orlando Palocci, o conjunto habitacional Ribeirão Verde I e II e outros empreendimentos implantados por políticas habitacionais estaduais e federais nas décadas de 1990 e 2000.

Com o avanço da exploração da cana-de-açúcar na Fazenda da Barra, foi possível identificar a substituição da vegetação nativa de Cerrado por cana-de-açúcar em áreas que deveriam ser destinadas à preservação ambiental, contrastando com grandes faixas de terras abandonadas, principalmente próximas às áreas urbanizadas, o que já demonstrava um interesse de expansão imobiliária sob a área.

Com isso, o Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DPRN), em 1992, a partir de várias fiscalizações ensejou a abertura de inquéritos civis para investigação de danos ambientais na Fazenda da Barra, com foco no desmatamento realizado nas áreas de reserva legal, nas Áreas de Preservação Permanente (APP) e nas áreas de várzea do Rio Pardo, que vinham sendo utilizadas para a produção da monocultura de cana-de-açúcar (AGUIAR, 2011, p.19). Estas ações culminaram na Ação Civil Pública nº 273/93 ajuizada pelo Ministério Público contra a proprietária do imóvel, requerendo principalmente a recuperação da área degradada. Conforme destaca o Laudo:

As áreas cultivadas e não cultivadas distribuem-se por toda a fazenda de forma indistinta, tanto dentro como fora da área correspondente à Reserva Florestal Obrigatória - RFL3, que foi destruída mediante o desmatamento e a ação de queimadas, conforme mostrado abaixo. Tal fato demonstra que a área da Reserva Legal vem sendo manejada ou explorada nos mesmos moldes que as áreas agrícolas. Na vistoria pudemos constatar o cultivo de cana-de-açúcar e soja (recém-colhida) em áreas consideradas de preservação permanente (APP4), tanto nas margens do rio Pardo (cana), como em trechos das margens do córrego do Esgoto e seu fluente (cana e soja) (LIMA, L., 2018, n.p.).

Todo esse processo de degradação ambiental somado a importância do afloramento do aquífero nesta região, provocou uma articulação entre movimentos e organizações, compreendidos pela sociedade civil organizada na defesa do meio ambiente, junto ao MST, que mobilizou cerca de 400 famílias a partir do trabalho de base nas periferias do município, para ocupação da área e reivindicação da desapropriação para fins de reforma agrária, tendo em vista que após o passivo ambiental identificado pelo Ministério Público, o INCRA também identificou o não cumprimento da função social da Fazenda da Barra.

A ocupação ocorreu em 2003, tendo como objetivo fundamental, a implantação de uma comuna da terra, que garantisse a recuperação ambiental da área, evitando-se a contaminação do solo com práticas agroecológicas de produção, considerando na prática a dinâmica social e sua importância como força motriz que se apropria, modifica e interfere na dinâmica da natureza (SCHIVIANATO et al., 2019).

3 Reserva Florestal Legal (RFL) ou Reserva Florestal Obrigatória (RFO), também denominada Reserva Legal, conforme definido no art. 16 da Lei 4.771/65 (Código Florestal).

4 Áreas de Preservação Permanente, conforme dispõe o artigo 2º do Código Florestal.

Após todo o processo de luta e as várias ocupações da área, em 2004 o MST já inicia a territorialização do PDS na fazenda da Barra, ante a garantia do decreto presidencial que destinava aquela área para fins de reforma agrária.

O processo de consolidação do assentamento é marcado pela ação conjunta da sociedade civil organizada, como exemplo da Associação Agroecológica Pau Brasil, de Sindicatos e Partidos Políticos, de instituições públicas de ensino como a Universidade de São Paulo (USP), e a participação direta do Ministério Público Estadual, bem como de diversos atores da sociedade preocupados com as questões ambientais do território e as questões sociais apresentada a partir da luta do MST.

Essa articulação concebeu um assentamento com características ambientais, que pudessem contrastar com a transição urbana -rural presente nessa realidade, para que no caso em questão com base na proposta de comuna da terra, ao invés de assentar apenas 150 famílias, pela divisão da área conforme prevê o projeto de assentamento comum, fosse possível assentar aproximadamente 260 famílias (AGUIAR, 2011, p.29), o que no final se transformou em um assentamento de 474 famílias, com a média de 1,5 hectare por família, conforme dados do INCRA (2023).

Identifica-se aqui o ponto de convergência entre a proposta de Comuna da Terra em ambos os assentamentos, PDS da Barra e PDS Sepé Tiaraju, que se consolidaram com a implementação dos PDS pelo INCRA. Para isso foi firmado um TAC, entre assentados, INCRA e MPSP, firmando o compromisso com ações no sentido de garantir a recuperação ambiental e a produção de base agroecológica.

A importância do TAC tem também uma questão simbólica no PDS da Barra, que está ligada ao fato de que o assentamento está sobre uma área de recarga do Aquífero Guarani. Porém, não apenas esse, mas outros assentamentos PDS têm ao invés de 20%, 35% de Reserva Legal. [A opção pela modalidade PDS partiu de comum acordo entre os vários agentes sociais, o INCRA, as organizações dos trabalhadores sem-terra e o Ministério Público.] As orientações do TAC assegurariam as ações de planejamento e implantação da infraestrutura necessária para que as famílias pudessem viver e produzir na área. Todo esse processo foi marcado por disputa pela condução política do projeto de assentamento. Mas o fato de ser uma área de recarga do Aquífero Guarani, aliado à promessa de restauração ambiental e produção agroecológica, contribuiu enormemente para a efetivação e conquista de um assentamento em plena Ribeirão Preto (DURVAL; FERRANTE, 2016, p.85).

Cabe destacar que o PDS da Barra é organizado por dois distintos movimentos e dois grupos independentes, devido a divergências políticas na época de

acampamento, aonde acampados que discordavam das diretrizes do MST, passaram a ocupar uma outra parte da Fazenda da Barra, massificando esta ocupação com o apoio dos dirigentes do MLST do Assentamento 17 de Abril, que constituíram a gleba denominada como Acampamento Santo Dias. Também foi formada uma ocupação em uma área da mesma fazenda próxima a Avenida Thomaz Alberto Wattely, com pessoas que discordavam de ambos os movimentos, formando o Acampamento Índio Galdino. Pouco tempo após a consolidação do assentamento, surgiu uma nova divergência dentro do MLST, aonde assentados que discordavam do movimento se declararam independentes formando o grupo denominado Luiza Mahim, que não apresenta uma divisão territorial específica, se caracterizando mais como uma organização dos assentados que estão localizados na gleba do Santo Dias, por isso é complicado indicar os lotes que pertencem a este grupo, já que ora os assentados se identificam como Santo Dias e ora como Luiza Mahim.

Diante disso, considerando a discrepância que há entre o número oficial de assentados apresentado pelo INCRA e a ocupação de fato dos lotes por famílias, foi realizada uma contagem de cada grupo no mapa, com o apoio da Equipe de Saúde da Família, que levantou a existência de cerca de 3200 pessoas em todo o território⁵, que corresponde a um total de 471 famílias, divididas conforme a tabela a seguir:

Tabela 2 – Número de famílias assentadas em cada divisão territorial

Assentamento/ Gleba/ Núcleo	Movimento	Quantidade de famílias assentadas
Mario Lago	MST	268
Santo Dias ⁶	MLST	159
Índio Galdino	Sem movimento (Bandeira Branca)	44

Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com informações da Equipe de Saúde da Família do PDS

⁵ Não há publicação oficial deste número, anunciado em reunião pela Agente de Saúde do assentamento, mas serve de base para compreensão da dimensão populacional do território, mesmo levando em consideração que a pesquisa incluiu o acampamento Hilda Silva confrontante com o Assentamento, e as ocupações de reserva do Índio Galdino, que representam uma ínfima parcela deste total.

⁶ Estão incluídas aqui as famílias pertencentes ao grupo político autointitulado de Luiza Mahim, estimando ser cerca de 31 famílias deste grupo, com base nos dados da Transparência Pública do PAA, que apresenta os cooperados da COOPERLUMA, entidade formal que representa este grupo.

Os números expressos na tabela representam as famílias que efetivamente estão ocupando um lote no assentamento, podendo ocorrer uma diferença entre a quantidade de famílias homologadas oficialmente pelo INCRA, pois algumas famílias necessitam de regularização da sua situação. A mesma diferença pode ocorrer em relação a capacidade do assentamento, que é o número de lotes disponíveis para o assentamento de famílias, pois no Assentamento Mario Lago houve a destinação de 12 lotes para serem utilizados como área coletiva, onde estão instaladas igrejas, o posto de atendimento da equipe de saúde, a sede de algumas cooperativas, bem como para uso para produção coletiva dos assentados no entorno.

Cada divisão se autodetermina como um assentamento, mas é visto pelo INCRA não oficialmente como Núcleos ou Glebas, o que gera uma confusão para quem desconhece a realidade histórica, pois a referência política está centrada no Assentamento Mario Lago, em decorrência das experiências em agroecologia voltada a produção agroflorestal e a própria articulação empenhada pelo MST perante a sociedade, porém a denominação oficial é PDS da Barra, como único assentamento, ignorando estas divisões territoriais. Importante dizer, que na consolidação do assentamento foi realizada uma tentativa de divisão de cada território, com uma numeração própria aonde cada núcleo/gleba iniciaria a contagem no lote 01, porém em 2015 isso foi alterado com a atualização topográfica realizada pelo INCRA, que considerou uma numeração única para o PDS da Barra, excluindo a possibilidade de uma autonomia de cada território como assentamento, que fosse institucionalizada pelo INCRA.

Contudo, o Assentamento Mario Lago por ter a maior quantidade de famílias, ocupando cerca de 70 % do território (AGUIAR, 2011, p.39), acaba se tornando a principal referência ao abordar o PDS da Barra, sendo que nesta dissertação, ao citar o Assentamento Mario Lago fica entendido que está referenciando o PDS da Barra e vice versa, pois independente das divisões territoriais entre os movimentos, as determinações sociais são as mesmas, com pequenas distinções do aspecto político e produtivo, que destacam a área do MST pela maior promoção e fortalecimento das práticas agroflorestais, que não representam só o Mario Lago, mas todo o PDS da Barra, sem distinção, pois afinal todos os sujeitos expressam a mesma identidade de camponeses sem-terra.

Importante destacar, que as agroflorestas, surgem como uma alternativa

simultânea, ao meio ambiente e a agricultura, e podem ser entendidos como arranjos sequenciais de espécies ou de consórcios de espécies herbáceas arbustivas e arbóreas, através dos quais, se busca ao longo do tempo reproduzir a dinâmica crescimento da floresta.

A relação da agrofloresta com a paisagem neste território, está intrinsicamente ligada às transformações socioterritoriais advindas da relação ser humano e natureza e da ação conjunta de preservação de remanescentes naturais junto a um processo de reversão da degradação ambiental.

Figura 1 - Imagem feita com Drone da Reserva Legal preservada do Assentamento Mario Lago



Fonte: Messerschmidt (2017)

A imagem acima registra um remanescente florestal da área de reserva legal do Assentamento Mario Lago. Trata-se de remanescente de paisagem fitogeográfica de Mata Atlântica, como descreve Aziz Ab'Saber (2003). Como mencionado anteriormente, a região de Ribeirão Preto está localizada em área de transição do domínio de Mares de Morros, onde predomina a vegetação de Mata Atlântica e domínio do Cerrado. Na área do assentamento, encontra-se o afloramento do Arenito Botucatu (Aquífero Guarani) e, em algumas áreas, afloramento do Basalto (Aquífero Serra Geral).

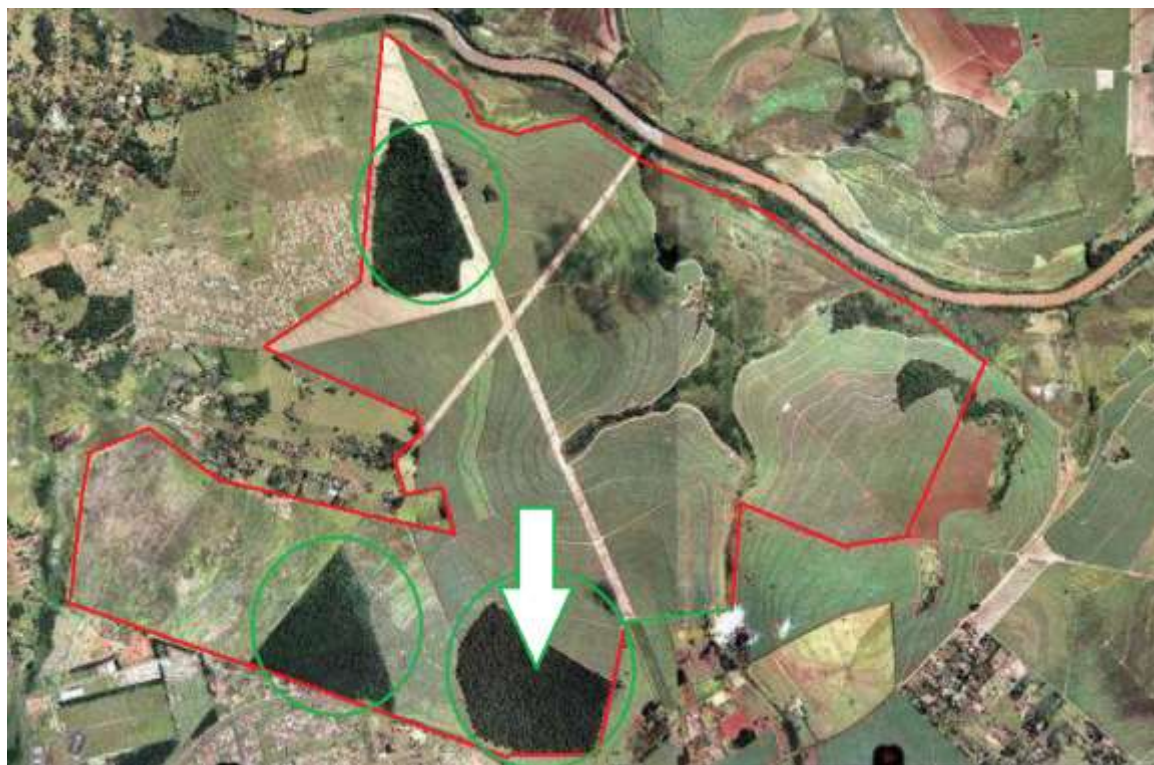
Em 2005 havia 102 remanescentes florestais (99 com vegetação natural

correspondendo a 3,8% da área do município), classificados em quatro grupos de vegetação; 1,37% faziam parte da floresta estacional semidecidual, 1,06% da estacional decidual, 0,64 da floresta estacional semidecidual com influência fluvial permanente (mata paludícola) e 0,83% eram Cerrado. (IBS, 2014, p.28).

Essa vegetação preservada representa a resistência de uma mancha de mata atlântica, que serve de memória da vegetação nativa da região, já que desde a produção de café que marcou o início da produção de monocultivo na região, o desmatamento se tornou prática comum dentre os latifundiários e agora do agronegócio.

Essas reservas estão em constante ameaça, pois anualmente sofrem com incêndios, dada a proximidade com o meio urbano e o trânsito constante de pessoas nos locais. Tais queimadas, na maioria das vezes, são causadas por pessoas, não se trata de incêndios espontâneos, e mesmo podem ser enquadrados como criminosos, o que prejudica ainda mais as medidas que são tomadas para preservação das espécies encontradas e as que ocasionalmente são replantadas (IBS, 2014, p.54).

Figura 2 - Registro aéreo da Fazenda da Barra no ano de 2000.

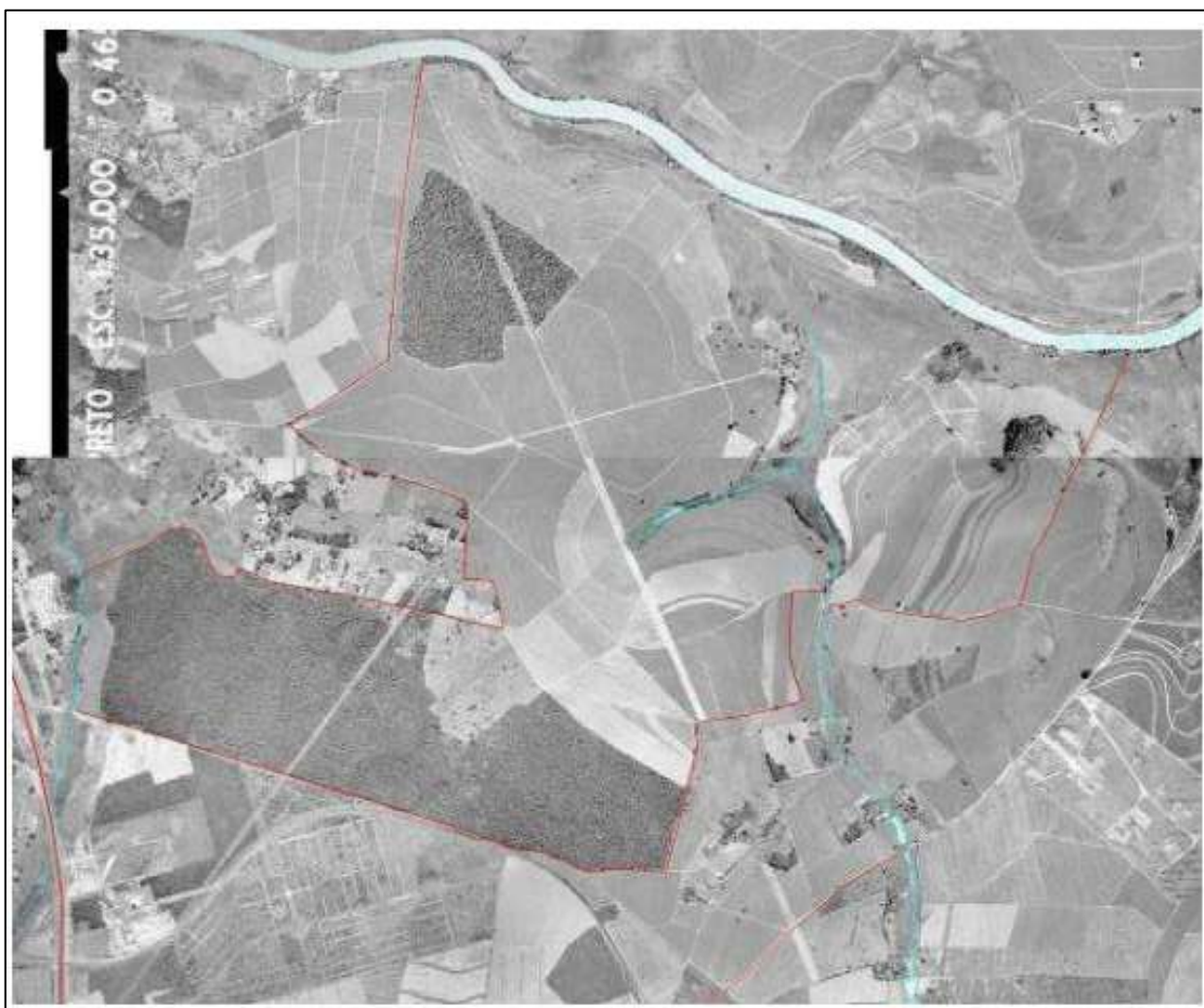


Fonte: Adaptado de Ministério Público apud AGUIAR (2011, p.21).⁷

⁷ A seta no mapa da Figura 2, indica onde está a paisagem da Figura 1.

Neste sentido, é importante fazer um recorte temporal, que possa ilustrar a transformação da paisagem, em decorrência do desmatamento, comparando a imagem anterior de 2000 com uma imagem de 1984, inserida abaixo:

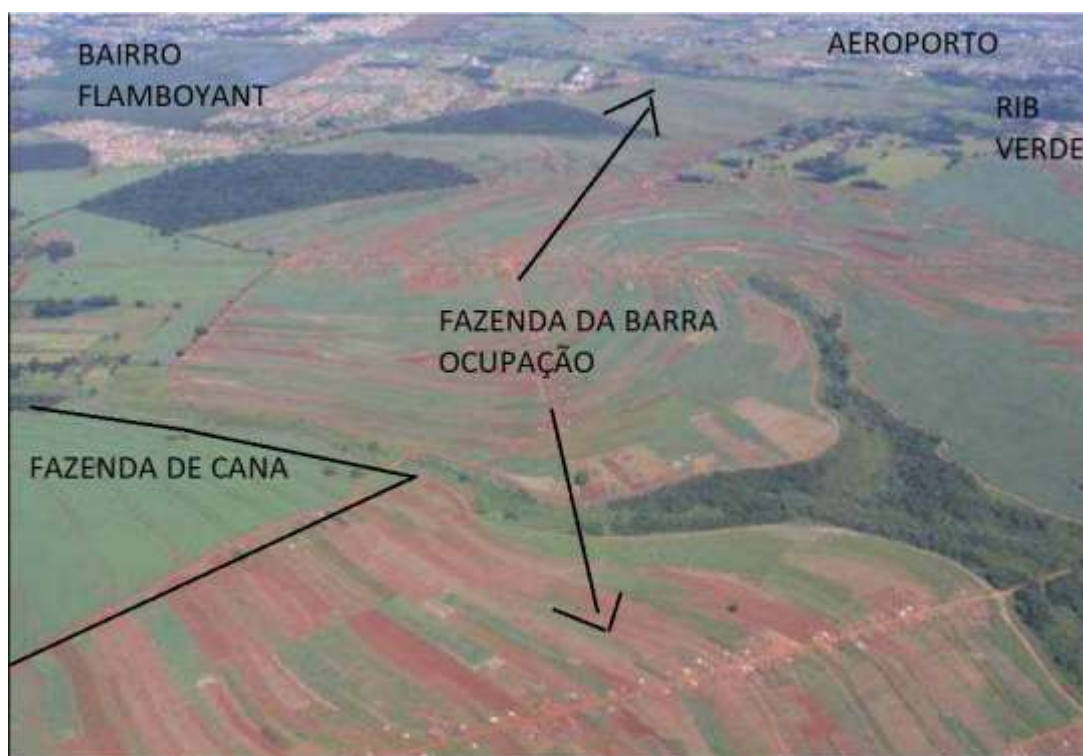
Figura 3 - Registro aéreo da Fazenda da Barra de 1984.



Fonte: Ministério Público apud Aguiar (2011, p.19)

Em 2004, com a ocupação definitiva da Fazenda da Barra pelo MST, é possível observar a transformação da paisagem com a ocupação humana de um espaço que antes abrigava a monocultura da cana-de-açúcar, consolidando como um território em recampesinização no seio de vários conflitos, conforme demonstra a imagem abaixo:

Figura 4 - Imagem aérea da ocupação em 2004



Fonte: Adaptado de Ministério Público apud Aguiar (2011, p.26)

Os conflitos que envolvem o território, ficam evidentes em duas perspectivas. De um lado está uma fazenda com a paisagem modificada pela produção monocultora da cana-de-açúcar, arrendada pela mesma empresa que arrendava a Fazenda da Barra, e que está em litígio até os dias atuais na tentativa de retomar a posse do território, e na divisa do assentamento é possível observar a área urbanizada de Ribeirão Preto, que vem se acercando ao assentamento.

Fato é que fica evidente que o assentamento representa um empecilho para a efetividade dos interesses comerciais em relação a terra, pois, tanto os antigos arrendatários da fazenda da Barra como os latifundiários das fazendas vizinhas, objetivam a valorização imobiliária a partir da expansão urbana.

Figura 5 - Foto do assentamento e ao fundo a cidade de Ribeirão Preto no ano de 2010



Fonte: Adaptado de Christine apud AGUIAR (2011, p.52)

Portanto, esse conflito envolvendo agronegócio, especulação imobiliária e MST, é persistente, e reflete nas relações políticas que inviabilizam a ação do Poder Público no território.

Esse conflito é evidenciado pelo abandono do governo municipal, que tem interesses alinhados a estes especuladores, minando políticas públicas para o assentamento, ao ponto de o Ministério Público Federal mover uma Ação Civil Pública para forçar a realização de serviços de distribuição de água e de tratamento de esgoto no assentamento, conforme verifica-se nas diversas negativas tanto em reuniões com representantes do governo municipal, quanto na resistência face a Ação Civil Pública nº 5006407-41.2020.4.03.6102, que tramita na 2ª Vara Federal de Ribeirão Preto.

Importante destacar a atuação dos Ministérios Públicos, Estadual e Federal, não só de garantir a proteção ambiental convencionada no TAC, como também em ações que visem a proteção da região da zona leste, como por exemplo a liminar concedida ao MP para proteção da área de recarga do aquífero em 2015, ano em que

estava em discussão no Plano Diretor, a permissão de pavimentação.

Ainda que a região da Zona Leste seja objeto de conflito entre os especuladores e os movimentos de defesa do meio ambiente com o apoio do Ministério Público, mesmo que tenham sido garantidas algumas restrições para a área, estas ainda não são suficientes para barrar a expansão imobiliária na região, o que tem gerado diversos conflitos ambientais.

Namastê Messerschmidt, um dos técnicos em agrofloresta que acompanha os camponeses do Assentamento Mario Lago, fez um registro em vídeo, em que faz a diferenciação dos aspectos da paisagem do assentamento em que se tem produção agroflorestal em comparação com a área de plantio de cana-de-açúcar da fazenda vizinha, em que o mesmo diz “ aqui é o deserto de Ribeirão Preto, cana-de-açúcar pra todo lado” se referindo a extensão no horizonte de monocultura, ao tempo que confronta com a realidade do território, e diz, “e aqui é o assentamento Mario Lago, em que as famílias vem fazendo agrofloresta e produzindo” mostrando a diferença dos tipos de cultivo, que pode ser observada na imagem abaixo:

Figura 6 - Imagem estática de vídeo feito em 2020



Fonte: Adaptado de Messerschmidt (2020)

A imagem foi dividida em linhas horizontais para poder compreender a análise de Messerschmidt (2020), na divisão 1 mostra a produção de cana-de-açúcar que se

estende para além do horizonte, o que ele chama de deserto verde, na linha divisória 2 está a mata ciliar do Rio Pardo e na 3 a Área de Preservação Permanente (APP), considerada como área de inundação em caso de aumento do nível do rio, conhecida como várzea do assentamento, e a linha divisória 4 apresenta a área de agrofloresta que está sendo manejada pelo técnico que realizava a poda das árvores para produção de matéria vegetal para cobertura do solo. Essa percepção genuína, a partir do que se vê, demonstra a importância da paisagem como forma de transmitir todo o processo histórico de transformações espaciais e territoriais, cabendo citar a conclusão argumentativa do técnico, que conclui no vídeo, “o assentamento como um todo, bastante florestado”, demonstrando um trabalho histórico de um processo para “trazer as pessoas de volta para o campo e trazer a agrofloresta de volta para o campo”.

A mesma percepção ocorre em relação ao Assentamento Sepé Tiaraju, pois como está dividido pela Rodovia Abrão Assed, quando se está atravessando a rodovia local é possível perceber a mudança da paisagem do assentamento em relação às extensas áreas de produção de cana-de-açúcar.

Figura 7 – Imagem do Assentamento Sepé Tiarajú



Fonte: Assentamento Sepé Tiaraju (2022)

A partir dessas percepções da paisagem, é possível ter uma dimensão clara da transformação do território a partir dessa relação de produção e conservação ambiental, como na imagem acima do ponto de vista da área social do assentamento Sepé Tiaraju, onde em uma terra que só se plantava cana-de-açúcar, hoje reside vida humana em harmonia com o meio ambiente.

Figura 8 - Imagem feita com Drone do Assentamento Mario Lago em 2017



Fonte: Projeto Veredas (2017).

Nessa paisagem acima, é possível observar as modificações do território com a presença de vegetação em recomposição por meio de agrofloresta, e no canto superior esquerdo é possível observar a divisa com a área urbana. No outro canto superior direito, a divisa com a área de monocultura de cana-de-açúcar. Três elementos da paisagem que representam os conflitos históricos que envolvem a disputa pelo território e a produção do território e do espaço na região.

A característica agroflorestal do Assentamento, demonstra a importância do território, com a proposta de produção em conjunto com a recuperação ambiental, rompendo com a lógica de exploração da natureza pelo ser humano, pois não há uma distinção entre ser humano e natureza, e fazer essa distinção na perspectiva preservacionista do meio ambiente é ilusória, já que o ser humano é a natureza consciente de si próprio, sendo esta concepção a base da relação da agrofloresta com

o camponês, já que representa a ação mútua na perspectiva de um agroecossistema, formando assim, para Andrade (1985), um conjunto harmônico onde o meio natural exerce influência sobre o homem, provocando sua ação, que modificaria, transformaria o ambiente, e assim conduzindo-o a produção do espaço. As imagens seguintes são exemplos dessa relação:

Figura 9 - Curso de Agrofloresta no assentamento Mario Lago em 2017



Fonte: Messerschmidt (2017)

Figura 10 - Curso de Agrofloresta no assentamento Mario Lago em 2017



Fonte: Messerschmidt (2017)

Nas imagens estão presentes interações camponês-natureza na produção agroflorestal, com o detalhe da Figura 9, onde é possível identificar a monocultura da cana e os mares de morros no horizonte, delimitando que a existência do assentamento transforma o território, buscando a preservação ambiental e a proteção da água.

Apesar de estar sob uma importante área de afloramento do Aquífero Guarani e margeado pelo Rio Pardo, o território sofre pela falta de água, dada a perfuração rasa dos poços pelo INCRA e a falta de estrutura de distribuição de água para consumo. Não foi sequer implementado o projeto de barragem previsto no TAC para disposição de água para irrigação, o que compromete a produção, que tem a disposição apenas a água da chuva ou a captação por meio de cacimbas e poços rasos clandestinos perfurados pelos próprios assentados.

Essa situação vem atrasando o desenvolvimento produtivo do território, pois cria debilidades estruturais que possibilitariam a produção plena pelos assentados, além do fato de alguns lotes estarem mais próximos aos mananciais, que possibilitam a captação de água, criam uma desigualdade de condições dentro do território, em relação aqueles que não tem qualquer possibilidade de acesso a água, o que fica evidente na paisagem. É possível determinar que as agroflorestas mais avançadas são aquelas que tiveram acesso à água. Os lotes que não tem acesso à água continuam a ter dificuldades na produção, e são os que apresentam maior precariedade.

Ademais, as territorialidades dos PDS's definem a forma com que se elabora e reivindica as ações junto ao Estado, e estão intrinsicamente ligadas a formação do território pelo MST ainda na organização do acampamento, que institui a condução das decisões por meio da organicidade, que é fundamental para discussão de políticas públicas, pois a partir dela que são tomadas decisões em relação a alguma problemática do cotidiano da comunidade bem como na organização da luta em torno de demandas definidas coletivamente.

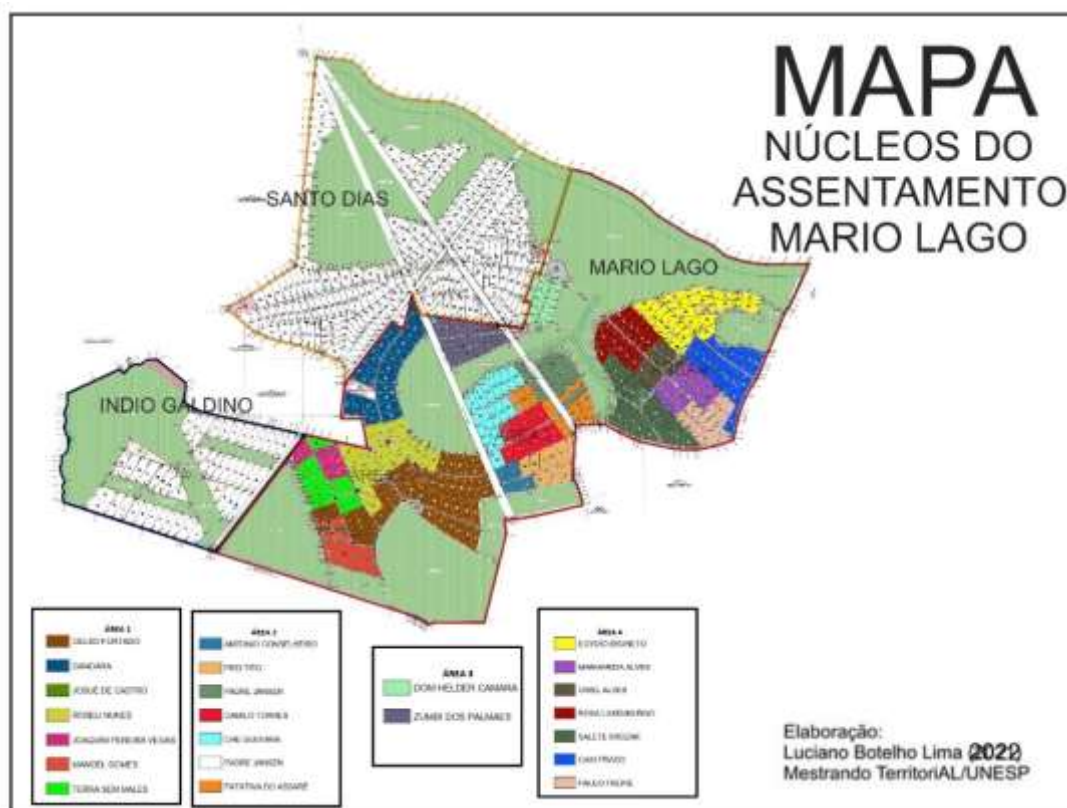
Esse processo em um assentamento peculiar como o Assentamento Mario Lago, pela sua extensão e densidade populacional, demonstra a capacidade do MST em promover a participação social e coletiva nos processos decisórios e de auto-gestão. No entanto, por mais genuíno que seja esse processo de organicidade, também não está alheio às contradições oriundas de disputas políticas, e levam a

chamados “rachas”, impactando diretamente na organização interna de territórios. No caso do Assentamento Mario Lago, ainda na época de acampamento ocorreu uma divisão entre as famílias, em decorrência da intervenção do MLST na área, levando a criação de três territórios sob a condução do MST, MLST, Bandeira Branca e Luiza Mahim que é uma dissidência do MLST.

Isso não ocorreu no Assentamento Sepé Tiaraju, sendo ao lado do Assentamento Aparecida Segura, os únicos assentamentos em que não ocorreram divisões territoriais em decorrência da interferência de outros movimentos socioterritoriais.

É preciso entender que, assim como no Assentamento “17 de Abril”, cada território e movimento conduzem suas discussões internas com autonomia, enveredando esforços conjuntos para tratar de assuntos de interesse de todo o PDS da Barra, cabendo destacar que o Assentamento ou Núcleo Mario Lago, alinhado a organicidade do MST, mantém 23 Núcleos de Base (NB), distribuídos territorialmente em quatro grandes áreas, em que cada NB tem um representante coordenador ou coordenadora, que formam uma coordenação, responsável pelas decisões coletivas que envolvem o território. O que difere da organização do Núcleo Santo Dias (indicado no mapa da figura 11 com contorno laranja) que se organiza por Setor, não havendo espaço semelhante ao da coordenação. Os outros, Núcleo Índio Galdino (indicado no mapa da figura 11 com contorno azul) e Grupo Luiza Mahin, concentram as decisões em conjunto com a associação do primeiro e a cooperativa do segundo.

Figura 11 – Mapa dos Núcleos de Base do Núcleo Mario Lago e dos outros, Santo Dias e Índio Galdino, que compõem o PDS da BARRA.

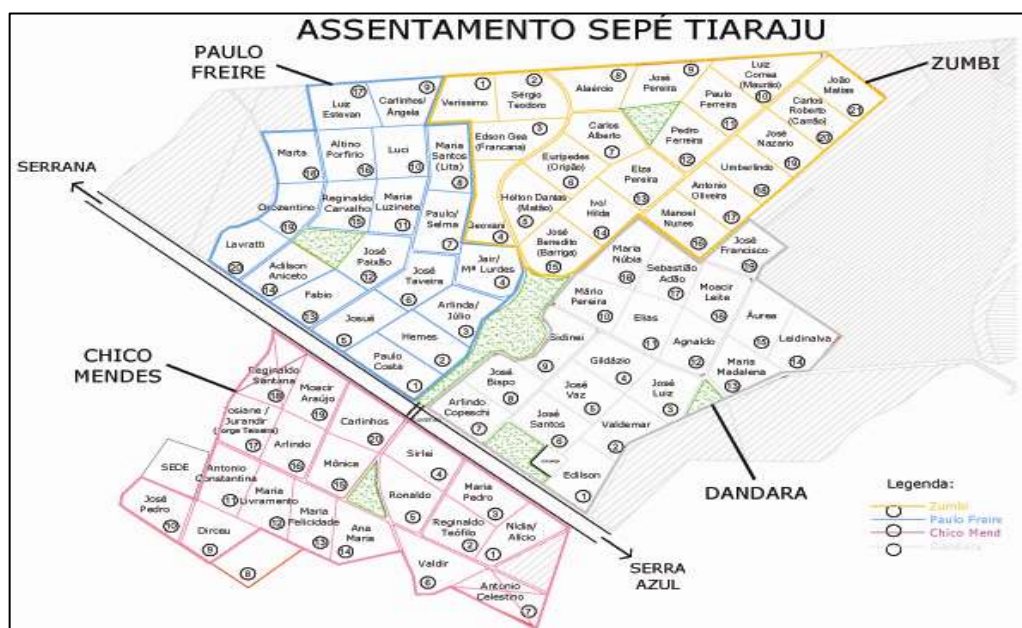


Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com mapa do INCRA.

A elaboração do mapa acima foi resultado de uma série de reuniões entre os assentados e a equipe de saúde da família, como forma de organizar o território para facilitar o acesso de serviços como ambulâncias, representando uma forma de cartografia social onde se inserem as dinâmicas de organicidade em uma noção cartográfica, ressaltando que os núcleos de base existem antes mesmo da medição oficial pelo INCRA, demonstrando uma capacidade dos camponeses em construir ainda na forma de acampamentos métodos de organização geográfica para o território.

No Assentamento Sepé Tiaraju, as divisões de Núcleos de Base são parte da divisão oficial feita pelo INCRA, mantendo-se a organicidade no processo de consolidação do território.

Figura 12 – Mapa do PDS Sepé Tiaraju e a divisão de núcleos



Fonte: Tavares e Ino (2009)

2.3 Conflitualidades na consolidação de projeto de assentamento: O caso do Assentamento Aparecida Segura (PA ORLÂNDIA)

Em uma área da antiga Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), permeando o entroncamento entre ferrovia e a Rodovia Altino Arantes, no município de Orlândia, foi construído um processo de luta pela terra por mais de 30 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que ocuparam à área em meados de 2007.

Para além de estabelecer um processo de reforma agrária na área, a ocupação teve uma grande importância para denunciar o uso irracional por um posseiro, que vendia terra ao mesmo tempo em que despejava entulho sobre grande parte de onde hoje está o assentamento.

Desde 2007, o acampamento já demonstrava um enorme potencial produtivo, participando inclusive do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por meio da Associação de Produtores Rurais Dorcelina Foladora (APRODF) com sede no Assentamento “17 de Abril”, como explica em entrevista, Neusa Paviato Botelho Lima, Dirigente do MST que ajudou na construção do assentamento.

O acampamento Aparecida Segura, foi um acampamento extremamente

produtivo quando tínhamos o PAA, inclusive foi criado um documento que possibilitou a participação dos acampados, já que não tinham a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que foi a DAPA, uma Declaração criada para acampados poderem entregar a produção, o que foi fundamental para que todas as 34 famílias pudessem gerar renda da agricultura, antes mesmo da homologação pelo INCRA". (LIMA, 2021).

Nesse contexto de produção baseado em uma agricultura rudimentar, aonde a água para irrigação era trazida pelos caminhões pipas da prefeitura de Orlândia, os acampados oriundos em sua maioria da região de Franca-SP e que tinham pouco contato com a agricultura, ou que já estavam afastados há tempos da mesma, se estabeleceram na área, garantindo sua subsistência e acessando desde os tempos de acampamento o PAA, que em regra era destinado a assentados formalizados, com DAP..

Estabelecia-se a ocupação do espaço de forma produtiva e fortalecendo um espaço de troca de saberes e que ensejassem processos de desenvolvimento por meio da agricultura camponesa. O acampamento já passava a estabelecer a essência de sua territorialidade, mas ainda persistia o processo de disputa com o posseiro que degradou a área. Essa questão foi resolvida em 17 de novembro de 2009, quando houve a transferência da área da Secretária do Patrimônio da União (SPU) para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), estabelecendo para o acampamento a condição de pré-assentamento, já consolidando o território e iniciando o processo de implantação do assentamento.

Com base na experiência do Assentamento Sepé Tiaraju e do Assentamento Mario Lago, a direção do MST pleiteou junto ao INCRA a construção de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Aparecida Segura, como estratégia para assentar as 35 famílias que se encontravam acampadas. Por outro lado a autarquia insistiu em implantar o modelo convencional de Projeto de Assentamento (PA), o que segundo Lima (2021), levou à exclusão de mais da metade das famílias do processo de seleção, já que o INCRA para atender uma análise técnica de parcelamento mínimo, possibilitou o assentamento de apenas 14 famílias.

[...]de maneira totalmente arbitrária, o INCRA excluiu do projeto de assentamento 20 famílias, por não querer desenvolver um projeto de desenvolvimento sustentável, alegando não ser viável, pois foi pedido "ao INCRA para implantar o PDS como foi feito no Mario Lago, com lotes de 1,5 ha, assim seria possível assentar quase todos os acampados, mas a vice chefia do INCRA na época não aceitou, dizendo ser um projeto muito difícil de desenvolver, criando um impasse interno no INCRA, entre fazer um PDS ou um PA (Projeto de Assentamento), prevalecendo o PA aonde

o mínimo é 3 ha. Isso excluiu várias famílias boas que estavam produzindo na terra” (LIMA, 2021).

Essa decisão afetou diretamente a organização produtiva do assentamento, que antes tinha 35 famílias e agora conta apenas com 14 famílias assentadas, que ocupam uma parcela maior de terra para produção, enfrentando muitas dificuldades, pois em decorrência das debilidades estruturais, as famílias pouco conseguem laborar nos três hectares, produzindo às vezes em hortas de 1000 metros quadrados próximo a residência.

Não é possível afirmar que haveria um maior aproveitamento produtivo se não houvesse a exclusão das demais famílias, já que isso reduziria a área do lote para cada família, mas tem que ser ressaltado que as dificuldades estão diretamente ligadas a falta de política pública para o desenvolvimento sócio produtivo do assentamento. Por outro lado, enquanto era acampamento, com maior número de famílias, havia uma quantidade expressiva de produção que era comercializada por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, o que pode servir de base para uma análise em relação a produtividade, que era bem melhor enquanto era acampamento, logo demonstra que mais famílias podem mobilizar mais força para uma organização produtiva, porém, para afirmar que tal contradição afetou diretamente a capacidade do território, é necessário que se tenha a implementação de políticas públicas necessárias para amparar um desenvolvimento que possa subsidiar uma reflexão, que não é o caso na conjuntura atual..

Mesmo com a transferência da área da SPU para o INCRA em 2009, as famílias só foram homologadas em 2013, em parte pelo impasse entre o MST e a autarquia para que fosse implementado o PDS, e em parte pela morosidade na condução do processo de seleção das famílias, mas independente do juízo de valor, fato é que esses entraves prejudicaram diretamente o processo de implementação das políticas públicas de estruturação e desenvolvimento do assentamento,. Tornando o Assentamento Aparecida Segura, denominado pelo INCRA de PA Orlândia, mais parecido com um acampamento devido as debilidades estruturais que o tornam precário, do que, de fato, um assentamento produtivo, já que as famílias sequer receberam crédito ou apoio, seja de fomento à produção ou de habitação e infraestrutura.

Além disso, o INCRA negou o reconhecimento da identidade do território que

quando passou a ser assentamento foi intitulado de Projeto de Assentamento (PA) Orlândia, negando o direito dos sujeitos que construíram o território de oficialmente homenagearem a Maria Aparecida de Jesus Segura (Aparecida Segura), lutadora da reforma agrária na região de Sumaré-SP, que faleceu em 2003. Essa diferença entre a denominação oficial do assentamento e o nome pelo qual é chamado pelas famílias assentadas é um exemplo das conflitualidades no território e no processo de luta e conquista da terra.

O assentamento foi prejudicado a medida em que ocorriam as transformações políticas em decorrência da crise institucional de governabilidade, pois ficaram prejudicadas as ações de implementação de políticas públicas para os assentamentos e famílias acampadas, sobretudo após o golpe contra a ex Presidente Dilma Rousseff.

Pode-se afirmar, que o a Assentamento Aparecida Segura (PA Orlândia), é o território mais prejudicado pelo contexto político de crise institucional em relação aos demais assentamentos analisados nesta pesquisa. Além de representar o projeto com mais problemas na implementação de políticas públicas, desde a seleção das famílias, até a divisão de lotes. Este último processo, traz uma situação emblemática, pois foi destinada uma parcela isolada à uma família, cerca de 6,7 quilômetros de distância de onde estão concentradas as outras famílias assentadas. Uma divisão com a justificativa técnica de não haver área mínima para delimitação do lote, onde estão concentradas as famílias.

Figura 13 – Distância do lote 14 em relação aos outros lotes do assentamento



Fonte: Adaptado pelo autor do GoogleEarth (2023)

Por sua vez, as famílias também estão divididas em três glebas, devido ao cruzamento da linha férrea com a Rodovia Altino Arantes, tratando-se de um assentamento topograficamente fragmentado em quatro divisões espaciais, conforme demonstram o mapa a seguir:

Figura 14 – Mapa do Assentamento Aparecida Segura e a divisão das glebas



Fonte: Elaborado pelo autor (2023) de GoogleEarth

Partindo da premissa, de que o território é constituído de uma multidimensionalidade e uma multiescalaridade, passamos a compreender que “uma ação política tem desdobramento em vários níveis ou escalas: local, regional, nacional, internacional” (FERNANDES, 2008), e os efeitos das mudanças políticas sujeitas as disputas de poder no Estado, refletem em consequências para o território de assentamento, principalmente por estar relacionado à governança no que implica a aplicação de políticas públicas.

Ao ponto que se tem um retrocesso das conquistas de políticas públicas com cortes de recurso para a reforma agrária, assentamentos em pleno desenvolvimento ficaram prejudicados, e no caso do Assentamento Aparecida Segura, isso ficou evidente, pois desde sua criação oficial em 2009, e homologação das famílias em 2013, não houve a implementação de políticas públicas, o que ocasionou uma situação de precariedade estrutural e de dificuldades para a geração de renda no território, levando a maior parte dos assentados a trabalharem fora do lote, enquanto outra parte das famílias sobrevive por meio de benefícios, como o Bolsa Família,

Benefício de Prestação Continuada (BPC) e de Aposentadoria, conforme identificou o diagnóstico do Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA) elaborado pelo Instituto Biosistêmico (IBS), entidade que à época prestava serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER):

No diagnóstico Rápido Participativo realizado com as famílias, ficou clara a necessidade de trabalhar fora do lote para obter recursos financeiros. Isso impacta ainda mais negativamente o desenvolvimento de atividades produtivas dentro do lote, dado que a atividade agrícola deixa de ser a atividade principal e a agricultura quando feita é de baixa produtividade e pouco apelo comercial. A falta de recursos para investimento produtivo é apontada com um dos fatores para o baixo desenvolvimento econômico das famílias, o que é agravado pela condição precária de infraestrutura (IBS, 2016).

Com isso, havendo debilidades estruturais que se refletem na incapacidade produtiva no território, aliadas às necessidades materiais das famílias que são obrigadas a buscar trabalho fora do assentamento, ficaram prejudicadas as ações voltadas ao desenvolvimento de uma organização produtiva com ênfase na agroecologia. Apesar da atuação do Instituto Biosistêmico na assistência técnica às famílias, o trabalho enfrentava obstáculos relacionados a falta de infraestrutura do assentamento e das condições materiais das famílias assentadas. Apenas recentemente, em 2021, foi realizada uma oficina de implantação de um sistema agroflorestal (SAF) na sede do assentamento, com um módulo que pudesse ser reproduzido pelas famílias nos lotes.

O assentamento vem sendo beneficiado pela atuação da Associação Regional Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Urbana Sustentável (AREDAFUS), que é proponente de um projeto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que está em execução desde 2020. Para terem acesso a este programa foi preciso incluir famílias assentadas do Assentamento Mario Lago, para se conseguir atingir as cotas necessárias destinadas pelo programa evitando-se, assim, que ocorra a devolução dos recursos como aconteceu com outro contrato de PAA, de 2017. Isso evidencia a dificuldade de produção pelas famílias assentadas, até mesmo para garantir as entregas de produtos para o PAA.

Figura 15 – Entrega do PAA Doação Simultânea no município de Orlândia



Fonte: Acervo do autor (2020)

Mesmo com todas as dificuldades que causam indignidade às famílias assentadas no Assentamento Aparecida Segura, estas mantêm a organicidade, aonde sempre que preciso se unem para pensar soluções conjuntas para os problemas do assentamento. Uma das características mais simbólicas do assentamento é a presença de mais de 47 jovens e crianças que integram as famílias assentadas, expressando uma territorialidade significativa para um assentamento marcado pelo retrocesso das políticas públicas. A presença de jovens e filhos adultos das famílias assentadas que permanecem no território é uma característica multidimensional do assentamento que merece maior análise em futuras pesquisas.

3 REGIONALIZAÇÃO EM DISPUTA: DILEMAS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

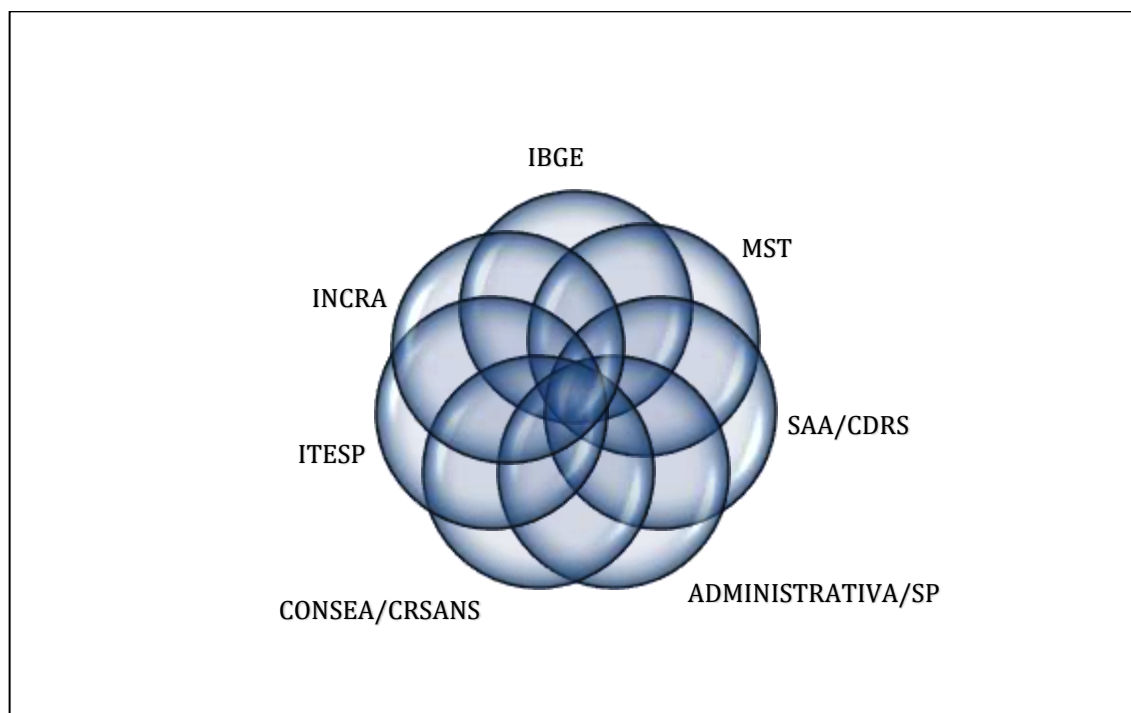
Com base no exposto acima, é evidente a existência de auto determinação espacial e política proposta pelo MST, mas antes de dissertar em relação as políticas públicas de reforma agrária é necessário entender como se organizam os processos de execução de programas e ações por parte da governança na região estudada, não só pela perspectiva da delimitação do espaço, mas como expressão das dimensões sociais e políticas do processo de territorialização das políticas públicas de reforma agrária, e como se articulam nas várias delimitações da região de Ribeirão Preto.

É neste sentido que pretendemos falar aqui de “regionalização” – a região enquanto processo, em constante rearticulação – e da propriedade de “ser” regional, a “regionalidade”, vistos a partir da grande diferenciação cultural e da enorme desigualdade social produzida mesmo num mundo tido como globalizado e, portanto, pretensamente mais homogêneo. Não há como, genericamente, pretender estipular uma única grande racionalidade ou “teoria” da regionalização, a não ser que mantenhamos os velhos padrões economicistas com que, muitas vezes, a região foi trabalhada – como se apenas a reprodução e acumulação do capital pudesse dar conta de toda a diversidade regional em que estamos inseridos (HAESBAERT, 2010, p. 5).

Para Haesbaert (2010) a região vista como arte-fato, rompe com a dualidade que muitos advogam entre posturas mais estritamente realistas e idealistas, que dentre as várias definições ao longo da história, contempla o entendimento da regionalização como processo, de recorte do espaço, com base no “fato” que expressa o espaço vivido, com base no “artifício” que expressa o sentido analítico, como recurso teórico de definição do espaço, e as delimitações do espaço regional com base em instrumento normativo, voltado ao exercício de planejamento e intervenção política.

Na premissa da região como arte-fato, proposto por Haesbaert (2010), pode muito bem enquadrar as formas como se regionalizam a implementação das políticas públicas, pois existem diferentes regiões políticas e administrativas, que se articulam ou não, para implementação das políticas públicas, seja diretamente como INCRA e ITESP, ou indiretamente relacionada a políticas voltadas a agricultura e programas de comercialização, ou na própria definição analítica do IBGE.

Figura 16 – Ilustração da relação das várias definições para região de Ribeirão Preto



Fonte: O autor (2021)

Destarte, a definição de região desta pesquisa, se construirá num estudo da complexidade de aspectos que constituem a implementação das políticas públicas na região de Ribeirão Preto, e como isso manifesta algumas contradições, pois, se por um lado tem-se a regionalização proposta pelo MST, por outro lado tem-se as divisões administrativas e de regionalização, tais como as regiões definidas pelos órgãos gestores da política de reforma agrária (INCRA e ITESP) e as regiões definidas pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo e regiões do IBGE. Em resumo, não há uma única região que sirva de referência para elaboração e implementação de políticas públicas.

Mas do que apenas descrever as regiões, é importante entender como estas se articulam e refletem na implementação das políticas públicas de reforma agrária, pois ao pensar a política de desenvolvimento nacional, deve-se buscar “articular horizontalmente os atores institucionais de uma mesma região e integrar verticalmente as diferentes escalas político-administrativas” (BRANDÃO, 2007, p. 209)

3.1 As diversas regionalizações administrativas e normativas no mesmo espaço.

Inicialmente apresenta-se a divisão em regiões e Mesorregiões Geográficas definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), formada, além de outras, pelas microrregiões de Franca e Ribeirão Preto, onde estão localizados os assentamentos participantes desta pesquisa.

As mesorregiões geográficas se caracterizam como:

Unidades homogêneas a nível maior que as Microrregiões, porém menor que o Estado ou território. Foram criadas com o fim de permitir a elaboração de estatísticas mais detalhadas em unidades territoriais maiores, obedecendo ao mesmo princípio da classificação microrregional (IBGE, 1980, apud CONTEL, 2014, p. 9)

As Microrregiões por sua vez são assim definidas:

[...] como partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades não significam uniformidade de atributos nem conferem às microrregiões autossuficiência e tampouco o caráter de serem únicas devido à sua articulação a espaços maiores, quer à mesorregião, à Unidade da Federação, quer à totalidade nacional. Essas especificidades referem-se à estrutura de produção agropecuária industrial, extrativismo mineral ou pesca. Essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares (IBGE, 1990, p.8, apud CONTEL, 2014, p. 11).

Essa definição do IBGE representa um paradigma na divisão regional do espaço geográfico brasileiro e se baseia na concepção de região como do “espaço homogêneo”, em que, pode-se dizer, estes foram compreendidos como uma “forma de organização em torno da produção” e seriam expressos “por combinações de fatos físicos, sociais e econômicos” (IBGE, 1970, p.8, apud, CONTEL, 2014, p. 8).

As mudanças na metodologia do IBGE e concepções de região levaram a uma mudança de nomenclatura. Em 1990, passou-se a identificar as mesorregiões e microrregiões por nomenclaturas, antes eram identificadas por números.

Por fim, mas não menos importante, esta divisão regional estabelecida em 1990 traz uma mudança significativa em relação à anterior: o grupo de pesquisadores do IBGE se preocupou em conceder nomes próprios para cada micro e mesorregião, não mais utilizando apenas números para esta identificação. Esta *nominata* seguiu os seguintes critérios:

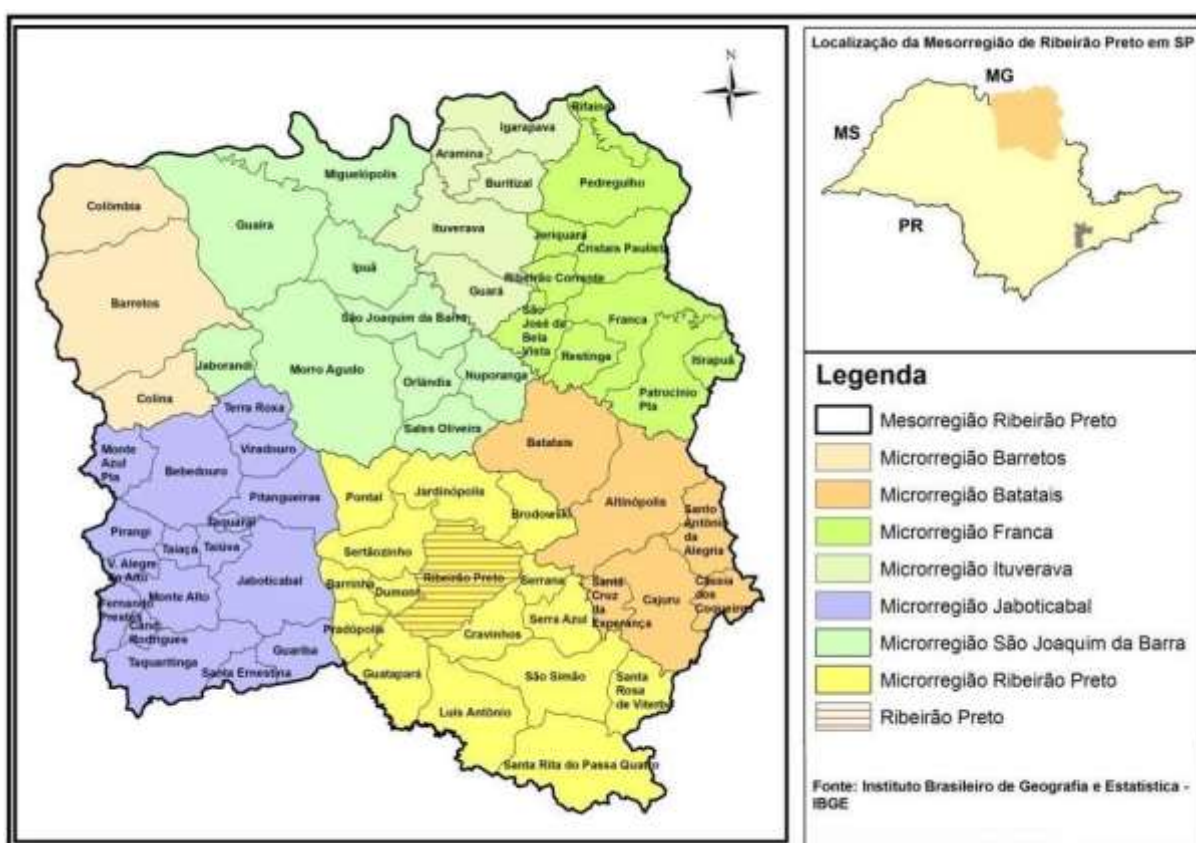
1. Para as mesorregiões (nesta ordem de importância): (a) denominações regionais tradicionais; (b) denominação em função dos centros urbanos de grande importância regional; (c) denominação a partir das Regiões Metropolitanas (definidas por Leis Federais desde o ano de 1973); e (d) uso

de critérios ligados à posição geográfica em todos os demais casos;

2. Para o caso da denominação das microrregiões (também em sequência de importância): (a) denominação a partir de um “aporte tradicional”, qual seja, a “denominação do município mais tradicional ou antigo e que tenha tido expressão na articulação do espaço” (IBGE, 1990, p.11, apud CONTEL, 2014); (b) denominação a partir da “hierarquia urbana”, definida a partir do centro urbano regional/local, como estabelecido pelo estudo da REGIC de 1987; e (c) “aporte de contingente populacional” em todos os demais casos. (IBGE, 1990, p.11, apud CONTEL, 2014, p.12).

Com isto, ocorreu a delimitação da mesorregião de Ribeirão Preto, bem como das microrregiões que a compõem, conforme o mapa abaixo:

Figura 17 - Mapa da Mesorregião de Ribeirão Preto (IBGE)



Fonte: IBGE (1990) apud Junqueira (2016, p.54)

A Região de Ribeirão Preto, é tida como capital do agronegócio, construída com base num histórico produtivo e econômico, que segundo Junqueira (2016), remonta ao final do século XIX, quando se tornou a principal área produtora de café do Estado de São Paulo.

Até a crise internacional de 1929 a cafeicultura foi a principal atividade econômica da região, dinamizando a construção de uma rede de cidades que se

formou ao longo do eixo das ferrovias e sendo responsável pelo crescimento e estruturação interna das cidades (IPT, 2000 apud JUNQUEIRA, 2016, p.54).

Neste contexto, é a partir da década de 1960 que os efeitos da intensificação do capitalismo no campo começam a alterar de forma mais significativa a região alterando as bases técnicas e organizacionais da agricultura (JUNQUEIRA, 2016, p.55), que passam a ser mais voltadas a produção sucroalcooleira.

Firminiano (2009) ao abordar a questão agrária na região, apresenta que enquanto se transformava a base técnica da agricultura (com o aumento médio da produtividade), gerando divisas por meio das exportações agrícolas, intensificava-se o êxodo rural, pois esse processo reafirmava a concentração da propriedade e os entraves para o acesso à terra, fazendo com que, progressivamente, meeiros, posseiros, pequenos arrendatários, dentre outros, dessem lugar ao trabalhador rural volante, também conhecido como “boia-fria”, que vive na cidade e trabalha nos complexos rurais, altamente dependente da produção da cana-de-açúcar, e a reprodução da existência de grupos de famílias que, historicamente, têm suas experiências associadas ao espaço rural, passou a sofrer muitas transformações, a começar pela desocupação dos espaços, de trabalho e de produção da subsistência familiar.

No final de década de 1990, as lutas dos trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto ganhavam força, em parte por influência dos sindicatos que se constituíam como os principais instrumentos de organização da classe trabalhadora no campo e, na época, alguns deles buscavam se articular, reunir forças, com a intenção de aproximar a luta dos trabalhadores da cidade e do campo e, com isso, fortalecer a organização dos trabalhadores, o que também motivou a luta do MST para ocupação de terras, com a modernização da agricultura, que substituiu diversos empregos por máquinas, levando estes trabalhadores a se organizarem (WELCH, 2010).

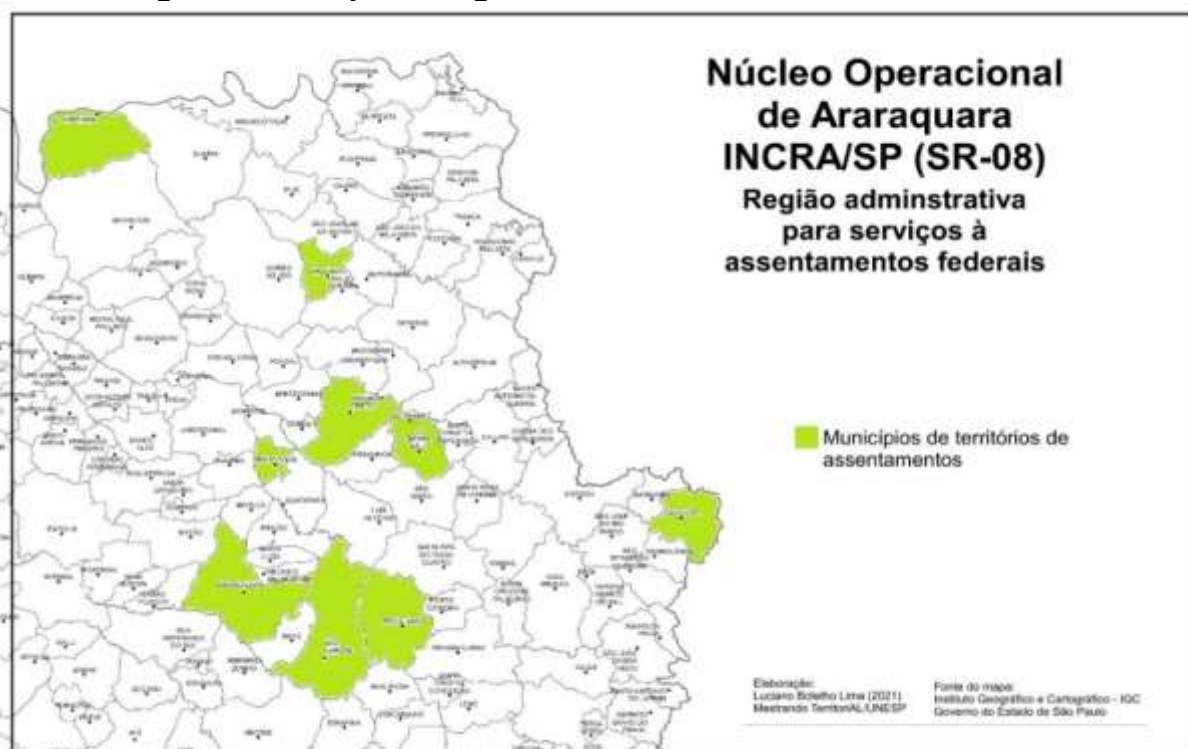
A realidade descrita em relação ao agronegócio são as bases para organização da luta pela terra, consequência deste processo de expansão produtiva que expulsou do campo, camponeses e trabalhadores rurais. Um processo de lutas na região, capitaneadas inicialmente pelas organizações sindicais, até a chegada do MST, no fim da década de 1990, que se estabeleceu como referência, na busca da reforma agrária.

As características do espaço, que determinaram a definição de região pelo IBGE, afirmam as condições econômicas e produtivas do agronegócio neste espaço, que por si, apresentam as mais diversas contradições, seja na questão do trabalho rural ou nas questões ambientais. Essas pautas levaram à organização em torno da luta pela terra, que possibilitou as conquistas de assentamentos como visto na seção anterior, e estas conquistas materializam-se como territórios de reforma agrária, e expressam outras determinações no espaço regional, seja na perspectiva política de atuação do MST ou pela intervenção normativa de novos atores da governança sobre a reforma agrária, como é o caso do INCRA e ITESP. Estão presentes na definição dessa região, também as determinações no campo de atuação do governo estadual em torno da agricultura familiar, como é o caso da CATI, constituindo as regiões agrícolas da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

Outra definição pelo IBGE é a de Região Intermediária e Região Imediata, que nas alterações nas normas do PNAE passou a mediar o processo de classificação nas chamadas públicas de compra de produtos da agricultura familiar para merenda escolar.

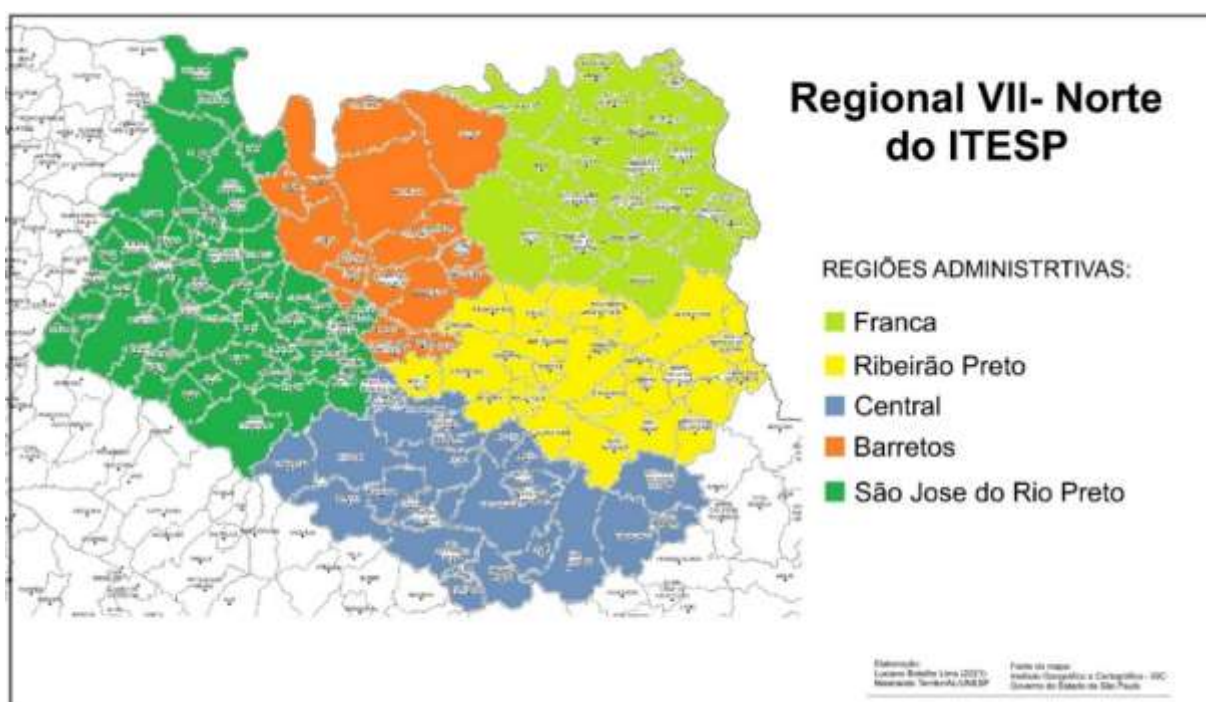
Ademais, importante destacar estas outras definições administrativas de região, pois afetam diretamente a implementação das políticas públicas, principalmente diante da divisão entre órgãos responsáveis pelos assentamentos, o INCRA que define sua regionalização à partir de Núcleos Operacionais, estando os territórios da pesquisa ligados ao Núcleo Operacional de Araraquara e no caso do ITESP que define sua atuação em Norte, Sul, Oeste, Leste, Sudoeste, Noroeste, Sudeste, estando o assentamento estadual ligado a região Norte e ao Escritório de Bebedouro.

Figura 18 – Mapa da região administrativa do INCRA São Paulo



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IGC [s.d.]

Figura 19 – Mapa da Região administrativa do ITESP



Fonte: Adaptado pelo autor com base no IGC [s.d.]

As regionais do INCRA e do ITESP representam a forma com que se organiza

a atuação do Estado na gestão e implemento de políticas públicas para reforma agrária, cabendo apresentar todos os assentamentos que estão localizados dentro da região de Ribeirão Preto, na perspectiva administrativa de delimitação.

Tabela 3 – Assentamentos da região de Ribeirão Preto

Assentamento	Município	Capacidade do assentam ento (famílias)	Área Total (ha)	Data de obtenção da área para RA
PE REAGE BRASIL	BEBEDOURO	84	1.296,30	27/12/2000
PE NOSSA TERRA	BATATAIS	30	239,77	23/02/2005
PE CÓRREGO RICO	JABOTICABAL	47	473,27	04/10/2001
PE IBITIÚVA	PITANGUEIRAS	43	727,22	27/12/2000
PE GUARANI	PRADÓPOLIS	274	4.190,22	27/12/2000
PE BOA SORTE “17 DE ABRIL”	RESTINGA	159	2.979,07	10/12/1999
PE MARIO COVAS	SÃO SIMÃO	130	748,27	01/07/2012
PA ORLANDIA	ORLÂNDIA	14	62,55	17/11/2009
PDS DA BARRA	RIBEIRÃO PRETO	474	1549,48	20/06/2007
PDS SEPE TIARAJU	SERRA AZUL	80	797,74	20/09/2004
PA PERDIZES	COLOMBIA	38	1.506,17	14/07/1997
PA FORMIGA	COLOMBIA	61	1063,39	23/09/1996
PA LUIZ GUSTAVO HENRIQUE	COLOMBIA	319	1939,76	16/12/2016

Fonte: Elaborado pelo autor com base em INCRA, [s.d.]

Destaca-se, que são 13 assentamentos, com cerca de 1753 famílias assentadas em mais de 17.573 hectares de terra destinadas à reforma agrária, sendo que 7 estão sob a competência do ITESP identificados na tabela acima pela sigla “PE” (Projeto Estadual), e os outros 6 assentamentos sob a gestão do INCRA.

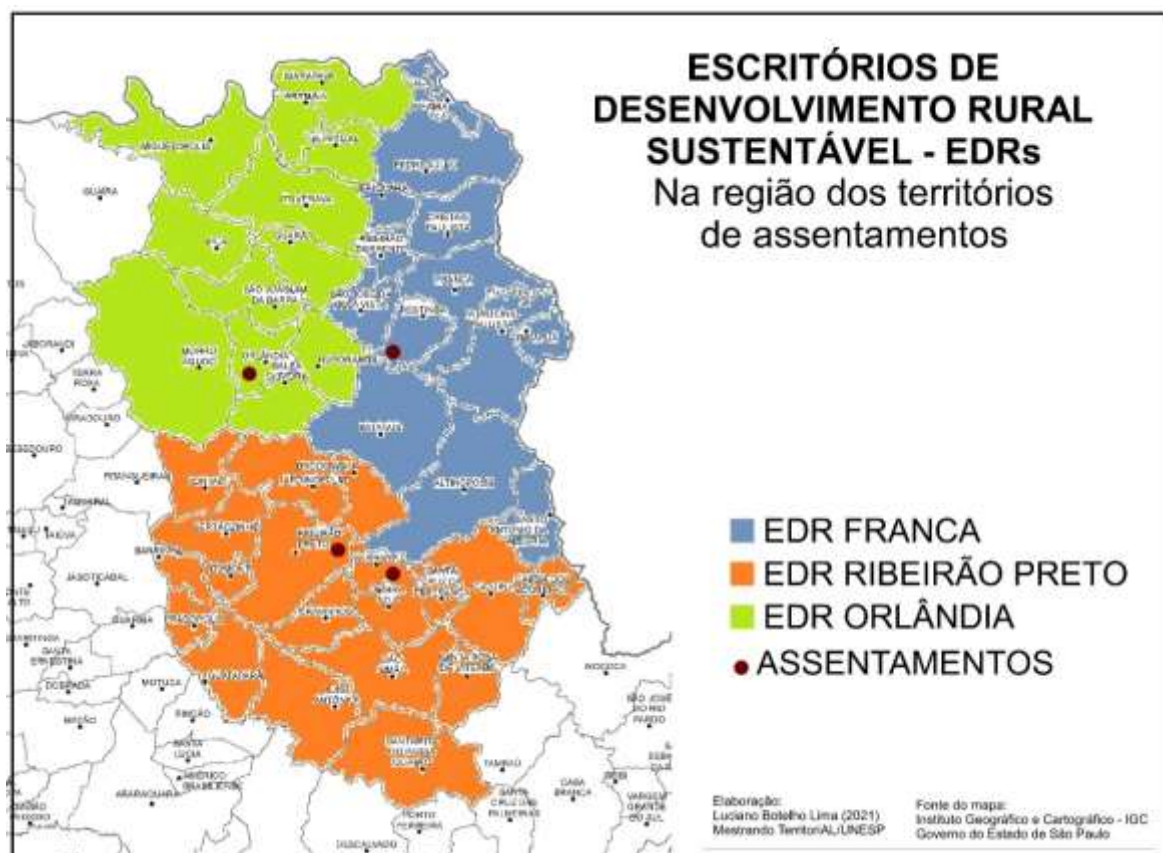
Porém, mesmo representando uma região administrativa de reforma agrária, não há uma integração entre os dois órgãos que possibilite a mútua atuação em todos

os assentamentos, pelo contrário já houve situações conflituosas em relação aos assentamentos Córrego Rico, município de Jaboticabal e Horto Guarani, município de Pradópolis, em que pude acompanhar enquanto prestava serviços na assistência técnica (ATER). Tais conflitos na delimitação das regiões de gestão entre as agências afetou diretamente a continuidade do trabalho técnico contratado pelo INCRA para estes assentamentos, que por fim ficaram sob a responsabilidade de gestão do ITESP. Para solucionar o conflito, tentou-se um termo de cooperação entre INCRA e ITESP, para que diante da falta de assistência técnica o ITESP pudesse atender as demandas nos assentamentos federais, considerando que há uma presença territorial do órgão por meio da atuação dos escritórios regionais, unidade de gestão que INCRA não possui na região. Este termo de cooperação se mostrou pouco efetivo na prática, havendo apenas o atendimento pontual, no ano de 2020, para emissão de DAPs para cooperativas do Assentamento Mario Lago. Esta experiência revela que não há um planejamento estratégico de atuação nos assentamentos federais pelo INCRA.

Importante ressaltar, que a noção de região pelo INCRA funcionou à medida que haviam os escritórios de Araraquara e Ribeirão Preto em conjunto com a atuação da assistência técnica, de 2012 a 2018. Quando houve a paralização dos serviços de ATER, pelo governo Bolsonaro em 2019, também foi descontinuado o estabelecimento dos escritórios que serviam de apoio as demandas das famílias assentadas junto ao INCRA, e que agora relatam dificuldade de acesso à Autarquia que concentra as suas atividades no escritório da capital paulista.

Outra divisão regional, é aquela definida pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, por meio da CATI, que está estruturada em Escritórios Regionais de Desenvolvimento Rural (EDR), estando os assentamentos divididos entre os seguintes EDR's: PE Boa Sorte pertencente à EDR de Franca, Assentamento Aparecida Segura (PA Orlândia) à EDR de Orlândia, e os demais (PDS da Barra e PDS Sepé Tiaraju) à EDR de Ribeirão Preto.

Figura 20 – Mapa dos EDRs da CATI em relação a região de Ribeirão Preto



Fonte: Adaptado pelo autor de IGC [s.d]

A dinâmica de regionalização da atuação da CATI está voltada principalmente a propriedades rurais de pequeno porte, o que fica evidente na Nota Técnica (CATI, 2021, p. 210) que apresenta um diagnóstico da região de Ribeirão Preto. Os dados apresentados na Nota Técnica demonstram que a produção da cana-de-açúcar é a principal cadeia produtiva dos agricultores entrevistados, o que representa uma contradição e dissonância em relação às características da agricultura camponesa, que tem a policultura e diversificação da produção como base cultural.

Existem outras formas de regionalização construída pela intervenção normativa, que por suas dinâmicas multidimensionais, se articulam com as políticas públicas nos assentamentos, uma delas é a definição de região metropolitana, um artifício de delimitação de municípios limítrofes à uma metrópole, que se constitui à partir do Estatuto da Metrópole (Lei 13089/2015), e que prevê formas de planejamento e destinação de recursos atendendo as particularidades da região metropolitana. A definição deste instrumento normativo mantém relação com as necessidades dos

assentamentos, principalmente quando se observa a realidade do PDS da Barra, que está intrinsicamente ligado as dinâmicas urbanas e rurais, nas relações sócio espaciais constituídas. No caso, da região metropolitana de Ribeirão Preto, instituída pela Lei Complementar nº 1290/2016, compreende os seguintes municípios:

Figura 21 – Mapa da Região Metropolitana de Ribeirão Preto



Fonte: RMRP [s.d]

A Região Metropolitana de Ribeirão Preto, segundo a Lei Complementar nº 1290/2016, tem como objetivos:

Artigo 2º - A Região Metropolitana de Ribeirão Preto tem por objetivo promover:

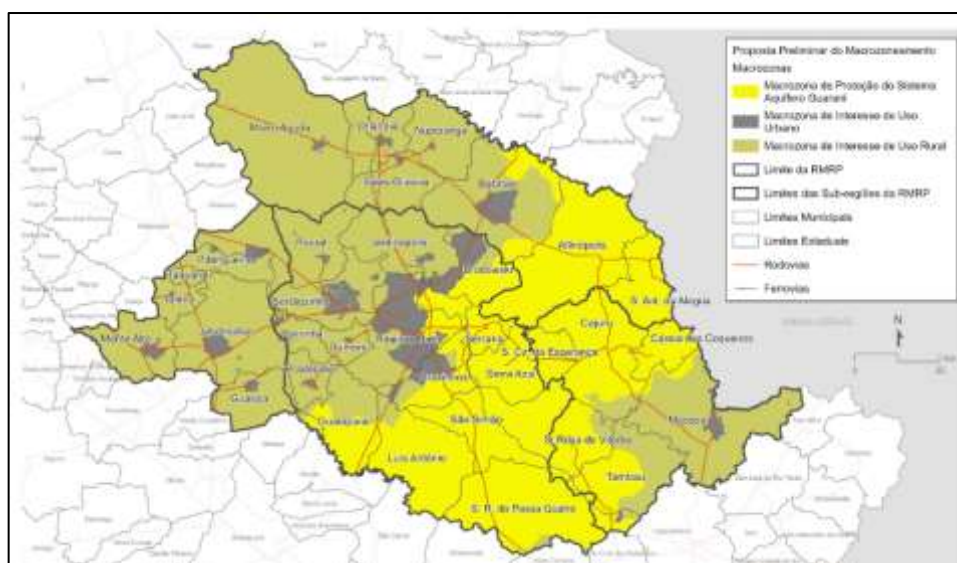
- I - o planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida;
- II - a cooperação entre diferentes níveis de governo, mediante a descentralização, articulação e integração de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta com atuação na região, visando ao máximo aproveitamento dos recursos públicos a ela destinados;
- III - a utilização racional do território, dos recursos naturais e culturais e a proteção do meio ambiente, mediante o controle da implantação dos empreendimentos públicos e privados na região;
- IV - a integração do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum aos entes públicos atuantes na região;
- V - a redução das desigualdades regionais. (RMRP, 2023).

Portanto, sua criação pressupõe um plano de desenvolvimento econômico e social, que se expressa em uma governança própria das relações políticas em torno da Metrópole Ribeirão Preto. Vem sendo discutindo por meio de grupos de trabalho um Plano de Desenvolvimento Urbano e Integrado, com propostas que englobam as demandas dos assentamentos, principalmente em se tratando de questões ambientais, como por exemplo, a Proteção do Aquífero Guarani, que modula o planejamento de governança sobre o território metropolitano através do Conselho de Desenvolvimento que é deliberativo e do Conselho Consultivo, órgãos responsáveis por viabilizar as discussões e planejamento da região com base nos objetivos. Cabe mencionar a apresentação do Grupo de Trabalho de Agricultura, que contém um mapa de Macrozoneamento de Proteção do Aquífero Guarani, que se relaciona com os assentamentos com propósito ambiental, PDS da Barra e do PDS Sepé Tiaraju, que estão dentro das delimitações deste território.

O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) é um instrumento legal de planejamento e gestão metropolitana e regional, definido em 2015 pelo Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/15).

Marco da retomada do planejamento regional no Brasil, é o PDUI que define as diretrizes e os meios necessários para orientar ações governamentais e da iniciativa privada em Regiões Metropolitanas (RMs), Aglomerações Urbanas (AUs) e Microrregiões (MRs), visando ao desenvolvimento sustentável e à redução das desigualdades regionais. O que o PDUI traz de novo é permitir que as decisões relativas a esses territórios sejam tomadas, de forma democrática, entre Estado, municípios e a sociedade civil, como requer a estrutura de governança Inter federativa (RMRP, [s.d]).

Figura 22 – Mapa e Macrozoneamento de Proteção do Aquífero Guarani



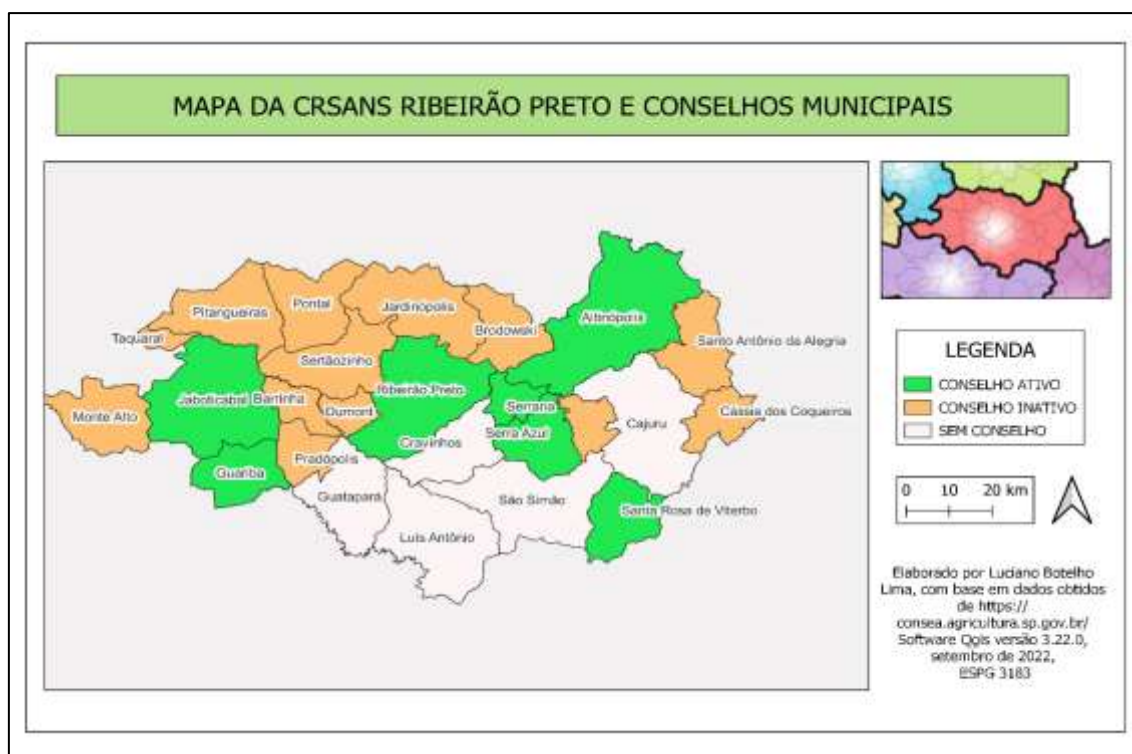
Fonte: RMRP [s.d]

Além de discussões em torno do Aquífero Guarani, em meio aos documentos elaborados pelos grupos de trabalho, é possível identificar pautas relacionadas à combate a incêndio, e outras formas de intervenção na agricultura como um todo, sendo que as discussões não pormenorizam as áreas de assentamento, trabalhando a questão da agricultura de maneira genérica, mas de qualquer forma pode possibilitar investimentos para as áreas rurais, inclusive aos assentamentos.

Portanto, a Região Metropolitana de Ribeirão Preto no exercício da governança está pautada no desenvolvimento regional, merecendo ser entendida como parte das articulações regionais para implementação das políticas públicas. Não podemos ainda afirmar se haverá alguma efetividade de ações no que concerne aos assentamentos de reforma agrária, tendo em vista que a política está em elaboração e ainda parcamente implementada.

Em conjunto a isso, é importante citar a regionalização criada através do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo (CONSEA-SP), que divide o Estado em Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentáveis (CRSANS), como forma de promover a participação social através de discussões regionais, que visem atender os objetivos elencados na Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11346/2006) que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) em nível nacional e visam à defesa do direito humano a alimentação adequada e a segurança alimentar. A CRSANS de Ribeirão Preto compreende os municípios apresentados no mapa apresentado a seguir.

Figura 23 – Mapa da CRSANS de Ribeirão Preto



Fonte: Elaborado pelo autor⁸

A divisão das CRSANS do CONSEA-SP se confunde com a divisão administrativa da Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, justamente por estar vinculado à mesma, mas é importante traçar uma distinção, de sua forma, que expressa um fato normativo de definição regional, das dinâmicas que moldam seu funcionamento. Estas vão além da governança para abrigar processos participativos de construção de discussões relacionadas à segurança alimentar e nutricional, que podem viabilizar a elaboração de políticas públicas ou materializar ações coletivas que possibilitem o fortalecimento do debate em torno do tema Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional.

A atuação dos Conselhos de Segurança Alimentar de todas as esferas, federal, estadual ou municipal, se relacionam diretamente com a realidade dos assentamentos de reforma agrária, por tratar de temas que envolvem toda a cadeia produtiva de alimentos, valorizando processos sustentáveis de produção e o apoio à agricultura familiar e camponesa, conforme previsto na Lei de Segurança Alimentar:

⁸ Foram realizadas consultas na legislação de cada município da região administrativa de Ribeirão Preto, bem como a pesquisa de funcionamento de COMSEA municipais.

Art. 4º A segurança alimentar e nutricional abrange: I. a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda; II. a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos; III. a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social; IV. a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população; V. a produção de conhecimento e o acesso à informação; e VI. a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País (BRASIL, 2006).

Essa articulação fica evidente no exemplo da atuação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Ribeirão Preto (COMSEAN/RP) que construiu uma relação estreita com o assentamento Mario Lago, no sentido de viabilizar o atendimento das demandas do território junto à Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Esta aproximação do COMSEAN ao assentamento possibilitou mudanças na política de merenda escolar do município, para abranger os produtos do assentamento, além da participação direta do assentamento na I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, realizada em 31 de novembro de 2021 o que possibilitou o apontamento das dificuldades vividas e pela ausência de políticas públicas, elencando demandas estruturais e de desenvolvimento do assentamento.

Figura 24 – Registro da Pré -Conferência de Segurança Alimentar realizada no Assentamento Mario Lago pelo COMSEAN de Ribeirão Preto, 2021



Fonte: Acervo do autor (2021)

Esse exemplo, demonstra a importância deste espaço para possibilitar a participação na elaboração de políticas públicas que possam ser implementadas nos assentamentos, para solucionar as debilidades e fortalecer a produção agroecológica e as relações garantidoras de segurança alimentar, com a participação popular através da sociedade civil organizada em diálogo constante com o poder público.

3.2 A regionalização do MST e a redefinição do espaço na perspectiva da luta pela terra

Para além de entender a região como “arte-fato”, nas dimensões políticas expostas na subseção anterior, outros autores propõem o entendimento da região como resultado das lutas sociais que se desenvolvem no espaço geográfico, como é o caso de Markusen (1981 apud OLIVERA, 2015, p. 11)):

A constituição de uma problemática regional é um processo histórico, em que a região é resultante da produção desigual do espaço no qual ocorre à localização de diferentes condições de acumulação. Markusen (1981) sustenta que as regiões são um extraordinário espaço de luta social. Portanto, a significação de uma região encontra-se nas lutas que nela ocorrem, e não em uma identidade previamente estabelecida. De acordo com esta visão, a região pode ser definida como uma sociedade territorial contígua produzida historicamente, um meio físico, um ambiente socioeconômico, político e cultural caracterizado de maneira diferenciada de outras regiões, que estabelece interrelações com outras escalas territoriais. Por esse prisma, o conceito de região, como contiguidade e escala subnacional, precisa ser estudado a partir das relações sociais que as distinguem num determinado contexto histórico, logo, não se pode falar de regiões abstratamente. (OLIVEIRA, 2015, p. 11).

Neste sentido, é possível analisar a espacialização da luta pela terra, também como um processo de regionalização, tanto do MST como na concepção de um território de reforma agrária, não só pela conquista e construção de assentamentos, mas pelas dimensões relacionais que se expressam na produção do espaço. Em outras palavras, quando se conquista a terra e cria-se um assentamento, não se está apenas garantindo o acesso a um “pedaço de terra” para determinada família, mas também a possibilidade de construção de um desenvolvimento produtivo, que reverbera em novas relações, em que, por exemplo, a família assentada passa a comercializar para merenda escolar em um ou mais municípios da região. A inclusão das famílias em políticas públicas é um marco referencial que representa a

territorialização de políticas públicas em assentamentos.

Portanto, a regionalização proposta pelo MST, constitui-se pelo processo de espacialização das dimensões organizativas ou de organicidade que produzem o espaço, resultante de um processo de organização política articulado com a construção de relações socioterritoriais, com base nas determinações trazidas a partir da luta pela terra.

Neste sentido, é possível analisar a espacialização da luta pela terra, também como um processo de regionalização, tanto do MST como na concepção de um território de reforma agrária, não só pela conquista e construção de assentamentos, mas pelas dimensões relacionais que se expressam na produção do espaço. Em outras palavras, quando se conquista a terra e cria-se um assentamento, não se está apenas garantindo o acesso a um “pedaço de terra” para determinada família, mas também a possibilidade de construção de um desenvolvimento produtivo, que reverbera em novas relações, em que, por exemplo, a família assentada passa a comercializar para merenda escolar em um ou mais municípios da região. A inclusão das famílias em políticas públicas é um marco referencial que representa a territorialização de políticas públicas em assentamentos.

também uma determinação espacial em forma de regional, que delimita o alcance das articulações históricas nas regionais, que se relacionam à organicidade do MST.

A organicidade do MST, nada mais é que a dinâmica imprimida nas relações sociais da luta do movimento para viabilizar as ações de forma organizada e constituindo instâncias decisórias, como forma de construir a condução coletivamente. Seja através das relações diretas de organização espacial, como é o caso de Núcleos de Base, ou através de setores, pensados justamente para conseguir lidar com as várias necessidades que se apresentam na luta, ou para organizar as discussões em torno de todos os aspectos da luta popular, amparado no propósito da reforma agrária popular ou na busca das transformações sociais por meio das conquistas da classe trabalhadora.

Nesta pesquisa, tomaremos por base referencial a Regional de Ribeirão do MST, ao referir à região de Ribeirão Preto no decorrer desta dissertação. Para isso,, consideram-se os aspectos territoriais da implementação de políticas públicas, ignorando a relação conflitante das regiões com base na governança, para defender a afirmação do território em seus aspectos materiais que se consolidam na luta pela terra, é dizer que a problemática das políticas públicas não se restringem a atuação estatal ou diretrizes governamentais, e sim pelas relações socioterritoriais da região, que no caso para o MST representa uma única organicidade, já que os processos de reivindicações por políticas governamentais e de enfrentamento ao capital se constroem com base nessa regional.

É importante pontuar que o processo de regionalização do MST, propõe uma forma de organização que subverte as definições artificiais ou que expressam determinações por fenômenos no espaço, e sim na construção de bases sócio territoriais constituída pela materialidade da luta pela terra, e as diferentes relações dinâmicas das transformações no espaço. Ou seja, não se constitui em uma região de sujeitos, mas pertencente aos sujeitos, que afirmam seu espaço regional.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REFORMA AGRÁRIA: IMPACTOS E CONTRADIÇÕES

O conceito de políticas públicas é amplo, havendo divergências teóricas, que ao mesmo tempo expressam uma multidisciplinaridade, servindo de base de estudo em vários campos, para além da Ciência Política, como no caso desta pesquisa que busca entender a relação da política pública com o desenvolvimento territorial da reforma agrária, e o papel do Estado e dos sujeitos, que constroem ou são afetados.

Tanto para Souza (2006) quanto para Secchi (2013), “não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública” e que “qualquer definição de política pública é arbitrária”.

Outras definições enfatizam o papel da política pública na solução de problemas. Críticos dessas definições, que superestimam aspectos racionais e procedimentais das políticas públicas, argumentam que elas ignoram a essência da política pública, isto é, o embate em torno de ideias e interesses. Pode-se também acrescentar que, por concentrarem o foco no papel dos governos, essas definições deixam de lado o seu aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos. Deixam também de fora possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais (SOUZA, 2006, p.25).

Assim, para Souza (2006), do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos, cabendo destacar algumas questões, que Secchi (2013) chama de “nós conceituais”, que auxiliam a entender as políticas públicas.

A primeira questão, relaciona a construção das políticas e seus atores, necessariamente públicos e/ou privados, propondo que existem duas visões, a primeira de que a política pública é exclusividade do Estado, o qual este é o interventor direto nas relações sociais, e a segunda “multicênica” refere -se a participação de diversos atores na construção das políticas públicas, o qual para Secchi (2013) a palavra “pública” refere-se a um problema público à ser enfrentado, com a participação conjunta dos atores públicos e privados, confrontando diretamente a primeira visão Estatista que retira a capacidade dos sujeitos em relação as decisões sobre políticas públicas.

A segunda questão, relaciona-se a omissão de governo sobre políticas públicas, em que Dye (1972, p.1) apud Secchi (2013) afirma que política pública “é

tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não”, ou seja, para Souza (2006) referenciando-se em Bachrach e Baratz (1962), que não fazer nada em relação a um problema também é uma forma de política pública. O fato da Prefeitura de Ribeirão Preto ser omissa as necessidades do Assentamento Mario Lago (PDS DA BARRA), pode demonstrar uma postura alinhada aos interesses do agronegócio ou da especulação imobiliária já demonstrada, por exemplo.

A terceira questão, é se políticas públicas são apenas estruturantes, como matrizes estratégicas, aonde programas e ações servem como elemento operativo, o que para Secchi (2013), deixa vago as escalas de políticas estruturantes, para o autor mais preciso entender que as políticas públicas são tanto “ diretrizes estruturantes (de nível estratégico) como as diretrizes de nível intermediário e operacional.

Portanto, as políticas públicas vão além de sua definição, sendo que sua construção precede de um problema ou não, devendo ser analisada por sua intencionalidade política, seja por atuação de governo ou construção coletiva, percebendo todos os sujeitos do processo de elaboração da política pública, bem como as disputas no processo de implementação, pois para Theodor Lowi (1964; 1972) apud Souza (2006), a política pública faz a política. Nesta senda, defende que esta tipologia pode assumir três formatos:

O primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente. (LOWI 1964;1972 apud SOUZA, 2006, p.28).

Souza (2006, p.29), apresenta outras tipologias, como a incrementalista, desenvolvida por Lindblom (1979), Caiden e Wildavsky (1980) e Wildavsky (1992), em que na perspectiva de governo, as políticas públicas seriam matrizes contínuas, sendo as decisões apenas incrementadoras, pouco importando as mudanças políticas. Outra tipologia, se baseia no ciclo da política pública, com a construção de um processo dinâmico de aprendizado que criam estágios, sendo o mais conhecido

de agenda política, que se constrói por processos que visam identificar um problema e construir soluções, que podem se desenvolver de maneira efetiva para resolver um problema público, como também para Secchi (2013) referenciando-se em Gustafsson (1983), pode ser uma agenda política apenas simbólica, cuja a solução de fato dá espaço a ganhos de capital político, ou pseudopolíticas e políticas sem sentido, que não solucionam problemas e nem criam processos de conhecimento e análise de opções para solucioná-lo.

Não ignorando outras tipologias, o que importa é entender é as dimensões relacionais das políticas públicas e sua territorialização, para isso Souza (2006) traz um resumo das definições:

Das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, podemos extrair e sintetizar seus elementos principais: A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação. (SOUZA, 2006, p.36).

Com isso, é importante entender a relação das políticas públicas com os territórios, pela atuação do Estado e as relações de poder que criam contradições, bem como levando em consideração o papel dos sujeitos, em detrimento da atuação estatal, seja no processo de implementação das políticas públicas, ou na construção da política pública como fato político de um problema público.

Por isso, ao analisar a reforma agrária, não é possível apenas caracterizar como uma política pública em si, mas ter em mente a certeza de que sua construção parte de um movimento histórico de luta pela terra, como nos ensina o professor Umbelino (2001), ao dizer que as transformações profundas pelas quais a agricultura brasileira passou no século XX revelam suas contradições, presentes no interior da estrutura agrária, e sua componente contemporânea: a luta pela Reforma agrária. Mais do que isso, revela a relação orgânica entre a luta pela terra e a emancipação de sujeitos, que se consuma na conquista da terra, na conquista de sua identidade camponesa, enfim, na conquista da cidadania.

Importante destacar que a reforma agrária se instrumentaliza no Estado como política pública, para além das conflitualidades e transformações inerentes da luta pela

terra, por outro lado o MST a partir de sua organização defende que a reforma agrária, deve estar estabelecida em projeto com ampla participação popular, e não apenas como instrumento normativo, convergindo as suas dinâmicas sociais na construção de um processo de Reforma Agrária Popular.

A Reforma Agrária Popular consiste na distribuição massiva de terras a camponeses, no contexto de processos de mudanças de poder nos quais se constituiu uma aliança entre governos de natureza popular, nacionalista, e os camponeses. Desses processos resultaram leis de Reforma Agrária progressistas, populares, aplicadas combinando-se a ação do Estado com a colaboração dos movimentos camponeses. Para Stedile (2022), onde esse tipo de Reforma Agrária ocorreu, ele não afetou necessariamente o sistema capitalista, e seu grau de abrangência esteve relacionado com os processos de mudanças sociais, econômicas e políticas havidas em cada país.

Por outro lado, a efetivação das conquistas por meio da luta, exige instrumentos formais para consolidação destas conquistas, que a partir das demandas dos movimentos, foram aos poucos sendo inseridos na legislação do país, a exemplo do Estatuto da Terra, um marco normativo antes da reforma agrária ser inserida na Constituição Federal de 1988.

O Estatuto da Terra traz uma especificidade no que concerne a reforma agrária, já que o tema ficava dispersos em torno das questões que envolvem a função social da propriedade, que carregam o peso de muita luta em relação ao tema, mas também já inicia um movimento na sociedade de mudança na mentalidade sobre a relação homem-terra-produção, hoje envolvendo a problemática ecológica, resultando em um novo conceito de direito de propriedade, com fundamento na efetiva utilização econômica da terra, vantagem social e respeito ambiental. Incluindo condições ao exercício de direito à propriedade, delimitando a sua função social como garantia plena deste direito, como observa-se no artigo 2º, caput e parágrafo primeiro do Estatuto da Terra:

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei. § 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

Destarte, o Estatuto da Terra de forma taxativa define a responsabilidade do poder público, que se incumbiria de realizar a Reforma Agrária nos seus termos legais, como descreve a alínea b, do parágrafo segundo do artigo 2º:

§ 2º É dever do Poder Público:[...]

b) zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo.

E que diante do não cumprimento da função social, a propriedade possa ser desapropriada para fins de Reforma Agrária, como prevê o artigo 13 da Lei, “O Poder Público promoverá a gradativa extinção das formas de ocupação e de exploração da terra que contrariem sua função social.”

No entanto, não somente no Estatuto da Terra que a função social imprime seus valores, estes que são inseridos na Constituição Federal de 1988, nos artigos 5º, inciso XXIII⁹ e 170, inciso III¹⁰, referindo-se a imóvel rural em seu artigo 186, segundo a seguinte redação:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - Aproveitamento racional e adequado;

II - Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Esses requisitos, quase idênticos aos definidos na Lei 4504/64 (Estatuto da Terra), em seu artigo 2º, parágrafo primeiro, são os elementos utilizados no direito brasileiro para definição da função social da propriedade, que vincula a propriedade a seu cumprimento, sendo no caso de descumprimento, passível de desapropriação para fins de Reforma Agrária. Que está consagrada no artigo 184 da Constituição

⁹ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

¹⁰ Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: II - função social da propriedade;

Federal, conforme a seguinte redação:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.
§ 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.
§ 2º O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.
§ 3º Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.
§ 4º O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.
§ 5º São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

Neste sentido, a reforma agrária como fato normativo está amparada na necessidade de cumprimento da função social da propriedade privada e não pela necessidade de superação das desigualdades sociais no campo, ou seja, o seu arcabouço normativo está atrelado a lógica do capital, e é por isso que o MST propõe a reforma agrária em outro sentido, em que possa ser construído um processo de transformação social, voltado a combater as desigualdades, ao tempo que se construa novas relações sociais e emancipatórias.

Portanto, entendendo a estrutura normativa e de governo em que se funda as políticas públicas da reforma agrária, é importante dialogar com a realidade sobre os impactos da implementação de políticas públicas na perspectiva dos sujeitos relacionados.

Importante dizer, que no decorrer da pesquisa foi possível participar de diversas reuniões nos territórios, voltadas a discutir os problemas e como estes afetam a realidade, e como a implementação ou não de políticas públicas impactaram no território, possibilitando inclusive a construção de instrumentos de análise das necessidades, como exemplo, um documento elaborado junto da coordenação do Assentamento Mario Lago, que auxilia nas pressões para solucionar problemas junto à Prefeitura do Município de Ribeirão Preto, bem como participando de diversas reuniões com representantes do governo para pensar em formas de solucionar os problemas.

Em todos os espaços de discussão há sempre um consenso da importância das políticas públicas como percussoras da organização coletiva, e da necessária

atuação de todas as esferas do poder público para garantir o desenvolvimento dos assentamentos, como também expressaram uma preocupação de que após a criação do assentamento, houve uma desmobilização da organização política interna e a fragmentação das famílias que passaram a se organizar através das cooperativas e associações, e se individualizaram cada vez mais em suas necessidades particulares, se afastando das discussões coletivas e de espaços como da coordenação de assentamento.

De modo geral, mesmo que haja um pertencimento por parte das famílias ao MST, estas não interagem diretamente com a organicidade, tanto que a principal pauta que permeou os grupos de discussão do Encontro Regional do MST Ribeirão Preto, realizado em 14 de janeiro de 2023, foi de como resgatar a organicidade nos assentamentos e a retomada de um processo de formação para reinserir as famílias nas discussões e andamentos da organização política e das políticas públicas.

No entanto, mesmo com um distanciamento das famílias da organicidade, os espaços organizativos não se perderam, tendo em vista que a sistemática de organização do MST, possibilita o acompanhamento dos assentamentos em suas necessidades, mesmo que indiretamente representando suas demandas. para possibilitar a implementação das políticas públicas de reforma agrária, bem como organizar pontualmente processos de lutas, e estes sim conseguem arregimentar vários assentados e assentadas, provocados pela busca de melhorias de suas condições de vida.

De qualquer modo, a sistemática das relações na sociedade capitalista se baseiam e se sustentam em processos que buscam a continuidade da acumulação de capital, e assentamentos não estão alheios a estas interferências inerentes do próprio sistema, que em conjunto com uma reforma agrária na perspectiva normativa visa apenas a distribuição de terras, ou seja, é dar ao sujeito marginalizado acesso a propriedade privada, mesmo que a forma não o caracteriza como proprietário, mas a essência o confunde a ponto de acirrar ainda mais o individualismo, que não é consequência própria desse processo, mas tende a se manifestar cada vez mais.

Em uma dessas reuniões, uma assentada foi assertiva ao dizer, que ao ponto que o INCRA fazia a divisão dos lotes, e os assentados colocavam cercas, estas “não passaram a dividir somente a terra, mas também os relacionamentos da comunidade”. Isso expressa um aspecto material das transformações do território, não sendo culpa

das famílias que não se unem, como muitas reflexões de senso comum tendem a concluir, mas representa uma sistemática que determinam as relações na sociedade capitalista.

Destarte, a intervenção do Estado, através do INCRA ou do ITESP, também pode ser responsável por reproduzir as dinâmicas de acumulação de capital, que confrontam o a proposta emancipatória empenhada pelo MST nos territórios consolidados, conflitando por diversas vezes com dinâmicas produtivas que possam buscar a superação do paradigma do capitalismo agrário ou agronegócio. Filgueiras (2018) referenciando-se em Marini (1973a, 1973b, 1979), reafirma o papel do Estado no Processo de Reprodução do Capital (PRC):

Adicionalmente, faz-se necessária a consideração do Estado e das políticas econômicas que constituem o PRC, esfera que articula as suas dimensões econômica e política. Nesse âmbito, devem-se distinguir as frações do capital e os setores que estão no centro do PRC, evidenciando quem exerce a hegemonia em seu interior, além de identificar o propósito das políticas (fins, objetivos, metas etc.) e as práticas ou mecanismos de decisão (ações, meios, instrumentos, medidas, etc.), assim como os destinatários sociais das decisões (setores, classes, grupos etc.). (FILGUEIRAS, 2018, s.p.).

Tanto que os dois PDSs representam o mais próximo da proposta do MST, no que concerne a reforma agrária popular, conciliando a normativa de criação de assentamento com a demanda de construção de uma comuna da terra, entendendo que ambos os assentamentos confluem com uma conjuntura favorável, tendo em vista que as forças políticas estavam mais alinhadas as demandas populares, pois ambos os processos de luta e conquista das áreas se deram no governo Lula. Garantindo a transmissão da Fazenda Santa Clara para o Governo Federal, onde foi consolidado o PDS Sepé Tiaraju, bem como a ação de desapropriação da Fazenda da Barra, onde hoje está o PDS da Barra.

Mesmo assim, a própria implementação do assentamento, segue uma sistemática normativa, que cerceia as dinâmicas de organização dos territórios, fazendo muitas vezes enfrentamento direto ou indireto com o MST ou outros movimentos políticos que organizam a luta pela conquista do mesmo território, isso pode não ser uma vontade de governo, mas está intrinsicamente ligado ao papel do Estado na implementação de políticas públicas, que em condições favoráveis podem atender aos anseios populares, mas permanentemente reproduza lógica sistemática do capitalismo.

Para entender melhor as contradições do processo de implementação das políticas públicas, com ênfase em programas e ações de governo, nos seus aspectos históricos e normativos, serão abordados os impactos, estruturais, de desenvolvimento e de comercialização nos assentamentos, e como interagem com as dinâmicas do território, trazendo a discussão das contradições e retrocessos no processo de territorialização das políticas públicas.

4.1 As bases para o desenvolvimento territorial: análise qualitativa da estruturação e investimento nos assentamentos

Após a criação do assentamento, a partir de sua homologação e publicação no diário oficial, é iniciado o processo de implantação, com a divisão dos lotes e outros procedimentos para instalação das famílias no território, iniciando as ações que visam a garantia de estruturação e desenvolvimento do território e das famílias assentadas.

Figura 26 – Ilustração dos passos de implantação de assentamentos



Fonte: BRASIL (2022)

As políticas públicas para instalação das famílias no assentamento permitem iniciar o processo de desenvolvimento territorial, já que são elementares para garantir o mínimo necessário para o início produtivo e de estrutura básica de subsistência.

Importante salientar, que não pretende-se delinear as fases como propõe o modelo de desenvolvimento do INCRA, pois na prática os territórios estabelecem formas de organização produtiva mesmo antes da consolidação do assentamento, inclusive acessando mercado, e também fornecendo produtos ao PAA, como é o caso do Assentamento Aparecida Segura, que detinha maiores índices de produtividade quando era acampamento e fornecia produtos para Doação Simultânea por meio da Associação APRODF do Assentamento 17 de Abril, o que não foi diferente nos outros territórios.

Logo, determinar o desenvolvimento como uma fase posterior à implantação do assentamento, não condiz com a formação histórica destes territórios, pois o MST em suas linhas políticas de atuação, já promovia o engajamento produtivo das famílias em seus espaços formativos, voltados ao fortalecimento da agroecologia. Um exemplo, é o Assentamento Mario Lago, aonde logo que se extrai a cana de açúcar já se iniciou o plantio de mandioca e outras hortaliças, antes mesmo da divisão dos lotes.

Ao iniciar o processo de criação de um assentamento pelo INCRA, é elaborado um Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA), aonde a partir de um diagnóstico da realidade, são levantadas as problemáticas para um planejamento de atuação das políticas públicas, mas na prática dentre os quatro assentamentos só foi realizado o PDA do Assentamento Aparecida Segura, que não foi implementado em consequência das mudanças políticas já explicadas, cabendo citar também a elaboração de um Plano de Recuperação de Assentamento (PRA) do PDS da BARRA, que também não teve nenhum efeito prático nos problemas enfrentados pelo território, mas são documentos históricos que apresentam detalhes das características do território que referenciam as discussões da pesquisa.

4.1.1 A questão da água

As duas principais problemáticas estruturais apresentadas por todos os assentamentos do INCRA, é a falta de água e má condições de estradas, que afetam o desenvolvimento territorial, e causa impactos até mesmo calamitosos à realidade.

O caso do Assentamento Mario Lago, é o mais emblemático, pois vive uma situação de calamidade em saúde pública devido à falta de distribuição de água potável, que tem gerado contaminação, já que para terem água as famílias fizeram a distribuição de forma rudimentar com o uso de mangueiras de irrigação (as chamadas mangueiras pretas).

Estudos promovidos por pesquisadoras da Escola de Enfermagem da USP, identificaram a presença de coliformes totais em 59,7% das amostras de água coletadas no assentamento, além de 13% de crescimento de coliformes fecais e 20,8% com larvas de helminto (NAKANO et al, 2023, p.741), este resultado demonstra-se preocupante a medida que água contaminada por bactérias e enteroparasitos são os causadores principais de enterites, doenças diarreicas e doenças endêmicas/epidêmicas, que podem resultar em aumento da morbimortalidade (MACHADO et al, 2022 apud NAKANO et al, 2023, p.748).

Para Nakano et al (2023) essa contaminação pode estar relacionada ausência de tratamento e/ou cloração da água utilizada para consumo, o uso de mangueiras próximas ao solo para distribuição da água, uso de encanamentos sem vedação adequada e a presença de animais (fezes), além das caixas de armazenamento em situação precária.

Ou seja, a falta de uma política pública de abastecimento de água para os assentados tem gerado problemas de contaminação humana, que afeta diretamente a dignidade das famílias assentadas, além de prejudicar a produção agrícola, já que o pouco de água que chega às famílias é suficiente apenas para o consumo familiar, não havendo condições para seu uso na agricultura. O que apresenta dois outros problemas, o primeiro deles, é que o INCRA só garante água para consumo humano à partir da perfuração dos poços artesianos, não garantindo a irrigação, uma contradição latente em relação a estruturação dos assentamentos, e outro problema é que na prática, a garantia de água até mesmo para o consumo humano é ineficiente, já que como dito, sequer tem-se uma distribuição de água nos assentamentos PDS Sepé Tiaraju e PDS da Barra, sem contar que muitos poços do Assentamento, estão irregulares pela falta de outorga pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) (IBS, 2014). E no PA Orlândia, parcialmente, pois foi feito pela Prefeitura, em apenas uma das glebas do assentamento.

Nesse contexto, de falta de condições de água, as cooperativas são afetadas

diretamente, pois a falta de tratamento da água nos poços artesianos, impede a autorização da Vigilância Sanitária para o desenvolvimento de atividades agroindustriais, prejudicando o beneficiamento da produção agrícola, minando as possibilidades de agregar valor aos produtos ou para garantir a conservação por mais tempo para armazenamento.

Essa problemática afetou diretamente a Cooperativa de Agrobiodiversidade Ares do Campo (COOPERARES), que conseguiu acessar recursos do Micro Bacias II, por meio da Secretária de Agricultura com o apoio da CATI regional, com recursos do Banco Mundial, para construção de uma agroindústria no Assentamento Mario Lago, bem como a compra de equipamentos, veículo e outros bens, aonde ao todo foram investidos R\$ 1.042.002,90, sendo R\$ 800 mil apoiados pelo governo paulista e a contrapartida da entidade, com recursos do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), mas não conseguiu desenvolver as atividades de beneficiamento dos alimentos pela falta de autorização da Vigilância Sanitária.

A Cooperativa ainda tentou por diversas vezes, tratativas com INCRA para que o órgão desse uma Concessão de Uso do Poço Artesiano para que a própria organização se incumbisse de realizar o tratamento de água, porém não obtiveram sucesso junto a Autarquia, o que trouxe prejuízos econômicos a cooperativa que construiu um planejamento em torno da agroindústria, como forma inclusive de garantir o pagamento do crédito do FEAP, em meio a uma realidade de falta de políticas públicas de comercialização.

Em reunião realizada no dia 22 de fevereiro de 2021, na sede da Cooperativa foram narrados todos estes percalços, e que merece constar na pesquisa, pois dessa reunião foi encaminhada a venda de parte dos equipamentos, considerando que já havia sido vendido os veículos, diante do passivo que se constituiu de dívidas tributárias e de prestação de serviços, somada a dívida do FEAP que já estava para vencer, sem que sequer tivesse sido iniciada as atividades de beneficiamento da produção.

Figura 27 – Reunião com os cooperados da COOPERARES para discussão sobre o projeto de agroindústria do Micro-Bacias II e sobre o crédito do FEAP



Fonte: Acervo do autor (2021)

O caso da COOPERARES demonstra como a falta de um projeto de tratamento e distribuição da água nos assentamentos, além de ser um problema de saúde pública, afeta diretamente o desenvolvimento produtivo, causando um impacto social enorme, para uma cooperativa que foi a primeira a ser fundada no assentamento e que chegou a ter mais de 100 cooperados, tendo que dilapidar seu patrimônio justamente pela ineficácia da atuação Estatal nas demandas do território.

Soma-se a falta de condições de água potável, também a falta de saneamento rural, em que o tratamento do esgoto doméstico seria realizado através de fossas sépticas biodigestoras, que no caso do Assentamento Mario Lago seriam construídas a partir do crédito habitação, que foi liberado menos da metade do previsto, o que impediu o término das casas, afetando diretamente o tratamento do esgoto doméstico.

O programa de habitação possibilitou o acesso de recurso no valor de R\$7.000,00. Não houve liberação de recursos para solucionar a parte do saneamento básico, ou mesmo orientação neste sentido, o que justifica a expressiva maioria dos beneficiários destinarem os esgotos para fossas precárias (fossas negras). (IBS, 2014, p.106).

Muitos assentados, construíram suas fossas sépticas por conta própria, principalmente para atender as exigências da certificação da produção como orgânica, de tratamento do esgoto, sendo uma tendência que as famílias se conscientizem e

vão construindo suas fossas, até mesmo para garantir a certificação orgânica da produção.

É importante enfatizar, que a ineficiência do INCRA em aplicar completamente os recursos voltados a construção da habitação rural, traz riscos a saúde das famílias assentadas, que além de não terem acesso adequado a água, a maioria vive em condições precárias de moradias inacabadas, sem o devido tratamento de esgoto. No caso do Assentamento Aparecida Segura, a situação é ainda mais grave, já que sequer acessaram qualquer investimento, com exceção do poço artesiano, que é subutilizado diante das condições estruturais, que criam obstáculos para a produção, já que em uma das reuniões de coordenação, os assentados narraram que o INCRA orientou que a água oriunda do poço artesiano, deveria ser utilizado apenas para o consumo doméstico, não podendo ser utilizada para irrigação.

Extraí-se desta orientação, uma problemática produtiva, pois se não é disponibilizada água pelo INCRA para irrigação, como as famílias assentadas conseguirão garantir o desenvolvimento produtivo de seus respectivos lotes? É uma grave contradição, já que o objetivo da reforma agrária está pautado na produção camponesa e não apenas na moradia rural, e as experiências de implementação de estrutura de abastecimento de água nos assentamentos, demonstram uma inefetividade do Estado através do INCRA, de possibilitar as condições necessárias para o desenvolvimento sócio produtivo nos territórios, com exceção do PE “17 de Abril”, que detém condições plenas em relação a água.

4.1.2 Como traçar caminhos com estradas intransitáveis?

Para abordar problemática das estradas, utilizaremos como base o território do PDS da BARRA, dada a constante situação de precariedade de infraestrutura, principalmente de estradas, tornando-se transtorno para as dinâmicas socio produtivas, já que afeta diretamente as condições de escoamento da produção, bem como o transporte escolar e de outros serviços básicos.

Um problema que não se vê da maneira drástica em outros assentamentos, que mantém uma articulação com as Prefeituras que disponibilizam maquinário para

a manutenção das estradas, inclusive a estrada principal do Assentamento “17 de Abril” será asfaltada pela Prefeitura de Restinga, por meio de uma emenda estadual.

As estradas no PDS da BARRA, representam um problema extremamente grave, que levou a uma organização das famílias assentadas, principalmente das mães das crianças que utilizam o ônibus escolar, que se revoltaram com as condições em que seus filhos eram transportados, e fizeram um ato de paralização dos ônibus em 09 de fevereiro de 2022, ao tempo que uma comissão foi formada em assembleia para se manifestar em frente à Prefeitura de Ribeirão Preto.

Ao jornal Tribuna, Débora Cristina da Silva comentou que, por conta do atolamento, uma de suas filhas, de 6 anos, chegou em casa quase às 21h, na segunda-feira, 7 de fevereiro. “Ela nem está querendo ir mais na escola. Não tem cabimento. As estradas aqui estão horrorosas, não tem como passar. Os ônibus estão ficando atolados”, disse. [...] “Não tem como passar nem de ônibus, nem de carro e muito menos a pé. São poças d’água que parecem rios e lamas para tudo quanto é lado. Alguma coisa tem que ser feita. Os órgãos públicos competentes têm que ver nossa situação e fazer alguma coisa”, completou Débora. (MORADORES DE ..., 2022).

O relato da assentada demonstra como a omissão da atuação estatal gera impactos sociais, ao ponto de uma criança não querer ir mais à escola, por isso que a implementação correta da infraestrutura básica do assentamento não gera só desenvolvimento às atividades produtivas, mas também garante as condições necessárias para resgatar a dignidade dos sujeitos camponeses, e o que deveria ser um processo de recampesinização do território, acaba refletindo-se em dinâmicas de desterritorialização orquestrada pelo poder público, que não garante o mínimo de condições de subsistência digna as famílias do PDS da Barra.

4.1.3 Acesso a crédito e as formas de investimento

São diversas as formas de investimento nos assentamentos à partir dos programas de acesso a crédito, a começar pelos créditos de instalação, que são recebidos pelas famílias assentadas logo que é criado o assentamento, e visam garantir o suprimento das necessidades básicas até que se estabeleça uma estrutura produtiva, bem como amparar na compra inicial de ferramentas e insumos para

garantir esse início produtivo. Também é liberado o crédito de habitação para construção da moradia no lote destinado à família.

Na tabela abaixo é possível visualizar os créditos iniciais que são disponibilizados atualmente pelo INCRA, por meio do Decreto nº 9424/2018, ao menos em teoria, já que em se tratando dos territórios de estudo da pesquisa, esse processo é marcado de contradições, em primeiro momento pela má execução da política e em segundo momento pelo corte de recursos, este último que vem causando uma debilidade social enorme no Assentamento Aparecida Segura, que sofre com a falta de recursos pois sequer receberam os créditos iniciais.

Tabela 4 – Linhas de créditos iniciais para assentados

LINHA DE CRÉDITO	FINALIDADE
Apoio inicial	Auxilia na instalação no assentamento e compra de itens de primeira necessidade, de bens duráveis de uso doméstico e de equipamentos produtivos. O valor é de até R\$ 5,2 mil (cinco mil e duzentos reais)
Fomento	Viabiliza projetos voltados à promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo à geração de trabalho e renda. Até R\$ 6,4 mil (seis mil e quatrocentos reais) podem ser divididos em duas operações de R\$ 3,2 mil (três mil e duzentos reais)
Fomento Mulher	Ajuda as mulheres titulares do lote a implantar projetos produtivos sob a responsabilidade delas. Valor de até R\$ 5 mil (cinco mil reais), em operação única
Semiárido	Atende à necessidade de segurança hídrica do assentado no Semiárido – de acordo com classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apoia soluções de captação, armazenamento e distribuição de água para consumo humano, animal e produtivo. Até R\$ 5 mil (cinco mil reais);
Florestal	Proporciona a implantação e a manutenção sustentável de sistemas agroflorestais ou o manejo florestal de lotes e área de reserva legal com vegetação nativa igual ou superior ao estabelecido pela legislação ambiental. Vale no caso de assentamentos criados ou reconhecidos pelo Incra. Podem ser liberados até R\$ 6,4 mil (seis mil e quatrocentos reais)
Recuperação ambiental	Assegura a implementação e a manutenção sustentável de sistemas florestais ou agroflorestais, ou o manejo florestal de lotes, de área de reserva legal e de preservação permanente, degradadas até 25 de maio de 2012. Pode ser obtido por famílias de assentamentos criados ou reconhecidos pelo Incra. Cada uma tem à disposição até R\$ 6,4 mil (seis mil e quatrocentos reais)
Cacau	Promove a implantação e a recuperação de cultivos de cacau, em sistema agroflorestal. O valor de cada operação (pode chegar a três) é de até R\$ 6 mil (seis mil reais)
Habitacional	Voltada à construção de moradias nos assentamentos criados ou reconhecidos pelo Incra. Garante até R\$ 34 mil (trinta e quatro mil reais)

Reforma Habitacional	Permite acessar até R\$ 17 mil (dezessete mil reais) para a compra de materiais de construção a serem usados na reforma ou ampliação de casas nos assentamentos criados ou reconhecidos pelo Incra
----------------------	--

Fonte: Elaborada pelo autor

No caso dos assentamentos em análise, foram disponibilizados o Apoio Inicial, o Fomento, o Fomento Mulher e o crédito Habitação, algumas linhas foram acessadas de maneira plena, outras parcialmente e outras não foram acessadas, como é o caso do Assentamento Aparecida Segura.

Ademais, implementados todos os créditos iniciais, a proposta governamental é que se prossiga em um plano/modelo de investimento para o desenvolvimento produtivo das famílias assentadas, que passam a estarem aptas para acessar as linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que em muito tempo garantiu tratamento especial aos assentados de reforma agrária, através das linhas A e A/C – Custeio, a primeira linha tratava-se de crédito para investimento, dispensada garantia junto a instituição financeira, e a segunda linha visava complementar as ações de investimento por meio de um custeio anual que poderia ser acessado em três parcelas mediante o pagamento da anterior.

A diferenças destas linhas próprias da reforma agrária, eram que: A linha de investimento, continha uma taxa de juros anual de 0,5%, com prazo de pagamento em 10 anos, contando com 03 anos de carência e desconto de 40% para o adimplemento em dia. E o Custeio, mesmo com prazo de 1 ano para pagamento, tinha uma taxa de juros de 1,5 % ao ano.

Ao longo dos anos os valores e formas de acesso ao PRONAF eram aprimorados através do Plano Safra para Agricultura Familiar, que inclusive criou mais uma linha anterior as linhas para reforma agrária supracitadas, que era o Microcrédito, aonde a proposta que após o acesso aos créditos iniciais, as famílias acessariam o Microcrédito pagando somente 50% do valor acessado, e só depois as outras linhas A e A/C, porém nos assentamentos da região, o único assentamento que poderia acessar esta linha de crédito seria o Assentamento Aparecida Segura, mas com as mudanças institucionais à partir do golpe em 2016 contra a Dilma, as famílias foram tolhidas deste direito, em vista dos cortes de orçamento, chegando a atualmente sequer ter um Plano Safra para Agricultura Familiar.

Não é pertinente a pesquisa detalhar os dados de acesso ao PRONAF, apenas cabendo pontuar as dinâmicas desta política pública, que tem a característica de um empréstimo bancário, com subsídios importantes para assentados, por outro lado a sua implementação sem o devido planejamento pode gerar endividamento. No decorrer da atuação junto aos territórios foi possível auxiliar assentados a buscarem o abate promovido pelo governo em 2017 e em 2022, e a principal característica que foi relatada pelos assentados que buscavam renegociar sua dívida, estavam relacionadas a falta de estrutura de produção, principalmente água, e a falta de mercado, apontando para falta de PAA principalmente, ou seja, o PRONAF tem uma estreita importância de investimento, mas deve estar associado ao conjunto de políticas públicas que condicionem a capacidade produtiva e de geração de renda, que possibilitem o pagamento do crédito.

Os investimentos em assentamentos são importantes, e dependem diretamente da destinação de recurso governamental, sujeito a agenda política de cada momento histórico da conjuntura, refletindo em consequências diretas ao desenvolvimento dos territórios, quando a depender da agenda, as políticas públicas de investimento são reduzidas ou extintas.

4.2 Políticas públicas de comercialização: PAA, PNAE e PPAIS

Para garantia de comercialização e incentivo à produção, um dos programas de maior destaque, é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), gerido pela CONAB, que estava atrelado a iniciativa do Fome Zero, que por meio principalmente da modalidade do Doação Simultânea, permitindo subsídios a compra de produtos das famílias assentadas, que são posteriormente doados a entidades, governamentais ou não governamentais, que tenham atuação social junto pessoas em vulnerabilidade social.

O PAA, foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e regulamentada por diversos decretos, o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, sendo fruto das reivindicações dos

movimentos populares do campo em conjunto com as organizações e do CONSEA, preocupadas com a situação de pobreza e fome, que as estratégias do Fome Zero viriam a combater, não só no meio urbano como no meio rural.

É notável o impacto da modalidade Doação Simultânea no desenvolvimento dos assentamentos, principalmente na região desta pesquisa, porém é importante destacar que o PAA abriga diversas modalidades, que contribuem diretamente para o fortalecimento da agricultura familiar, conforme a tabela a seguir:

Tabela 5 – Modalidades do PAA

MODALIDADE	OBJETIVOS
Compra com Doação Simultânea	Promoção do Direito Humano a Alimentação Adequada; A Modalidade incentiva que a produção local da agricultura familiar atenda às necessidades de complementação alimentar das entidades da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos) e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do PAA, da rede pública e filantrópica de ensino. Para participar da Compra com Doação Simultânea pela Conab, os agricultores familiares devem estar organizados em cooperativas ou associações. Essas organizações precisam encaminhar Proposta de Participação à Conab. Aprovada a Proposta de Participação, a organização emite uma Cédula de Produto Rural (CPR-Doação) e passa a fornecer alimentos às entidades conforme definido na Proposta. Após a confirmação da entrega dos produtos, a Conab disponibiliza os recursos pactuados na conta da organização, que realiza o pagamento aos agricultores até o limite de sua cota estipulada por unidade familiar/ano. Na execução pela Conab, as organizações de agricultores entregam os produtos diretamente nas entidades beneficiárias.
Compra Direta	A Compra Direta tem como finalidade a sustentação de preços de uma pauta específica de produtos definida pelo Grupo Gestor do PAA, a constituição de estoques públicos desses produtos e o atendimento de demandas de programas de acesso à alimentação. Quando o preço de mercado de algum dos produtos amparados pela modalidade está abaixo do seu preço de referência, a Conab divulga amplamente na região afetada que instalará um Polo de Compra (Unidade Armazenadora própria ou credenciada, depósito ou outro local indicado pela Conab), para onde os agricultores familiares interessados se deslocam de posse de seus produtos bem como da documentação exigida. A Conab analisa a documentação e providencia a classificação do produto. Se tudo estiver em conformidade com as exigências, emite nota fiscal de aquisição. Os produtos passam a compor os estoques públicos que são gerenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Os estoques devem ser prioritariamente doados, podendo ser vendidos somente em casos excepcionais, mediante autorização do Ministério. Esses alimentos têm sido utilizados especialmente para compor as cestas “distribuídas” a grupos populacionais específicos.

Apoio à Formação de Estoques	O Apoio à Formação de Estoques tem como finalidade apoiar financeiramente a constituição de estoques de alimentos por organizações da agricultura familiar, visando agregação de valor à produção e sustentação de preços. Posteriormente, esses alimentos são destinados aos estoques públicos ou comercializados pela organização de agricultores para devolução dos recursos financeiros ao Poder Público. Ao identificar a possibilidade de formação de estoque de determinado produto, a organização de agricultores envia uma Proposta de Participação à Conab. A Proposta deve conter a especificação do produto, sua quantidade, o preço proposto, o prazo necessário para a formação do estoque e os agricultores a serem beneficiados. Com a aprovação da Proposta, a organização emite a Cédula de Produto Rural (CPR-Estoque) e a Conab disponibiliza o recurso para que a organização compre a produção dos seus agricultores familiares, beneficie os alimentos e os mantenha em estoque próprio. A CPR-Estoque tem prazo de vencimento de 12 meses, devendo ser quitada pela organização ao final desse prazo. A organização deve vender o alimento beneficiado no mercado convencional e devolver à União o recurso que lhe foi repassado pela Conab, acrescido de encargos de 3% (três por cento) ao ano.
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – PAA Leite	O PAA Leite tem como finalidade contribuir com o aumento do consumo de leite pelas famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e também incentivar a produção leiteira dos agricultores familiares. As Unidades Executoras contratam laticínios que serão responsáveis por recepcionar, coletar, pasteurizar, embalar e transportar o leite para os pontos de distribuição, locais pré-definidos onde as famílias beneficiadas retiram sua cota diária de leite. O agricultor familiar fornecedor deve entregar sua produção diária de leite no laticínio contratado mais próximo da sua propriedade ou depositar o produto em tanques de resfriamento, de onde será coletado pelo laticínio em caminhões adequados para o transporte. O valor do litro de leite pago ao produtor é prefixado de acordo com metodologia definida pelo Grupo Gestor do PAA. As famílias que recebem o leite são selecionadas pela Unidade Executora e devem preencher no mínimo os seguintes critérios: ter renda per capita de até meio salário mínimo e possuir, dentre os membros da família, crianças de 2 a 7 anos de idade, nutrízes até seis meses após o parto, gestantes ou idosos a partir de 60 anos de idade. Para outros casos, é preciso autorização do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Em geral, cada família beneficiada recebe 1 litro de leite por dia. Para as famílias com mais de um membro que preencha aos critérios acima mencionados, poderão ser distribuídos até dois litros de leite.
Compra Institucional	A Modalidade Compra Institucional foi uma inovação do Decreto nº 7.775/2012. Sua finalidade é garantir que estados, Distrito Federal e municípios, além de órgãos federais também possam comprar alimentos da agricultura familiar, com seus próprios recursos financeiros, dispensando-se a licitação, para atendimento às demandas regulares de consumo de alimentos. Poderão ser abastecidos hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros. Após a definição da demanda, o órgão comprador elabora Edital de Chamada Pública, que deve ser divulgado em locais de fácil acesso a organizações da agricultura familiar. As organizações da agricultura familiar elaboram suas propostas de venda de acordo com os critérios da Chamada Pública. O órgão comprador habilita as propostas que contenham todos os documentos exigidos no edital e preços de venda dos produtos compatíveis com o mercado. O órgão responsável pela compra realiza, no mínimo, três pesquisas no mercado local ou regional. Para produtos orgânicos ou agroecológicos, caso não tenha como fazer pesquisa de preço, é possível o acréscimo em até 30% do valor do produto em relação ao preço dos produtos convencionais.

	O comprador e o fornecedor assinam o contrato que estabelece o cronograma de entrega dos produtos, a data de pagamento aos agricultores familiares e todas as demais cláusulas de compra e venda. O início da entrega dos produtos deve atender ao cronograma previsto e os pagamentos são realizados diretamente aos agricultores ou suas organizações.
Compra de sementes	Aquisição de sementes de culturas alimentares. As sementes adquiridas pelo governo são doadas a famílias que tenham DAP, com prioridade para aquelas inscritas no Cadastro Único, mulheres, assentados, povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais. As associações e cooperativas apresentam suas demandas a um dos órgãos públicos responsáveis por essa modalidade que trabalham com questões agrárias, indígenas, quilombolas, ambientais, entre outras. Esses órgãos elaboram um Plano de Distribuição que é enviado à Conab, servindo de referência para a compra das sementes. Esses mesmos órgãos recebem e distribuem as sementes adquiridas.
Fonte: Elaborada pelo autor com base em CONAB (2012)	

As modalidades descritas, representam o resulta de uma construção conjunta na busca de assegurar garantias equitativas no desenvolvimento da agricultura, valorizando e fortalecendo a agricultura familiar, gerando processos para além da necessidade de abastecimento e combate à fome, mas possibilitando relações de consumo sustentáveis e influenciando na instituição de dinâmicas de comercialização voltadas ao mercado institucional, aonde o Estado através de políticas públicas media as relações de compra da agricultura familiar, seja diretamente instituindo formas de compras governamentais, seja indiretamente possibilitando a articulação do consumo e do abastecimento.

Além disso, um efeito da execução deste programa é de reforçar a necessária articulação e organicidade cooperativa e associativa dos assentamentos, considerando a necessidade de organização destas instâncias para inscrever-se no programa (LIMA, 2011).

O programa em sua principal modalidade, de Doação Simultânea, tem dupla finalidade, garantir o desenvolvimento sócio produtivo do agricultor familiar, dos camponeses, quilombolas e indígenas, ao mesmo tempo que garante abastecimento ao consumo de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Na prática, o Governo Federal por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) realiza a transferência de recurso para uma organização cooperativa ou associativa de agricultores familiares, com a finalidade de garantir a

compra dos produtos agrícolas, e ao mesmo tempo essas organizações se incumbem de realizar a doação destes alimentos a rede socioassistencial. Em um primeiro momento, as organizações de agricultores familiares, camponeses, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e indígenas, doavam à diversas entidades que realizavam ações sociais, desde igrejas a lares de acolhimento, mas com a alteração das normas de operações, as entidades ficaram restritas aos órgãos de poder público municipal, com algumas exceções como Sistema S.

Nesta senda, importante destacar que a política pública, por mais que seja concebida de uma construção das necessidades e demandas de seus beneficiários, também representa conquistas do processo de luta, e isso reflete na criação do PAA, que não surgir meramente como parte do Programa Fome Zero, e sim do resultado de várias intentadas dos movimentos sociais, principalmente do MST, que já vinha desde sua territorialização, pautando as necessidades dos assentamentos.

Desse processo de luta, que surgiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, porém mesmo que garantisse o mínimo de acesso a oferta de crédito, não resolvia os problemas da inequidade do mercado em relação ao agronegócio, e ainda subsistia a dificuldade de sustentação de preços e garantia de mercado aos assentamentos e a todo o conjunto da agricultura familiar.

Estes temas passaram então a compor a pauta de reivindicações dos movimentos sociais, principalmente a partir de 2000 (MÜLLER, 2007, apud, SAMBUICH et al., 2014, p.78), criando as bases do PAA, um programa que visa a garantia de mercado a garantia de abastecimento de alimentos num cenário de fome, e de dificuldade para o desenvolvimento dos agricultores familiares.

Até então, não existiam ações efetivas que gerassem impactos sócio econômicos, que também pudessem refletir em impactos ambientais, e processos geradores de mercados soberanos e agroecológicos. Ainda que precisasse ser ampliado, o PAA “respondia” minimamente a algumas necessidades do campo e da cidade.

Segundo Sambuichi et al. (2014) em 29 estudos de caso sobre o PAA, o impacto mais comum foi a diversificação da produção, que foi relatada em 72% dos casos, seguida por melhorias na qualidade dos alimentos produzidos, fortalecimento

das organizações coletivas e aumento da renda familiar. Esses três impactos foram relatados em 52% dos estudos. Estes estudos, também demonstram a importância do PAA no contexto de desenvolvimento sustentável, pois o fortalecimento da agricultura agroecológica e orgânica também foi apontado diretamente como um dos principais benefícios do PAA por 31% dos estudos levantados (SAMBUICHI et al., 2014, p.91).

Não é novidade que o Estado realize compras governamentais, mas com a instituição do PAA, se constroem processos dinamizados que extrapolam a relação meramente comercial, intervindo na realidade para fortalecer a agricultura familiar e os povos do campo e da floresta, pois trata-se do primeiro programa de compras públicas com uma orientação exclusiva para a agricultura familiar, articulando-a explicitamente com a segurança alimentar e nutricional (GRISA; PORTO, 2015).

Neste sentido, o PAA tem um importante papel para o desenvolvimento da agricultura familiar, em conjunto com o objetivo de garantir alimentos às populações carentes, porém seu processo histórico, desde sua criação, é marcado por contradições e mais recentemente por retrocessos, mas de qualquer havia sempre discussões voltadas a melhora do programa, a medida que se apresentavam as reivindicações dos agricultores familiares e movimentos, principalmente do MST, que reiteradamente lutava pelo aumento do limite de entregas por cada família.

Neusa Paviato Botelho Lima, do Setor de Produção do MST, em entrevista à página do MST em 2012, já destacava a necessidade de aumento da chamada cota individual/familiar, que à época estava em R\$ 4.500,00, afirmando, “Isso é muito pouco. Quem trabalha com uma área próxima a um hectare gasta isso em três ou quatro meses no máximo”, o qual completa, “Por meio da minha pesquisa e de dezenas de entrevistas, o valor ideal para acompanhar o ritmo de produção dos assentamentos seria de R\$ 8.000 por ano” (MST, 2012).

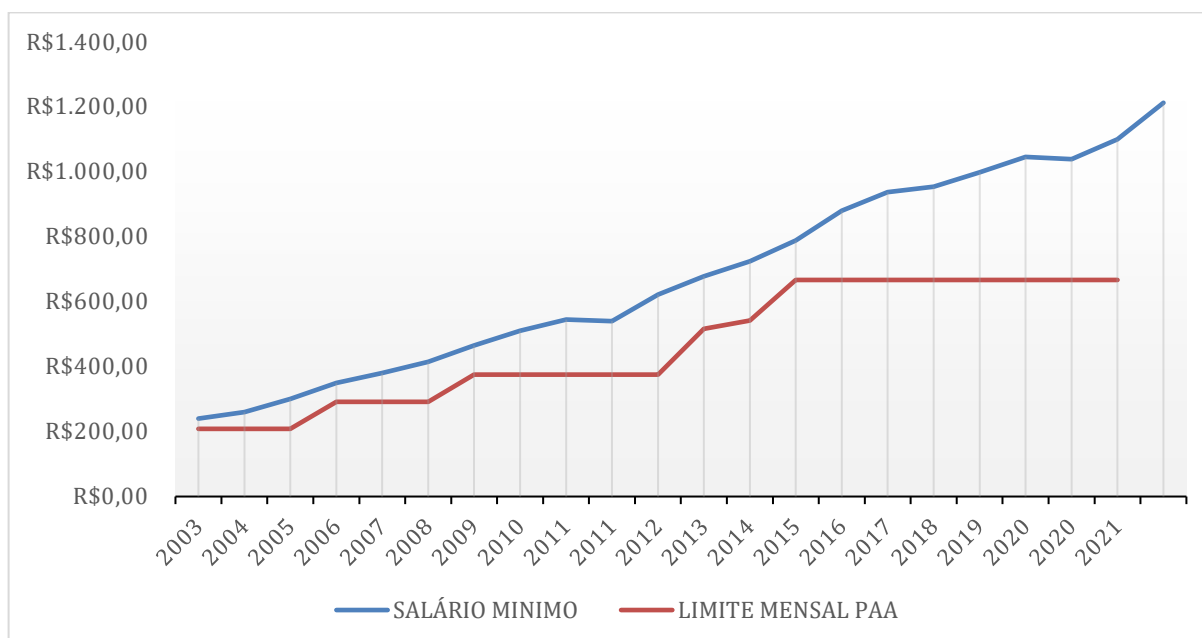
De fato, a pesquisa desenvolvida no território do Assentamento 17 de Abril em Restinga, foi fundamental para fortalecer as reivindicações junto ao MDS à época, possibilitando seu aumento para 8 mil reais. Contudo, isso é só uma das contradições, pois nessa mesma entrevista, a dirigente Neusa salientou, “O programa deve se tornar política governamental e ser tomado como prioridade” (MST, 2012).

A afirmação já preconizava a vulnerabilidade do programa face as mudanças institucionais que o afetariam diretamente, levando a praticamente sua quase extinção, mesmo diante de um cenário político atual de aumento da fome.

Antes de adentrar nos retrocessos conjunturais do programa, é importante demonstrar essa contradição que limitava seu potencial, face inclusive a subestimação do PAA sob a premissa de que representaria uma dependência das cadeias produtivas e resultaria em um assistencialismo modal, o que a própria conjuntura e os estudos de caso apresentados por SAMBUICH et al (2014) rebatem demonstrando que seus impactos vão além das suas finalidades, já que incentivam múltiplas dinâmicas do desenvolvimento socioeconômico nos territórios.

A reivindicação do MST à época em relação ao limite individual de cada família, era para que pelo menos acompanhasse o salário mínimo. Por isso é importante demonstrar o paralelo entre o aumento do salário e o aumento da cota ao longo dos anos.

Gráfico 1 – Aumento do limite individual por agricultor familiar no PAA em comparação com o ajuste do salário mínimo.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em CONAB (2022)

Conforme verifica-se no gráfico acima, o limite individual de participação no PAA, modalidade Doação Simultânea, acompanhou o salário mínimo em determinado

momento, mas nunca se equiparou ao mesmo, estagnando sem nenhum aumento a partir de 2015.

Para Perin et al (2021), essa estagnação no reajuste não é por acaso, e está ligada as transformações ou períodos de evolução do programa.

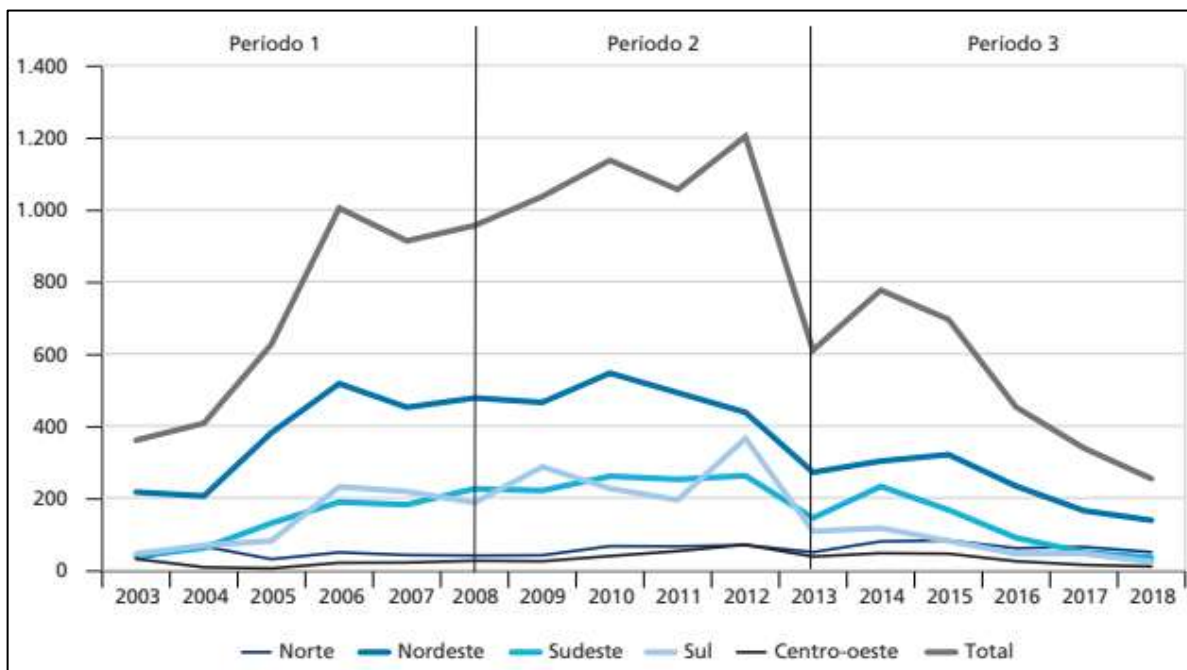
A análise documental revelou três períodos principais de implementação do PAA. O inicial (2003-2008) foi de aprendizados e organização dos processos tanto no nível gerencial quanto local. O período intermediário (2009-2013) teve como principais destaques: i) o fortalecimento do programa, marcado pelo protagonismo da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); ii) o surgimento do termo de adesão operacionalizado pelo então Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); e iii) a Operação Agrofantasma, a qual causou uma queda abrupta das operações do programa no fim desse período. No período mais recente (2014-2019), após uma leve retomada inicial de recursos, constatou-se uma contínua redução dos montantes aplicados no PAA, chegando ao fim do período nos menores patamares de sua história. (PERIN et al 2021, p.5).

Os períodos de implementação do PAA, genuinamente representam as transformações institucionais, bem como as mudanças políticas que interferiram na condução do programa e de outras políticas sociais.

Os períodos I (2003-2008) e II (2009-2013) de implementação do PAA, representam um processo de evolução, aonde inicialmente foi possível atingir sua finalidade e posteriormente passou por aprimoramentos à medida que fossem introduzidas propostas que permeavam as necessidades da realidade dos sujeitos envolvidos nos seus processos, bem como em medidas sociais que abarcassem as demandas da sociedade, o que se expressa diretamente no histórico de direcionamento de recursos para o programa.

Gráfico 2 - Montante de recursos investidos pelo governo federal em compras do PAA, em todas as modalidades – Brasil e Grandes Regiões (2003-2018)

(Em R\$ milhões)



Fonte: Perin et al (2021, p.32)

O período III é representado pela queda de investimentos no programa, que não foi deliberada, e sim consequência de mudanças estruturais e resultado da crise política que viria a mudar os rumos das políticas públicas sociais a partir de 2013.

Este é, portanto, o contexto político e social brasileiro quando da ocorrência da operação Agro fantasma, que tem o PAA como objeto central e relacionado aos progressos promovidos pelas alas partidárias da esquerda quando estavam no poder e que a partir de 2013 se mostram em um “cerco ideológico” (Sales, 2018, p. 67)

Antes de destacar as ações político-judiciais de perseguição ao programa, é importante salientar que este mesmo período é marcado por mudanças significativas na normatização dos procedimentos de execução do programa, que criavam uma série de dificuldades aos beneficiários, e que modificava drasticamente o andamento, que tornara-se dificultoso e burocrático, distanciando já naquele momento, em 2013, da sua proposta inicial que era de facilitar o acesso ao mercado de agricultores que particularmente são excluídos da competitividade dos processos liberais que perpetuam a acumulação de capital por meio do agronegócio, favorecendo, na raiz, a

um modelo alternativo e que não tem plena correspondência com os princípios da produção capitalista, que é pautada na produtividade e em comutar bens ambientais em produtos de mercado (SALES, 2018, p.68).

Sales (2018) ao abordar a Operação Agrofantasma, traz elementos que relacionam o retrocesso do PAA, a um processo de perseguição política através de instrumentos jurídicos, no sentido de criminalizar agricultores familiares no Estado do Paraná, com uma operação que iniciou em 2013, culminando na absolvição de diversos agricultores familiares incriminados, pois o embasamento da Operação estava mais pautado no desconhecimento da realidade dos programas voltados a agricultura familiar e da própria realidade campesina.

A violência legítima e institucional praticada pela polícia e pelo sistema persecutório penal como um todo é vista de forma mais clara pela limitação das liberdades, por períodos variados, de pessoas presumivelmente inocentes, com consequências à dignidade dos investigados, que parcammente foram restauradas pelo advento da sentença criminal absolutória. Além disso, o escopo do programa, pela vinculação da imagem dele ao crime, foi igualmente atingindo, naquilo que toca a promoção da segurança alimentar e nutricional. Situação que fica evidenciada ao menos nas escalas local e regional, em razão do enfraquecimento da associação fornecedora de produtos às entidades de municípios circundantes dela. Os mecanismos legais podem perpetrar ações violadoras, para além da sanção criminal e do próprio processo, tendo reflexos amplos e que podem atingir questões maiores, como, no caso, uma política pública importante para a manutenção de famílias no campo e para o desenvolvimento e reprodução da categoria social da agricultura familiar. (SALES, 2018, p.106)

Em conjunto a isso, as medidas burocratizantes, por exigência de órgãos de controle, surgem em contexto de crise política institucional, que tem como marco a citada operação Agro fantasma, que perseguiu organizações de agricultores familiares do interior do Estado do Paraná, substancial para o desmantelamento do programa.

Dentro desse contexto, na avaliação de Santos, a Agro Fantasma veio, então, como forma de perseguição política. “Não há nenhuma justificativa plausível de conduzir os processos da forma como foi conduzido, com prisão preventiva, com instrução do Ministério Público Federal e tantas ações penais propostas. O crime tem que ter materialidade e não era o caso. Havia uma intencionalidade política de atacar o programa, de desmoralizar as pequenas cooperativas e deixar o programa refém dessas acusações. Foi o que aconteceu”, diz o advogado. (BIANCHINI, 2020, s. p.)

Este período de perseguição política ao governo Dilma, refletiu diretamente nas políticas públicas, principalmente o PAA, que desde 2013, em que foram paralisadas as operações, teve a quantidade de recursos de investimento reduzida drasticamente.

E com o advento do golpe-jurídico-midiático contra a Presidente Dilma Rousseff em 2016, o PAA foi severamente impactado por uma nova agenda política, que mitigaria políticas sociais a mercê de uma lógica de austeridade.

Um dos primeiros atos de Temer foi extinguir o MDA e o MDS, transformando-os em secretarias, reduzindo sua importância em relação às demandas sociais. E o que se seguiu, foi a destruição sistemática de institutos que garantiam o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, prejudicando contratos de ATER e dificultando acesso a oferta de crédito, além da redução de investimento no próprio PAA, não extinguindo-o totalmente, mas cortando absurdamente recursos.

O ponto máximo de todo retrocesso do PAA, foi quando atingiu em 2019 o menor patamar de execução de recursos da sua história (Perin, 2021), quando assumiu a Presidência Jair Messias Bolsonaro, que deu continuidade a agenda neoliberal, que tomou medidas autoritárias ao tentar extinguir o CONSEA, desarticulando-o em quase primeiro ato de seu governo, que não restaurou o PAA.

Com a situação de crise sanitária causada pelo Covid-19, atendendo as reivindicações de setores da sociedade que clamavam por este programa, dada sua importância no cenário de fome, que se acentua cada vez mais, foi editada a MP 957/2020, que previu investimento de R\$ 500 milhões no programa (SAMBUICHI et al, 2020, apud PERIN et al, 2021), mas por outro lado, extinguiu o PAA para dar origem ao Programa Alimenta Brasil, por meio da MP 1061/2021, que modificou parcialmente as normas, acabando com algumas modalidades, como a aquisição de sementes.

Contudo, em seu processo histórico de implementação, o PAA demonstrou ser uma política pública essencial para o desenvolvimento territorial dos assentamentos da região, bem como na garantia da segurança alimentar das famílias camponesas, complementando as dinâmicas produtivas e organizacionais destes territórios, propiciando o fortalecimento da agroecologia e amparando outras políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através do fornecimento para merenda de escolas municipais, principalmente na região, tendo em vista que

este programa apresenta procedimentos mais complexos que o PAA, gerando dificuldades no que concerne ao planejamento da produção pelas organizações, dada as exigências contratuais.

E os dados apresentado por Sambuichi et al (2014), que demonstram reflexos qualitativos à diversidade de produção, ajudam a explicar problemas apresentados pelos assentados que comercializam através das Cestas Agrofloretais no assentamento Mario Lago, aonde houve um impacto direto na variedade de produtos que eram ofertados, justamente pela falta do programa, já que o mesmo servia de garantia de escoamento da produção que não era comercializada, reduzindo assim o investimento pelos assentados em tipos de produção que gerariam maiores custos com um risco de perda. Afinal, a própria renda do camponês é seu recurso de investimento, dificilmente há uma forma de capital de giro para garantir prejuízos, diferente de agricultores familiares empresariais e do próprio agronegócio.

Os dados da transparência pública da CONAB de 2010 a 2020, em relação à modalidade de Doação Simultânea, demonstram estas potencialidades do programa, e ilustram como as mudanças políticas de governo impactaram diretamente na destinação de recursos para os assentamentos do MST da região. A começar pela quantidade de recursos investidos pelo programa:

Tabela 6 – Recursos do PAA para os Assentamentos do MST na região

ANO	ASSENTAMENTOS				TOTAL DE RECURSOS APLICADOS (R\$)
	PE 17 DE ABRIL ¹¹ (R\$)	PDS SEPÉ TIARAJU (R\$)	PDS DA BARRA ¹² (R\$)	PA ORLANDIA (APARECIDA SEGURA) (R\$)	
2010	300.328,21	329.940,00			632.278,21
2011	596.698,02	332.169,96	1.141.971,50		2.072.850,48
2012	623.629,00	325.709,96	1.450.934,15	63.000,00	2.465.285,11
2013	640.413,74	428.715,80	1.160.401,33		2.231.543,87
2014	1.108.397,70	552.485,44	2.024.180,95	88.000,00	3.775.078,09

¹¹ Apresentam-se os dados dos dois movimentos MST e MLST que desenvolvem a organização em associações em conjunto

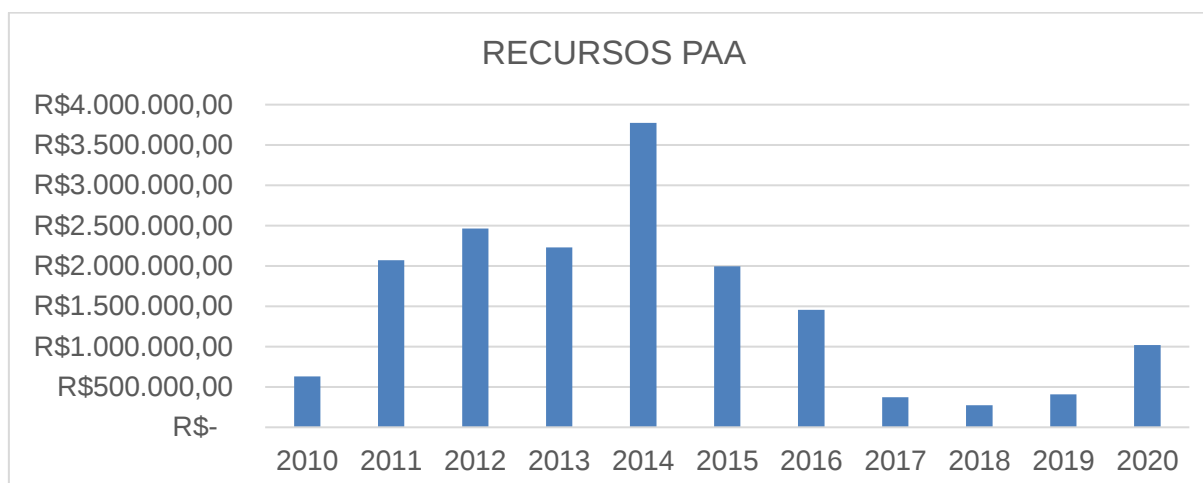
¹² Apresentam-se os dados de todo o PDS da Barra não só do Assentamento Mario Lago pertencente ao MST

2015	719.932,00	160.000,00	1.111.926,30		1.993.873,30
2016	823.951,00	399.985,10	231.993,10		1.457.945,20
2017	299.440,20		15.701,63	56.429,69	373.588,52
2018	271.986,00				274.004,00
2019	199.994,70	191.989,90	15.998,40		410.002,00
2020	320.493,90	352.000,00	288.000,00	56.000,00	1.018.513,90
TOTAL	5.905.264,47	3.072.996,16	7.441.107,36	263.429,69	16.704.962,68

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em dados da Transparência Pública da CONAB.

Conforme demonstram os dados, foram aplicados mais de 16 milhões de reais em 10 anos para a execução do programa, isso significa um investimento direto no combate a fome com produtos da reforma agrária, e indiretamente fortalece a economia local, já que ao compor a renda do agricultor familiar se reverte em bens de sustento e insumos para agricultura. No entanto, é possível perceber que entre 2011 à 2014 houve uma estabilidade da média de recursos empenhados para execução do programa, desconsiderando 2010, quando estava iniciando a organização de cooperativa para participar do programa no Assentamento Mario Lago, que tem maior número de beneficiários, com um aumento em 2014 devido ao aumento do limite individual (cota) de cada agricultor, mas ao entrar no Período III (PERIN et al, 2021), houve uma queda vertiginosa de investimentos, que só teve um pequeno aumento em 2020, devido as reivindicações de combate a fome em detrimento da pandemia de Covid -19, mas nada expressivo como exigia a conjuntura. O gráfico abaixo ilustra esse movimento de aplicação de recursos:

Gráfico 3 - Recursos do PAA para os Assentamentos do MST na região



Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em dados da Transparência Pública da CONAB

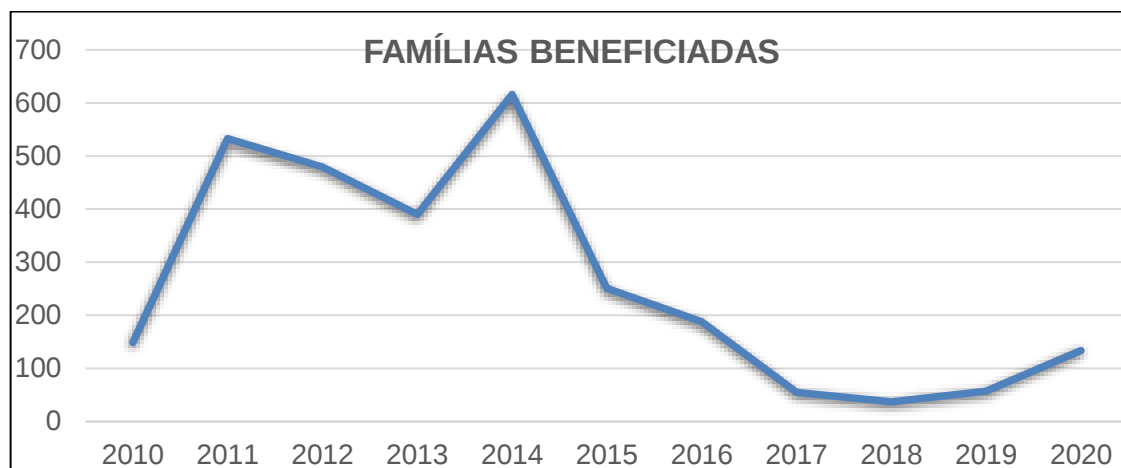
Pode -se considerar um retrocesso de uma política pública que beneficiava em média 500 famílias ao ano nos territórios da pesquisa, quando a política pública atingia o seu auge de territorialização na região, e passou a beneficiar entre 30 e 60 famílias de 2017 a 2019.

Tabela 7 – Famílias assentadas que foram beneficiadas pelo PAA na modalidade Doação Simultânea, nos assentamentos do MST da região de Ribeirão Preto

ANO	ASSENTAMENTOS				TOTAL DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS
	PE 17 DE ABRIL	PDS SEPÉ TIARAJU	PDS DA BARRA	PA ORLANDIA (APARECID A SEGURA)	
2010	71	78	0		149
2011	141	79	313		533
2012	147	77	241	14	479
2013	105	68	217		390
2014	179	77	349	11	616
2015	92	20	139		251
2016	108	50	30		188
2017	43	0	2	10	55
2018	37	0	0		37
2019	31	24	2		57
2020	48	44	35	7	134

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em dados da Transparência Pública da CONAB

Gráfico 4 - Famílias assentadas que foram beneficiadas pelo PAA na modalidade Doação Simultânea, nos assentamentos do MST da região de Ribeirão Preto



Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em dados da Transparência Pública da CONAB

Ao ponto que a CONAB, teve que instituir um sistema de pontuação para classificar as propostas enviadas pelas organizações já que a quantidade da demanda passou a ser superior a quantidade de recursos disponíveis. Sendo os seguintes critérios:

Tabela 8 – Critérios para Pontuação dos Projetos de Compra com Doação Simultânea 2020

CRITÉRIO		CARACTERÍSTICA	PONTOS
DAPs percentual	Físicas, Jurídica.....	-50 a 70% de DAPs Físicas na DAP	1
		-71 a 90% de DAPs Físicas na DAP	2
		-91 a 100% de DAPs Físicas na DAP	3
Categorização das Organizações	das	-Associações.....	3
		-Cooperativas.....	6
Participação das mulheres	das	-40 a 50% de mulheres na proposta.....	1
		-51 a 75% de mulheres na proposta.....	2
		-76 a 100% de mulheres na proposta.....	3

Participação de Assentados da Reforma Agrária, PNCF e PCTs (Povos e Comunidades Tradicionais)	-até 50% de Assentados da Reforma Agrária e PNCF com DAP A, B e A/C e PCTs.....	1
	51 a 75% Assentados da Reforma Agrária e PNCF com -DAP A, B e A/C e PCTs.....	2
	51 a 75% Assentados da Reforma Agrária e PNCF com -DAP A, B e A/C e PCTs.....	3
Percentual de DAPs no Cadastro único	-proposta com DAPs físicas no Cadúnico abaixo de 50%.....	1
	-proposta com 50% a 65% de DAPs Físicas no cadastro único.....	3
	-proposta com 66 a 80% de DAPs Físicas no cadastro único.....	4
	-proposta com 81 a 100% de DAPs Físicas no cadastro único.....	5
Doação de Alimentos em municípios do MAPA Insan ¹³	-proposta contendo no mínimo 70% doação de alimentos em municípios com média vulnerabilidade no Mapa Insan.....	3
	- proposta contendo no mínimo 70% da doação de alimentos em municípios com alta vulnerabilidade no Mapa Insan.....	4
	-proposta contendo no mínimo 70% da doação de alimentos em municípios com muito alta vulnerabilidade no Mapa Insan.....	5

Fonte: Elaboração do autor com base em CONAB (2021)'

Com isso, conforme o comparativo dos dados, as organizações passaram a ser beneficiadas com propostas de valores menores, com mulheres ou dando preferência a municípios com alta vulnerabilidade, só assim possibilitando a participação nos recursos disponibilizados, ou seja, o que era para ser uma política pública fundamental a garantia de segurança alimentar e renda a agricultura familiar, passou a ser um processo excludente por falta de recursos públicos, após 2013, mas principalmente após o golpe de 2016.

¹³ O Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional (Mapa InSAN) é um estudo desenvolvido e publicado pela CAISAN nos anos de 2016 (ano referência 2014) e 2018 (ano referência 2016) com o objetivo de identificar as famílias e indivíduos que se encontram em insegurança alimentar e nutricional, a partir de dados do Cadastro Único e do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN. (BRASIL, 2022)

Além do impacto na renda dos assentados, o retrocesso no PAA também afetou a capacidade produtiva, logo afetando o abastecimento de produtos, advindos em sua maioria dos assentamentos do MST na região, que produziram ao longo de 2010 a 2020, 5.585 toneladas, considerando a média de preço de R\$ 3,00 por kg, sendo em torno de 780 toneladas por ano em média, nos anos áureos de 2011 a 2016:

Tabela 9 – Quantidade de produtos entregues por meio do PAA na região de Ribeirão Preto, 2010-2020

ANO	ASSENTAMENTOS				TOTAL DE PRODUTOS ENTREGUES	
	PE 17 DE ABRIL	PDS SEPÉ TIARAJU	PDS DA BARRA	PA ORLANDIA	(KG)	(TON)
	(KG)	(KG)	(KG)	(KG)		
2010	100109,40	109980,00			212099	212,1
2011	198899,34	110723,32	380657,17		692291	692,3
2012	207876,33	108569,99	483644,72	21000,00	823103	823,1
2013	213471,25	142905,27	386800,44		745190	745,2
2014	369465,90	184161,81	674726,98	29333,33	1259702	1260,7
2015	239977,33	53333,33	370642,10		665968	666,7
2016	274650,33	133328,37	77331,03		487326	487,3
2017	99813,40		5233,88	18809,90	125874	126
2018	90662,00				92680	93
2019	66664,90	63996,63	5332,80		138013	138
2020	106831,30	117333,33	96000,00	18666,67	340851	341
TOTAIS	1968421	1024332	2480369	87810	5583098	5585,4

Fonte: Elaboração pelo autor (2022) com dados da CONAB

Em todas os espaços de discussão sobre as necessidades dos assentamentos, a principal demanda está relacionada ao Doação Simultânea, que os assentamentos chamam de “conab”, afirmando dentre outros benefícios que o programa poderia evitar a necessidade de realizar trabalho fora do assentamento, pois garantia uma renda mínima para as famílias, e como explicado anteriormente, amparava o planejamento produtivo para outras formas de comercialização, que também revertia-se em renda para a família. Além disso, servia como forma de garantir o escoamento da produção daquelas famílias assentadas que não tem acesso a água para irrigação,

e tem que produzir em período chuvoso, oferecendo uma forma de redução de custos por todo o processo ser realizado de forma coletiva, por meio da associação ou cooperativa, outra característica importante do programa que fomentou e/ou fortaleceu a organização coletiva nos assentamentos.

No levantamento de dados do Portal da Transparência do PAA foi possível identificar as seguintes organizações que executaram a doação simultânea, distribuídas nos territórios.

Tabela 10 – Cooperativas e Associações proponentes do PAA na região de Ribeirão Preto e municípios beneficiados

ASSENTAMENTO	ASSOCIAÇÃO / COOPERATIVA	MUNICIPIOS BENEFICIADOS
PE "17 DE ABRIL"	ASSOCIACAO DE MULHERES SOLIDARIAS E GENERO DO ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL	
	ASSOCIAÇÃO DE MULHERES NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL RURAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO-ADRUS	ALTINOPOLIS
	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SAO PAULO	BATATAIS;
	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA BOA SORTE	BRODOWSKI;
	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO VALE DO SAPUCAI	CAJURU;
	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DORCELINA FOLIADORA (APRODF)	CRISTAIS PAULISTA;
	ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DOS PRODUTORES DA REFORMA AGRARIA E AGRICULTURA FAMILIAR	FRANCA;
	ASSOCIAÇÃO PEQ. PROD RURAIS ASSENTADOS E DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DE SÃO PAULO IRMÃ DOROTHY	ITIRAPUA;
	ASSOCIAÇÃO PRODUTOS DO CAMPO	ORLANDIA;
	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR (ANPAF)	PATROCINIO PAULISTA;
	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE APOIO Á REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO	RESTINGA;
	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PRODUTORES RURAIS MORADA DO SOL (ANPRUMS)	RIBEIRÃO CORRENTE;
	ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR	RIBEIRÃO PRETO;
PDS SEPÉ TIARAJU	COOP.AGROEC DE MAN E CON DA BIOD. DOS AGRIC FAM DO ASSENTAMENTE SEPE TIARAJU	RIFAINA; SÃO JOSÉ DA BELA VISTA RIBEIRÃO PRETO;

	ASSOCIACAO AGROECOLOGICA PEQUENOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR FRATERRA	SANTA CRUZ DA ESPERANÇA;
	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE AGRICULTURA FAMILIAR FRUTAS DA TERRA - COOPERFT	SERRA AZUL;
	COOPERATIVA DOS PRODUTOS RURAIS AGROECOLOGICA DO SEPE (AGROSEPE)	SERRANA
	ASSOCIACAO DAS MULHERES ASSENTADAS DE RIBEIRAO PRETO (AMARP)	
	ASSOCIACAO ELDOURADO	
	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSISTENCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DE SÃO PAULO (ANATEC)	BARRETOS;
	ASSOCIAÇÃO RURAL DE AGRICULTORES INDEPENDENTES INDIO GALDINO	BARRINHA;
PDS DA BARRA	COOPERATIVA AGROECOLÓGICA MÃOS DA TERRA (COMATER)	RIBEIRÃO PRETO;
	COOPERATIVA AGROECOLÓGICA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS LUISA MAHIN (COOPERLUMA)	MIGUELOPOLIS;
	COOPERATIVA CHICO MENDES DOZE - FAZENDA DA BARRA, ASSENTAMENTO LUIZA MAHIN	SERRANA
	COOPERATIVA DOS PROD. RURAIS DE AGROBIODIVERSIDADE ARES DO CAMPO (COOPERARES)	
PA ORLANDIA	ASSOCIACAO DE PRODUTORES RURAIS APARECIDA SEGURA	IGARAPAVA;
	ASSOCIAÇÃO REGIONAL ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DE AGRICULTURA FAMILIAR E URBANA SUSTENTÁVEL (AREDAFUS)	MIGUELOPOLIS;
		ORLANDIA

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Das 27 organizações que participaram do PAA, apenas 12 (destacadas em negrito na Tabela 10) mantiveram-se ativas e organizadas após a queda de investimentos no PAA, se adaptando em torno da comercialização para a merenda escolar dos municípios na região e em outras regiões do Estado. Cabendo citar que existem mais 5 organizações¹⁴ que não participaram do PAA de 2010 até 2020, que estão ativas participando de chamadas públicas do PNAE, com exceção do Centro de Formação Sócio Agrícola Dom Helder Câmara que exerce um papel político e de formação em relação aos territórios. Os dados demonstram que existem nos territórios de estudo, 17 associações e cooperativas em funcionamento, com atividades voltadas as políticas públicas nos territórios, e ao todo foram criadas 32

¹⁴ Cooperativa Orgânica Agroflorestal Comuna da Terra (COMUNA), Centro de Formação Sócio Agrícola Dom Helder Câmara e Associação dos Moradores do Assentamento Mario Lago, pertencentes ao MST, e Associação Vida Orgânica (AVIOR), Associação da Agricultura Familiar da Alta Mogiana Nutricampo, ligadas ao MLST, que estão com suas DAPs Jurídicas ativas.

organizações formais, classificadas como cooperativas ou associações, nos assentamentos estudados, com base nos dados extraídos da CONAB em conjunto com dados do Sistema de Extrato de DAP Jurídica, sendo que 19 delas mantêm ou mantiveram ligação com o MST.

Tabela 11 – Cooperativas e associações que estão ativas e inativas nos assentamentos do MST na região de Ribeirão Preto.

TIPO DE ORGANIZAÇÃO FORMAL	SITUAÇÃO	ASSENTAMENTOS				TOTAL
		PE 17 DE ABRIL	PDS SEPÉ TIARAJU	PDS DA BARRA	PA ORLANDIA	
ASSOCIAÇÃO	ATIVA	6	1	4	1	12
	INATIVA	7		3	1	11
COOPERATIVA	ATIVA	1	2	3		6
	INATIVA		1	2		3
TOTAL		14	4	12	2	32

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

A relação da organização com os municípios ou entidades destes municípios demonstra o nível de articulação gerada pela implementação do Programa de Aquisição de Alimentos, em suas várias modalidades, sobretudo do Doação Simultânea, sendo o principal exemplo do objeto de estudo de como uma política pública com uma perspectiva transversal, reflete um processo de territorialização, não só pela atuação do Estado, mas também na promoção das relações socioterritoriais na região, em seus diversos aspectos, desde do fortalecimento da produção camponesa (a maioria agroecológica) até a garantia de segurança alimentar na rede socioassistencial dos municípios.

Nessa perspectiva de articulação territorial, outra política pública de comercialização que tem auxiliado o desenvolvimento produtivo dos territórios por meio das cooperativas e associações, tem sido a comercialização para a merenda escolar dos municípios da região, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instituído como conhecemos pela Lei nº 11.947/2009, com o objetivo

de oferecer alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública (BRASIL, 2022).

Considerado como uma das mais relevantes políticas voltadas à garantia do Direito Humano à Alimentação e a Nutrição Adequadas (DHANA), o programa atende cerca de 41 milhões de estudantes, com repasse anual de R\$ 4 bilhões aos 27 estados e 5.570 municípios, cujo valor é complementado com orçamento dos estados e municípios. Para muitos destes estudantes, é na escola que se faz a única ou principal refeição do dia (ÓAÊ, 2022, s.p.).

Dentre as importantes ações na garantia de oferta de alimentos com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) e de educação alimentar e nutricional, também foi garantido a obrigatoriedade da compra de 30% de alimentos da agricultura familiar pelos municípios executores, sendo uma política institucionalizada seguindo a tipologia de política pública incrementalista (SOUZA, 2006), o que difere do PAA que fica condicionado à intencionalidade do governo estabelecido. Já o PNAE por se constituir como matriz normativa estruturante, que remonta desde 1955¹⁵, vincula as esferas do Estado a obrigatoriedade de sua implementação. Não desconsiderando sua consolidação como fato político normativo, que é construído com base em um processo de luta dos movimentos sociais, principalmente resultando na Lei de 2009.

Com isso, ao determinar que os municípios comprem 30% da agricultura familiar, torna-se medida que garante equidade de mercado em relação ao agronegócio. Essa mudança veio a somar na construção de mercados institucionais para a agricultura familiar, contribuindo igualmente na promoção da segurança alimentar e nutricional no Brasil. (SCHMITT; GRISA, 2003, p. 235)

As políticas públicas como PAA e PNAE, representam resultado de uma agenda política no contexto dos governos Lula e Dilma, atendendo as demandas sociais, o que as colocam em risco, conforme as transformações indiquem uma perspectiva ultraliberal em relação as políticas públicas, o efeito imediato no PAA foi o corte de

¹⁵ Em 31 de março de 1955, foi assinado o Decreto nº 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação. Na ocasião, foram celebrados convênios diretamente com o Fisi e outros organismos internacionais. [...] Somente em 1979 passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar. (BRASIL, 2022)

recursos como visto, e no PNAE somente com a mudança na norma, o que foi tentado por meio do Projeto de Lei de 3292/2020, que apensado ao Projeto de Lei nº 4112/2012, que previa mudanças na lei do PNAE que feriam a autonomia de nutricionistas na elaboração dos cardápios, para favorecer laticínios e pecuaristas, levando a uma mobilização, principalmente do Observatório da Alimentação Escolar (OAE), constituídos por diversos movimentos inclusive o MST, e organizações da sociedade civil, no sentido de garantir a defesa do PNAE e o desenvolvimento do programa para atender a agricultura familiar e garantir segurança alimentar e nutricional dos estudantes a nível nacional.

É evidente sua importância como garantia de acesso a mercado pelas cooperativas e associações dos assentamentos, mas ainda persistem desafios, principalmente para o cumprimento dos contratos, que diferente do PAA não dinamizam as relações entre a organização e as prefeituras, e se baseiam num modelo de chamada pública, construído com base nas necessidades do cardápio elaborado pelos departamentos de alimentação e seus profissionais nutricionistas, que muitas vezes não conhecem a realidade produtiva da região onde está o município, por mais que o FNDE renove suas resoluções como forma de garantir este entendimento e a importância de construir relações com a agricultura familiar local, sobretudo de assentamentos, é necessário um processo de formação contínuo com as nutricionistas e departamentos de compras para compreensão da realidade distinta de assentados em relação a um CEAGESP, por exemplo.

Como forma de auxiliar as cooperativas e associações, foi possível acompanhar as chamadas para auxiliar os municípios a dialogarem com as organizações, para construir conjuntamente o processo de compra, possibilitando assim a apropriação deste processo por quem produz o alimento, evitando-se problemas de descumprimento de contrato. Observou-se que as nutricionistas do Departamento de Alimentação Escolar da Secretária de Educação do Município de Ribeirão Preto, vem dando exemplo pela atuação estreita com as organizações¹⁶ do PDS da BARRA para construir um processo que possa evitar problemas na execução

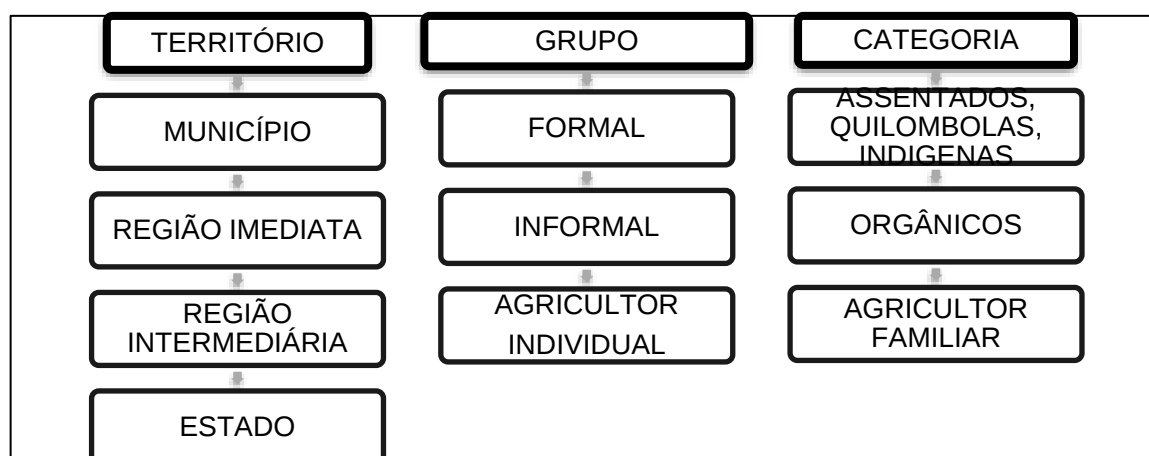
¹⁶ As organizações que comercializam para a merenda escolar de Ribeirão Preto são: Cooperativa Orgânica Agroflorestal Comuna da Terra (COMUNA), Cooperativa Agroecológica Mãos da Terra (COMATER), Associação dos Moradores do Assentamento Mario Lago, Associação Vida Orgânica (AVIOR).

do contrato, entendendo as dificuldades de planejamento da produção, pela falta de assistência técnica, e as dificuldades estruturais do assentamento que afetam muitas vezes as entregas, sendo externado pela nutricionista responsável (que também é conselheira do COMSEAN), a compreensão sobre a realidade, propondo iniciativas junto a CATI e SEBRAE¹⁷ em apoio às associações e cooperativas.

Em geral na região, há sempre uma dificuldade dos municípios acompanharem as mudanças normativas como a ocorrida em 2020, com a nova vigência da Resolução do FNDE nº 06/2020, que passou a considerar a classificação por regiões imediatas e intermediárias, possibilitando a preferência para agricultores familiares locais. Outra ordem de classificação que permanece desde da Resolução do FNDE nº 26/2013, é a que aqui define-se como categorias de agricultores e povos do campo, permitindo assim um equilíbrio em relação ao assentado que em comparação com um agricultor familiar empresário, tem menos condições econômicas de acesso à tecnologia.

Para melhor entendimento, ilustra abaixo a classificação, que também fez parte de um material deste pesquisador enviado aos municípios da região para auxiliar o entendimento sobre a mudança no PNAE.

Quadro 1 – Ordem de classificação em Chamadas Públicas do PNAE



Fonte: Elaboração do autor com base na Resolução FNDE nº06/2020

¹⁷ O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), atua no assentamento com o projeto “Agro família” criado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado de São Paulo (Senar-SP) e Sindicato Rural de Ribeirão Preto, e vem auxiliando principalmente no apoio a certificação orgânica dos assentados

Com incrementos do PNAE pelo FNDE, foi possível definir parâmetros para as entidades executoras (prefeituras e estados) definirem o preço dos produtos com base no mercado local, principalmente feiras de produtor, considerando inclusive os custos de logística e embalagem, podendo aumentar em 30% caso se tratar de produtos orgânicos, respeitando todos encargos da cadeia produtiva, entendendo a lógica de funcionamento produtivo da agricultura familiar e das capacidades das associações e cooperativas.

O PNAE construiu um caminho importante para organização coletiva e produtiva dos assentamentos, mas também expressa algumas contradições, na perspectiva das relações que reproduzem o capital, seja num movimento de disputa socioterritorial ou nas dinâmicas capitalista intrínsecas em políticas públicas que visam garantir o acesso a renda pelos camponeses sem -terra, cuja sua identidade está baseada em um processo de luta.

Em reunião realizada em 22 de junho de 2022 com diretores da Associação FRATERRA, COOPERECOS e COOPERFIT, do Assentamento Sepé Tiaraju, além de ressaltarem as dificuldades enfrentadas pelo corte de programas e abandono estatal do assentamento, também relataram situações que ensejaram disputas em certames das chamadas públicas de alguns municípios entre as organizações dos assentamentos do MST, reproduzindo a mesma lógica competitiva de mercado, que a proposta do MST pretende superar, demonstrando uma contradição na perspectiva da formação histórica do movimento, que se baseia na cooperação.

No entanto, por mais que os diretores das organizações do Assentamento Sepé Tiaraju, compreendessem essa dinâmica numa percepção ética ou moral, é preciso entender que na verdade resulta de uma dialética material das transformações do território em conjunção da lógica capitalista em torno das políticas públicas, aonde até mesmo um programa tão importante como o PAA e o PNAE podem compor uma agenda de arrefecimento da luta.

Tais políticas públicas têm um forte componente ideológico, e se apresentam como uma alternativa capaz de superar a alienação capitalista e até mesmo a exploração do trabalho, promovendo uma manipulação ideológica como forma de garantia do consentimento e da legitimação. Os valores humanistas e morais a que tais políticas públicas estão vinculadas seduzem a tal ponto que a crítica da realidade se torna prejudicada. (CARVALHO, 2014).

Trazendo uma reflexão importante, de que a política pública também pode representar “uma sedução”, principalmente quando envolvem melhoras relativas à condição da renda agrícola, que podem induzir a cooperativas e associações a abordarem as relações de comercialização do PNAE como disputas mercado, em consequência das dinâmicas de reprodução do capital, promovendo contradições que criam tensões entre as próprias organizações dos territórios. Tanto que uma das queixas da nutricionista de Ribeirão Preto, está na incapacidade das organizações que comercializam para merenda escolar, se unirem para mitigar as dificuldades da logística, por exemplo.

O PNAE demonstrou-se a única saída nos governos Temer e Bolsonaro para garantia mínima da renda das famílias assentadas, mas pode também representar uma forma de reproduzir lógica capitalista da política pública, exigindo um trabalho constante do MST, na formação da consciência para construção de relações coletivas, em torno da política pública, sem que essa defina as dinâmicas de comercialização nos territórios.

Seguindo a mesma lógica do PAA e do PNAE, o Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), um programa próprio do Estado de São Paulo, instituído pela Lei nº 14.591/2011, surge com o objetivo a aquisição de pelo menos 30% de alimentos da agricultura familiar, nas compras realizadas pelas instituições do Estado, caracterizando como uma compra institucional, seguindo dinâmicas parecidas com o PNAE, com a realização de Editais de Chamada Pública apresentando a demanda e preço dos produtos à serem adquiridos.

Ainda que tenha grande importância para garantia de acesso ao mercado pela agricultura familiar, os assentamentos federais tem dificuldades para fornecer por meio deste programa, justamente por problemáticas relacionadas aos conflitos de regionalidade, que serão explorados na discussão de regionalização, pois mesmo que os assentamentos estejam na região de atuação de órgãos do Estado de São Paulo, enfrentam dificuldades de emissão da Declaração de Conformidade ao PPAIS (DCONP) justamente pela dificuldade de Assistência de órgãos como a CATI nos assentamento, mesmo assim alguns assentados do PDS Sepé Tiaraju conseguem fornecer para o Presídio de Serra Azul ao lado do Assentamento.

A própria CATI por meio de Nota Técnica, reconhece que “todos os anseios giram em torno de Ater, com maior ênfase em orientações técnicas, apoio na regularização ambiental, realização de cursos e palestras, elaboração de projetos e acesso às políticas públicas” (BRUNELLI JÚNIOR; VIGANÓ; MORAES, 2021, p. 228), mesmo que o levantamento que levou a essa conclusão, tenha sido realizada com 9,4 % de assentados dentre os pequenos produtores da Região Administrativa, já mostra uma preocupação do Escritório Regional.

Por outro lado, o Assentamento 17 de Abril, tem maior facilidade para acessar o PPAIS, por se tratar de um assentamento estadual, atendido pelo ITESP que ao destacar a primeira entrega do Assentamento à UNESP de Franca em 2019, enfatizou que:

O ano de 2019 vai registrar o melhor desempenho da história do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS) desde sua implantação, em 2012. Os números de janeiro a outubro de 2019 superam os da totalidade de 2018, ano em que o programa registrou a maior participação dos agricultores que vivem nos assentamentos paulistas. Em 2019 foram realizadas mais de 300 chamadas públicas, com uma aplicação orçamentária de mais de R\$ 10 milhões. Para se ter uma ideia da importância dos números deste ano, em 2018 foram vendidos R\$ 7,1 milhões para a SAP e R\$ 49,9 mil para a Saúde (ITESP, 2019, s.p.).

Portanto, o PAA, o PNAE e o PPAIS, constituem formas com que o Estado em suas várias esferas possibilitam a inserção de agricultores familiares, principalmente camponeses sem-terra, ao mercado institucional, configurando processos importantes no fortalecimento de cooperativas e associações para desenvolvimento produtivo, como forma de geração de renda a estes camponeses, bem como interagindo com outras dinâmicas das relações sociais, que expressam a substancialidade de sua manutenção em relação a realidade, bem como em contradições inerentes da questão agrária na sociedade capitalista.

4.3 Assistência Técnica e Extensão Rural e o método Camponês a Camponês

Ao abordar as políticas públicas de reforma agrária a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ou a Assistência Técnica e Extensão Social (ATES) desempenham um papel estratégico de fio condutor das ações e programas voltados à reforma agrária, pois não só constrói as relações entre pesquisa e conhecimentos

científico aplicados a realidade, mas também tende a lidar com as transformações socio-produtivas e estruturais dos territórios.

Nesta parte da pesquisa, não há como este pesquisador furtar-se das reflexões críticas e empíricas, em vista de ter trabalhado como técnico operacional de ATER para Instituto Biosistêmico à serviço do INCRA do Estado de São Paulo, através de duas Chamadas Públicas promovidas por esta autarquia, para atuação nos assentamentos do Estado de São Paulo, o que proporcionou uma percepção em relação as contradições e desafios no processo de interação da ATER com a realidade e com as demais políticas públicas.

Para analisar os processos de intervenção na realidade dos territórios de assentamento, é necessário analisar brevemente a evolução histórica desta política, possibilitando a reflexão sobre a relação dos impactos das ações de ATER e como isso está relacionado a uma dialética de disputas institucionais.

O termo extensão rural teve origem na segunda metade do século XIX através das atividades desenvolvidas nas universidades inglesas, mas foi a partir da criação do serviço cooperativo de extensão rural nos Estados Unidos da América (EUA), com intensa participação de suas universidades, que se construiu a forma institucionalizada de extensão rural adotada até os dias atuais. (PEIXOTO, 2008).

No entanto, é importante pontuar que tal referência do surgimento do termo, não expressa as relações anteriores que constituem trocas de saberes dos povos indígenas, que remontam a tradições milenares, que na resiliência de seus processos produtivos constituíam conhecimento, que moldavam as práticas da agricultura, estendendo-se para compreensão de que estes processo se desenvolvem no cotidiano de povos e comunidades tradicionais.

Para Cunha (1999, p. 156) apud Pereira; Diegues, (2010), a interdependência entre os “saberes dos antigos” e o cotidiano das populações conduz à compreensão dos conhecimentos tradicionais como “produtos históricos”, constituídos pela continuidade e transformação dos seus conteúdos

Porém ao trazer para discussão institucional a extensão rural figura como um processo voltado aos paradigmas da agricultura de mercado, constituído da necessidade de implementação de inovações tecnológicas para o aperfeiçoamento da produção agrícola.

Por outro lado, também expressam aspectos de intervenção junto a agricultura familiar, mesmo que de forma dicotômica, já que com o avanço tecnológico e mecanizado da agricultura, se causava o êxodo rural, também subsistiam instrumentos para fortalecimento da agricultura familiar, principalmente quando se trata de acesso a crédito de investimento, o que a assistência técnica para este setor desempenha um papel substancial.

Neste aspecto, de atuação junto aos sujeitos do campo, da agricultura camponesa e agricultura familiar, a extensão rural na perspectiva institucional passa por alguns ciclos históricos.

1) Humanismo assistencialista (1948 a 62) – caracterizou-se pela ideia da extensão como uma modalidade informal e integral de educação, destinada a agricultores, donas de casa e jovens rurais, objetivando a auto realização desses atores, mediante a aceitação de novas ideias e conhecimentos, a renovação de hábitos e atitudes, no interesse da melhoria das condições da propriedade e do lar e da elevação do nível de vida das populações rurais.

2) Ilusionismo produtivista (1963 a 84) - a maior expansão da estrutura operacional do sistema de extensão rural e do uso de crédito agrícola; proliferam-se as unidades locais especializadas, formadas por equipes de agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas que substituem as equipes “casadas” de um profissional da agropecuária para uma economista doméstica, sinalizando a prioridade para atividades econômicas.

3) Humanismo crítico (1985-89) - promoção humana integral das maiorias demográficas do campo, mas sem paternalismo, dentro de uma perspectiva libertadora em que o pequeno agricultor, proprietário ou não das terras onde labuta, é sujeito de suas ações como cidadão, problematiza a sua realidade e decide. O extensionista, não mais um “agente de mudança” manipulador, é o interlocutor tecnicamente competente de um relacionamento dialógico horizontal, democrático, portanto. (RODRIGUES, 1997 apud LAVRATTI, 2016, p.11).

Permeando estes ciclos, no Brasil a Assistência Técnica e Extensão Rural na década de 40 assume um papel importante apoiado no crédito rural, como elemento percussor da atuação de técnicos junto às famílias agricultoras, mas que nas décadas seguintes assume o papel atrelados aos processos de mecanização e inovação tecnológica, voltadas a atender as demandas de mercado, perpetuando os interesses da acumulação de capital, “ou seja, a assistência técnica no Brasil, desde a sua origem, trabalha nesses dois sentidos antagônicos e que são interdependentes para a manutenção do status quo do sistema vigente” (SILVA; ALY JUNIOR, 2018, n.p.)

Os instrumentos institucionais para desenvolvimento de uma política nacional de ATER, tomam forma como conhecemos na década de 70 com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), que

ensejou a criação das EMATERs nos Estados, que passou a substituir o sistema de Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR)¹⁸, porém, já existiam de forma discreta aspectos que relacionavam ações típicas de atividades de ATER desde a criação de Institutos Imperiais de Agricultura em 1859 e 1860. Após isso sucederam diversos Decretos¹⁹ que constituíam atividades de assistência a agricultura, mas nada tão efetivo quanto as definições de ATER da década de 40 em diante, que se instrumentalizavam em instituições próprias.

A ATER se relaciona à reforma agrária a partir da década de 60, primeiramente inserida de forma genérica nas ações de desenvolvimento rural, da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), que foi extinta e substituída pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA e pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, ambos criados pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispôs sobre o Estatuto da Terra.

O Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970²², criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e extinguiu o INDA, o IBRA e o Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA), cujos direitos, competência, atribuições e responsabilidades foram absorvidas pelo novo Instituto (PEIXOTO, 2008).

A criação da EMBRATER está diretamente ligada as dificuldades do INCRA em coordenar as ações de ATER, que ao ser constituída passou a estar vinculada ao Ministério da Agricultura, e que estatizou as ACARs. Tendo as estruturas das Acar sido ano a ano absorvidas pelos estados e criadas empresas ou outras estruturas governamentais de assistência técnica e extensão rural (EMATER), o Sistema Abcar (ou Siber) transformou-se no Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER (PEIXOTO, 2008).

Face as transformações tecnológicas no campo, após as décadas de 50, 60 e

¹⁸ A institucionalização efetiva de um serviço de assistência técnica e extensão rural no País se deu ao longo das décadas de 50 e 60, a partir da criação nos estados das associações de crédito e assistência rural (ACAR), coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criada em 21/06/1956. As Acar eram entidades civis, sem fins lucrativos, que prestavam serviços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros. A primeira Acar foi criada em Minas Gerais, em 06/12/1948, depois de gestões de Nelson Rockefeller junto ao governo mineiro (PEIXOTO, 2008)

¹⁹ Decreto 2.500 de 01/11/1859; Decreto 2.516 de 22/12/1859; Decreto 2.521 de 20/01/1860; Decreto 2.607 de 30/06/1860; Decreto nº 2.681, de 3 de novembro de 1860; Decreto nº 1.067, de 28 de julho de 1860; Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910; Decreto-Lei 7.449, de 9 de abril de 1945

70, também emergia um movimento contrário ao modelo de agricultura convencional em decorrência dos impactos ambientais da chamada revolução verde, constituindo diversas propostas, que convergiam com as lutas políticas contra a ditadura militar, e no período da redemocratização já havia a preocupação com o desenvolvimento de uma agricultura ecológica atrelada a reforma agrária.

Na década de 80 a Embrater optou por apoiar um modelo de desenvolvimento rural ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo, e por estimular, dentro do Sibrater, ações voltadas prioritariamente para os pequenos produtores e assentados rurais do 1º Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA, criado pelo Decreto no 91.766, de 10/10/1985), além de novas metodologias de capacitação extensionista, baseadas em pedagogia de alternância. (PEIXOTO, 2008).

A ATER em 1988 passa a estar prevista como um direito constitucional, por vir a fazer parte da carta magna, no Art. 187, inciso IV, que prevê como parte da política agrícola, “a assistência técnica e extensão rural”.

A inclusão da ATER na Constituição Federal, representa um marco institucional dos avanços das discussões sobre este processo, que não se consolidou de imediato, passando por uma tentativa em 1989 de extinção da Embrater pelo então governo Sarney, eu voltou atrás após pressões, mas em 1990 logo no início do governo Collor, foi extinta, demonstrando uma intenção de descentralizar a ATER para uma responsabilidade dos Estados e Municípios, mas foi novamente inserida nas diretrizes do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA), bem como a Embrapa também constitui governança sobre este processo. Os serviços de assistência técnica e extensão rural receberam um tratamento específico na legislação brasileiro, embora ainda limitado, somente após a Constituição de 1988, com a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 (PEIXOTO, 2008, n. p.)

Essas mudanças nos anos 90, apresentadas resumidamente, servem para dar a noção em que contexto se inserem as reivindicações do MST em torno da ATER, provocando inicialmente para uma agenda que atendesse as necessidades de atendimento a agricultura familiar em uma perspectiva institucional, para atendimento dos territórios que vinham se consolidando a partir da luta pela terra do MST com bases históricas nos anos 80.

Nesse contexto, a ATER desenvolvia um importante papel para a viabilizar as

operações do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera), que foi criado pelo Conselho Monetário Nacional atrelado ao Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ambos instituídos em 1985, durando até 1995, quando tivemos a institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que também exigiu a participação da ATER como forma de viabilizar o acesso ao crédito, agora com as afirmações da categoria de agricultura familiar defendida pelos movimentos e organizações.

Ainda assim as dinâmicas institucionais dos serviços de ATER seguiam uma agenda neoliberal, que pensavam a agricultura familiar sob o prisma das relações de agronegócio ou pequeno agronegócio, que de certa forma apoiavam as demandas sociais e produtivas dos assentamentos, havendo um distanciamento de um processo emancipador campesino.

Em 2003, a Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) passou a coordenar toda a política de ATER, promovendo nova centralidade e iniciando a fase de reconstrução de uma política nacional de ATER (SILVA; ALY JR, 2018, n.p.), demonstrando uma nova agenda na perspectiva da ATER, com enfoque no desenvolvimento produtivo mas também respeitando as diversidades culturais que determinam os territórios. No ano seguinte o INCRA institucionaliza o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Programa de ATES), que formou as bases para construir formas de garantir o ATER para as famílias assentadas.

Nesse sentido, à medida que ocorrem estas mudanças significativas na ATER na perspectiva do INCRA, está ocorrendo o processo de territorialização do PDS Sepé Tiaraju e do Acampamento Mario Lago, que vão perceber as mudanças conforme se desenvolvem as ações de liberações de créditos iniciais.

Nesse período de 2004 em diante o INCRA começa a celebrar convênios com diversas entidades, algumas delas relacionadas aos territórios como é o caso da Central das Cooperativas do Estado de São Paulo (CCA), mas no caso da região teve um trabalho massivo da Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais (FEPAF), cabendo citar a pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que avaliou a ATES nos assentamentos em 2006, com o seguinte resultado:

(1) Pesquisa de 2006 – em 2006, a pesquisa apresentou a seguinte apreciação: trata-se de ação importante, reconhecida nas diversas regiões

visitadas. Era tida como fundamental. Contudo, foram apontadas deficiências na atuação, em geral, explicadas pela escassez de pessoal, pelo nível de preparo dos técnicos, pelas diversas funções que estes técnicos exercem, pelo atendimento preferencial e/ou exclusivo à sua organização de origem, e também pela existência de conflito entre orientações divergentes. Cabe destaque à relação INCRA ITESP. A atuação simultânea e contraditória destas duas instituições foi alvo de críticas e queixas quanto à indefinição de responsabilidades, disputas políticas e transferência de responsabilidade. É um caso de inconsistência de ação do Estado. Outro aspecto relevante deste assunto refere-se ao papel do Estado e das organizações dos trabalhadores para o exercício da função de Ates. Constatou-se divergência de opiniões. Houve casos de aceitação via repasse de recursos para as entidades dos trabalhadores (Unicampo, FETAESP e Cooperativa Central de Reforma Agrária do Estado de São Paulo (CCASP), com poucas críticas. Houve casos de atuação de técnicos subordinados a instituições diferentes na mesma área – ITESP, FEPAF e outras organizações. Com a contratação de técnicos ligados aos movimentos sociais, o Incra ganhava em capilaridade, todavia enfrentou problemas. A integração entre os técnicos precisa ser discutida ou rediscutida, pois se notaram contradições de informações quanto à coordenação das ações. Verificou-se também o caso no qual a entidade dos trabalhadores desistiu das funções de Ates, devolvendo-a ao Incra. O exercício destas funções provocou identificação do movimento social com o próprio Estado – cumprir a função típica de Estado –, o que foi considerado prejudicial ao movimento, descaracterizando-o. (BRASIL, 2013).

A análise de 2006, demonstram contradições relacionadas as articulações políticas que são construídas a partir da relação do governo Lula com organizações populares condução dos trabalhos de ATER nos assentamentos, mostrando-se positiva à medida que dialoga com a dinâmica das organizações. Por outro lado, essa relação foi alvo de muita perseguição política e jurídica, razão pela qual a CCA atualmente vem respondendo por diversas auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU), que ignoram o cumprimento do objeto dos convênios, exigindo minúcias de prestação de contas, como se as organizações tivessem a mesma estrutura de órgão públicos, e isso resultou em prejuízos:

[...] bem como à descontinuidade e timidez da política do Incra de Brasília no confronto com os interesses dos ruralistas – Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito (CPMI) da terra, atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) – e às pressões dos órgãos de controle de gastos públicos. Quanto a estes últimos, que fique bem claro, são bem-vindos e importantes para que não ocorra a malversação do dinheiro público. Todavia, quando se compara esta ação com áreas de interesses de ruralistas, o que se observa permite a hipótese, por assim dizer, de que há um claro desequilíbrio de trato a favor destes últimos e em prejuízo do público objeto da reforma agrária. A mesma hipótese ocorre quando se analisa o que, em geral, ocorre no campo da justiça. A intermitência e insegurança que marcaram a implementação da política, em contraste com os elogios, implicaram a reafirmação de muitas críticas quanto ao atendimento do público. Uma delas refere-se ao atendimento de Ater. (BRASIL, 2013).

Em 2010, é instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), que criam novas dinâmicas para o planejamento de ações relacionadas à ATER, possibilitando inclusive a realização de Chamadas Públicas para contratação de entidades para prestarem ATER/ATES nos assentamentos.

Com isso, o INCRA de São Paulo realizou a Chamada Pública/ SR-08 nº 01/2011, voltada a seleção de entidades executoras de Assistência Técnica e Extensão Rural para prestar serviços de ATER, por meio de atividades individuais, coletivas e complementares, compreendendo planejamento, execução e avaliação dos serviços, nos assentamentos do Estado de São Paulo, com base no PNATER e PRONATER.

A chamada pública elencava uma série de atributos para classificação das entidades, que condicionaram a participação de entidades que mantinham condições estruturais e técnicas pré-estabelecidas, diferente dos convênios celebrados, com instituições que mantinham relação com os territórios, seja na perspectiva de atuação organizativa ou acadêmica. Essa primeira análise é importante para ressaltar a característica excludente de um processo burocrático, que muitas vezes visam cumprir as minúcias da legislação, vinculando entidades que podem dar maior conforto no acompanhamento pelo órgão, mas que não dialogam com a realidade dos territórios, que tiveram que ser construídas no desenvolvimento do trabalho pelas entidades.

Para realização dos serviços de ATER nos assentamentos o INCRA da região, foi contratada em primeiro momento a entidade BK Consultoria que trabalhou apenas o ano de 2012, se estabelecendo o Instituto Biosistêmico (IBS) que manteve os mesmos técnicos. De forma sistemática a entidade conseguiu auxiliar nas diversas demandas relacionadas as políticas públicas de comercialização, acesso ao Apoio Mulher pelas assentadas do PDS da Barra, além de auxiliar no acesso ao PRONAF, marcando uma importante fase de relacionamento com o Banco do Brasil, que possibilitou a liberação de investimentos e custeios que auxiliaram a cadeia produtiva em conjunto com o PAA e PNAE, além de auxiliar nas demandas sociais de acesso a benefícios previdenciários, promovendo atividades coletivas de capacitação e oficinas.

No entanto, o trabalho de ATER sempre encontrava dificuldades de possibilitar

um desenvolvimento as cadeias produtivas devido as debilidades da infraestrutura do assentamento, que acabavam por permear atividades de intermediação das demandas estruturais junto ao INCRA, somado a isso os servidores utilizavam a estrutura funcional da entidade de ATER para realizar trabalhos de vistoria em lotes e de fiel condutor de atos administrativos em relação aos assentados, o que fugiu da proposta da chamada e do PNATER, mas que se fizeram necessárias para garantir o atendimento das diversas demandas dos assentamentos. Essa múltipla realização de atividades, condicionou a dinâmicas desiguais do desenvolvimento, já que o assentado que detinha maiores condições estruturais para produção apresentava demandas distintas daquele outro assentado que sequer tem água para beber, e que a ATER tornou a única referência de ator público nos assentamentos, de uma problemática que não competia a resolver.

Essa dinâmica de atuação da ATER em detrimento da realidade dos assentamentos, evidenciou as contradições expressas pela desarticulação das políticas públicas para reforma agrária, pois o Instituto Biosistêmico (IBS), ao realizar avaliações anuais nos assentamentos, se deparava com demandas além de suas atribuições como, manutenção de estradas e perfuração de poço artesiano, além de necessidades sociais mais presentes do que demandas produtivas.

O INCRA ao reeditar anualmente os procedimentos da Chamada Pública, tentava abrigar essas demandas em forma de metas específicas ou genéricas que pudessem auxiliar em algumas demandas sociais e estruturais, ampliando o nível de relação da entidade com a autarquia, mas que não resolvia o problema que está relacionado a efetividade dos investimentos na reforma agrária e não nos serviços de extensão rural ou social.

Os serviços de ATER no assentamento realizados pelo IBS, duraram de 2013 à 2016, sofrendo com falta de pagamento pouco menos de dois meses após o golpe contra a Presidente Dilma, levando a demissão em massa dos técnicos, mantendo apenas alguns para atendimento de alguma emergência, retorna no fim de 2016 a recontração de alguns técnicos para poderem auxiliar no envio de documento para desbloqueio de assentados que haviam sido bloqueados pelo Acórdão do TCU nº 2451/2016, que identificou de forma sistemática e arbitrária indícios de irregularidade. Este trabalho durou poucos meses até que foi suspenso novamente, retornando os trabalhos em meados de 2018, se encerrando definitivamente em 2019 quando

Bolsonaro assumiu o governo, e paralisou a reforma agrária e suas ações, uma delas a ATER.

Cabe destacar que no contexto de crise política institucional de 2016 ainda conseguiu-se firmar o contrato de gestão entre a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e a União Federal, que foi que foi institucionalizada através da Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013, com a finalidade de “viabilizar a prestação de serviço de ATER para agricultores familiares, pequenos e médio produtores, e promover o desenvolvimento rural sustentável em todo o território nacional.

No desenvolvimento das atividades de ATER pelo IBS no Assentamento Mario Lago, foi possível construir uma relação com o grupo de agrofloresta, destacando um agrônomo para auxiliar na construção do processo de comercialização das cestas agrofloretais, bem como possibilitar as atividades nos mutirões de trabalho, que se somava as dinâmicas das organizações produtivas, assessorando nas diversas dimensões do cotidiano do território.

Não em outro sentido, mas em uma articulação com a ATER, é importante descrever a experiência do projeto Agroflorestar e outros que sucederam, na construção de métodos de troca de saberes na implementação de práticas agrofloretais, que representam as mesmas características do método Camponês a Camponês (CaC), já que ao se relacionar ao território a Cooperafloresta, proponente do projeto, passou a mobilizar junto com a organicidade do MST, formas de promover autonomia entre os próprios camponeses envolvidos, para que pudessem a medida que se apropriassem das técnicas que envolvem as práticas agrofloretais pudessem se tornar multiplicadores do conhecimento adquirido, rompendo com a lógica de que o técnico diplomado vai intervir na realidade e solucionar os problemas produtivos. Para Zonetti (2019, p. 76) o processo de mutirões no Assentamento Mário Lago possui grande influência da metodologia Camponês a Camponês originada nas experiências da América Central.

Como evidência de tal movimento descrito, a experiência de Camponês a Camponês possui grande ressonância no debate sobre métodos sociais criados a partir das necessidades do campesinato latino-americano. Esta experiência consolidou diversos arranjos sociais a nível nacional e se perpetuou em países da América Central se originando na Guatemala com extensões de grande êxito em Cuba e Nicarágua, até alcançar o próprio MST no Brasil. (ZONETTI, 2019, p.26).

A metodologia camponês a camponês, já representava uma dinâmica da organização do MST em relação as agroflorestas no Assentamento Sepé Tiaraju e no Assentamento Mario Lago, pois o método se desenvolve a medida que se reafirma a identidade camponesa dos assentados a partir da construção de outras determinações para o assentamento, com o trabalho coletivo em mutirões e as práticas agroecológicas desenvolvidas através da agrofloresta.

Com isso, a ATER deve articular com as dinâmicas organizativas e metodologias sociais como o CaC, para construir a autonomia camponesa e outras dinâmicas produtivas que rompem com a lógica de mercado. Essa necessidade fica evidente, pois após o corte de recursos do PAA e da ATER, as dinâmicas deste grupo precisam dar conta das dificuldades e construir alternativas, que precedem de uma organização coletiva constituída por processos geradores de autonomia. Um exemplo, é o fato dos camponeses agroflorestais conseguirem garantir a doação de alimentos²⁰ às periferias no período de pandemia de Covid – 19.

Figura 28 – Capacitação em agrofloresta para camponeses multiplicadores do Assentamento Mario Lago



Fonte: Arquivo do MST (2015)

²⁰ Será abordada a solidariedade do MST na pandemia mais à frente.

Esse método empenhado fortemente no Projeto Agroflorestar, acompanha a vivência dos camponeses sem-terra, gerando outras relações com atores envolvidos com a Agrofloresta na região, como é o caso da Rede Agroflorestal da Região de Ribeirão Preto, que é um espaço de planejamento e trocas sobre as agroflorestas, e dessa relação há em atividade projeto elaborado pelo Instituto Novar Era, entidade parceira que vem possibilitando a realização de práticas agroflorestais acompanhadas de um processo de capacitação subsidiado por insumos para realização das atividades, numa articulação que interage com os sujeitos e a realidade produtivo, para difundir a agroecologia na mesma perspectiva emancipatória que se funda o território.

Figura 29 – Reunião do Projeto Manejo Agroflorestal no Assentamento Mario Lago



Fonte: Acervo do autor (2023)

Por fim entende o autor, com base nas experiências, que a ATER deve estar organizada em duas dinâmicas, uma na perspectiva institucional oferecendo serviços técnicos especializados para possibilitar acesso a políticas públicas as famílias em seus diversos aspectos, valorizando a organização coletiva e promovendo a formação do sujeito camponês, outra no fortalecimento de metodologias sociais que promovam o protagonismos dos sujeitos, estabelecendo a partir de políticas públicas a organicidade produtiva baseada na agroecologia com ensejadora das relações sociais dos assentamentos e fora deles, relacionando a sociedade na construção destes processos.

5 TERRITORIALIZAÇÃO OU DESTERRITORIALIZAÇÃO: AS CONTRADIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS ASSENTAMENTOS DO MST NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

Este espaço da pesquisa também é destinado à uma reflexão conjunta com os territórios, de como se manifesta a política pública em detrimento da organização política existente, se a política pública intervém no sentido de mediar as dinâmicas de desenvolvimento ou por uma imposição gera conflitos e vulnerabilidades.

Neste sentido, poder debater com base no referencial teórico adequado, se as ações e programas relacionados à reforma agrária é um processo de territorialização, seja no aspecto da governança ou de como expressão de poder político. A questão é, como isso afeta as dinâmicas de formação dos sujeitos deste território, e quais as contradições em que estão inseridos. E como se configura a dialética de desterritorialização com a reterritorialização, nos processos de implementação das políticas públicas.

Partindo do exemplo do PAA, que ao ser implementado constrói novas dinâmicas territoriais, por conseguinte determinações sociais, econômicas e políticas, que amparam a organização produtiva do MST e as fortalecem como espaços coletivos de formação dos sujeitos, ou seja, há uma territorialização da política pública com base na governança e com base nas dinâmicas sócios produtivas que constituem os assentamentos, fortalecendo as mesmas.

Pensando a territorialização como medida das determinações políticas do espaço, não há como dissociar a política pública do movimento de territorialidades, construída historicamente da materialidade, portanto a compreensão deve se basilar na conjunção da luta social e políticas dos sujeitos, para e pela política pública, analisando as dimensões no estudo de suas contradições.

Neste sentido, a desterritorialização pode ser entendida como resultado das contradições na implementação das políticas públicas, por exemplo, o instrumento normativo do ITESP que cria a possibilidade de venda de benfeitorias do lote, não configura um processo de territorialização e sim uma função desterritorializadora da política pública e do sujeito pela política pública. Retomando o exemplo da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto que insiste em ignorar as demandas do assentamento,

mesmo tendo possibilidade de atender, demonstra uma posição política, cuja a omissão também é política pública, e no caso se extrai uma intencionalidade de desterritorializar o assentamento.

Em complemento, na perspectiva do movimento e dos sujeitos do território as mudanças no processo de consolidação de assentamentos, como as contradições e conflitualidades interferem na construção do sujeito camponês, é bem dizer, como a atuação do Estado impõe suas diretrizes sob as virtudes de formação do território, ignorando a construção histórica da materialidade deste espaço ou território.

Para entender as dinâmicas de (des) territorialização das políticas públicas, destacam-se alguns aspectos do processo de implementação, o primeiro que já foi abordado refere-se a forma com que programas e ações se articulam para um desenvolvimento territorial, desde a estruturação de assentamentos, com os investimentos ou não, até o fortalecimento da cadeia produtiva por meio de mercados institucionais e a ATER, o qual foi feito um debate nos subitens anteriores dos impactos destas políticas, que ora territorializam-se e territorializam a reforma agrária bem como podem resultar em debilidades e contradições que refletem em uma desterritorialização. O segundo aspecto, está diretamente ligado às transformações históricas da política institucional, e como as mudanças de governo afetam os territórios, e criam retrocessos organizativos e de desenvolvimento ante a falta de programas e ações que possam responder as problemáticas da realidade. E o terceiro, e último aspecto que será abordado, está relacionado a como se articulam as políticas públicas para superação dos processos de reprodução capitalista, a partir do fortalecimento da agroecologia e da soberania alimentar.

5.1 Reflexos da crise política institucional e das mudanças de governo no desenvolvimento dos territórios

É importante refletir que o golpe trouxe consequências diretas no processo de territorialização da política pública de reforma agrária no referido território, evidenciada na realidade pós golpe, porém fugindo de proselitismos, é necessário entender que a fragilização do processo de construção deste território está ligado à contradições anteriores ao golpe, pois no acirramento das disputas de todo processo histórico

político em paralelo com o desenvolvimento do território, foi dado maior atendimento às demandas dos setores do agronegócio, entendendo que “a prioridade estabelecida pelo governo Bolsonaro para o agronegócio como base para o desenvolvimento do campo brasileiro aprofunda tendências que vinham se delineando desde o segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), atravessaram os governos petistas de Luís Inácio Lula da Silva (Lula) e Dilma Rousseff e desaguaram no governo Michel Temer. Neste sentido, mais do que ruptura temos continuidade” (ALENTEJANO, 2020). Contudo, a ruptura do processo democrático nos trouxe maiores prejuízos mesmo que se debruce nas contradições anteriores, que mais se traduz em equívocos do que a consumação de um projeto político, como ficou evidente no pós-golpe.

O Assentamento Aparecida Segura é o principal exemplo de como os efeitos do golpe de 2016, interrompem o desenvolvimento territorial, em vista de ter sido criado em 2009, e só ser oficializado em janeiro de 2013 com a homologação das famílias. Ou como define N. P. B. Lima em entrevista (2021), “um assentamento que mais parece um acampamento, por causa do abandono do INCRA, que assentou as famílias e não deu o mínimo de dignidade a elas”.

Do ponto de vista da questão agrária, não resta dúvida de que a violência e o autoritarismo são marcas fundamentais do governo Bolsonaro e a reforma agrária foi totalmente paralisada (ALENTEJANO, 2020), além disso a política do governo se dedica a favorecer o capitalismo agrário e os interesses do agronegócio, e da grilagem de terras.

A reforma agrária como política pública do Estado, já vinha de um processo de contradições, ou como prefere Alentejano (2020), “de um processo contínuo de contrarreforma agrária”, já que sempre foram inexpressiva as ações para efetivação da reforma agrária em comparação com as ações direcionadas ao agronegócio, porém à partir do governo Bolsonaro, esta contrarreforma agrária se torna a principal política de Estado, não como processo de disputas e contradições e sim como ação concreta do governo que rompe com qualquer política pública destinada à reforma agrária, de forma expressa e consumada.

A única política empenhada pelo governo Bolsonaro é a titulação da terra, como forma de privatizar os assentamentos, e fazer com que as terras voltem ao agronegócio. “A titulação definitiva dos lotes dos assentamentos foi a forma

encontrada pelo agronegócio para recolocar no mercado as terras desapropriadas para fins de reforma agrária ou colocar no mercado terras públicas que foram destinadas à criação de assentamentos rurais” (ALENTEJANO, 2020).

Os efeitos para o território são devastadores, já que com a paralização da reforma agrária e uma política única de titulação dos assentamentos, os assentamentos permanecem em situação de precariedade

Ao compreender a multidimensionalidade e a multiescalaridade do território, é possível entender que transformações que parecem distantes da realidade, na verdade influenciam no processo de desenvolvimento territorial, seja na produção do espaço como na territorialização, já que o desenvolvimento territorial dos assentamentos vem sendo afetado diretamente pelas modificações no âmbito da estrutura institucional do Estado, criando as diversas contradições e debilidades sociais que permeiam a realidade do território.

Ante a escassez de programas e ações para reforma agrária, o governo Bolsonaro se apoia na pauta da titulação dos assentamentos como ação prioritária do INCRA, o que não é diferente no âmbito do Estado de São Paulo para os assentamentos estaduais.

Desde que Temer assumiu o governo federal as ações relacionadas a reforma agrária passaram por uma ruptura em relação a proposta de desenvolvimento dos assentamentos, que passou a se aproximar da perspectiva neoliberal, que transforma a terra em mercadoria e não como meio de reprodução de vida.

Essa nova tendência, se materializa na Lei 13465/2017, denominada como Lei de Regularização Fundiária, que passou a atender interesses escusos da grilagem de terras, sendo inclusive comparada a antiga Lei de Terras Imperial de 1850, mas também modificava as formas de titulação de terras em assentamentos de reforma agrária, transformando os lotes em mercadoria, ao ponto de prever as cobrança pelo valor da terra quando da emissão do Título de Domínio (TD).

O INCRA normatizou esta lei, especificando os procedimentos de titulação nos assentamentos federais, por meio da Instrução Normativa nº 99 de 2019, influenciando a criação de uma Lei no Estado de São Paulo que possibilitasse também a titulação dos assentamentos estaduais. O Projeto de lei 410/2021, apresentado pelo Governador de São Paulo, João Doria, em junho de 2021, vinha sendo denunciado

por assentados e assentadas, movimentos sociais, entidades e pesquisadores universitários por propor a privatização das terras públicas estaduais por meio da imposição compulsória da Titulação de Domínio (TD) aos lotes em assentamentos rurais e a regularização da grilagem de terras públicas no estado (MST, 2022).

Em relação ao PL 410/2021 houve uma ampla mobilização no sentido de barrar a aprovação do mesmo, mas só foi possível retirar o artigo 4º que incluía um chamado “jaboti” no texto, que visava favorecer a grilagem de terras. Uma outra demanda era que pelo menos possibilitasse a escolha pela CDRU ao invés de obrigar compulsoriamente a titulação e terras por meio do TD, mas não foi aprovado, e segue objeto de ação judicial movida pelas forças progressistas da ALESP.

O que importa dizer, é que com o avanço da agenda neoliberal, as políticas públicas se moldam à rigor de perpetuar e fortalecer as dinâmicas de acumulação do capital que visam nas terras de reforma agrária, através da especulação, maneiras de a constituírem genuinamente como mercadoria, inclusive utilizando de meios de cooptação dos sujeitos submetidos a um processo de desterritorialização, pela própria política pública.

Essa dinâmica de desterritorialização, pela titulação de assentamentos, se estabelece como uma matriz estratégia da política pública, por mais que possa apresentar uma agenda política sem condições imediatas de se efetivar, é possível perceber seus efeitos na organização dos assentamentos, expondo contradições da reforma agrária, que mantém a lógica capitalista na construção das relações sociais.

Com isso, não só pode causar um arrefecimento da luta, como também pode ensejar contradições, ao ponto de assentados defenderem em reunião o governo, na premissa de receber o título da terra, chegando a ser fundada uma União dos Assentamentos do Estado de São Paulo (UNAESP) com a finalidade de reivindicar a aprovação do PL 410/2021, fazendo oposição as pressões do movimento, fragmentando os territórios, e mobilizando famílias assentadas a apoiarem as intenções escusas de mercantilização da terra, que é a essência da Lei aprovada. Inclusive, uma das reuniões da UNAESP ocorreu no Assentamento “17 de Abril”, com considerável participação dos assentados, como pode-se ver na foto da reunião:

Figura 30 – Registro da reunião realizada pela UNAESP no Assentamento “17 de Abril”



Fonte: UNAESP (2022)

Por isso que o MST defende a Reforma Agrária Popular, que deve consistir na distribuição massiva de terras a camponeses, no contexto de processos de mudanças de poder, nos quais se constituiu uma aliança entre governos de natureza popular, e os camponeses. Desses processos resultaram leis de Reforma agrária progressistas, populares, aplicadas combinando-se a ação do Estado com a colaboração dos movimentos camponeses. Onde esse tipo de Reforma agrária ocorreu, ele não afetou necessariamente o sistema capitalista, e seu grau de abrangência esteve relacionado com os processos de mudanças sociais, econômicas e políticas havidas em cada país. (MST, 2017, s.p.)

E esta superação da lógica de reforma agrária normativa atrelada a uma dinâmica capitalista, não será superada através de governo ou pela política pública, sendo necessária a organização massiva nos assentamentos, para a mudança da consciência, amparada na política pública, mas não conduzida pela mesma.

Fernandes e Costa Neto (2004), ao citar trecho do Editorial do Jornal Sem Terra de Abril 2003, ressaltam que, mesmo que o presidente Lula queira fazer mudanças, se não houver apoio popular, acaba prevalecendo a correlação de forças que favorece a burguesia brasileira, o que é sintomático, para uma reflexão sóbria dos impactos

nas políticas públicas, podendo vislumbrar as contradições que são criadas por este ambiente de disputa, e não pela ineficiência da política pública em si. E atualmente, é importante refletir sobre este mesmo processo, principalmente após uma ruptura institucional que desestruturou as políticas públicas para reforma agrária.

5.2 Os caminhos para soberania alimentar: a relação campo e cidade e o florescer de relações de consumo consciente e de solidariedade de classe

A principal referência de soberania alimentar nos assentamentos da região são os grupos de agroflorestas, do Assentamento Mario Lago e do Assentamento Sepé Tiaraju, com o formato de cestas agroecológicas, que constrói uma relação de consumo consciente com quem adquire os produtos.

Mas para além desta referência genuína de soberania alimentar, é importante identificar práticas cotidianas junto as organizações que refletem a aproximação da sociedade com o contexto de produção agroecológica, seja por meio de feiras livres ou por doação de alimentos, este último que tem um importante destaque por evidenciar os resultados da reforma agrária, num período de crise sanitária.

Para isso, é preciso entender o conceito de soberania alimentar, que para Stedile e Carvalho (2012), é o conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de se garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local, ampliando o conceito de segurança alimentar, para além da obrigação do Estado em garantir alimentação para população em quantidade suficiente e adequada, pois constitui na conjunção de elementos que caracteriza a construção de relações sócio produtivas na alimentação que determinam a autonomia dos povos.

É por esse referencial que se faz necessário discernirmos as diferenças entre segurança alimentar e soberania alimentar, antes que possíveis confusões possam ser construídas, pois quando apostamos na soberania alimentar não estamos apenas demarcando um campo de pesquisa ou mais uma nomenclatura para os próximos projetos, tampouco mais um conceito ou palavra chave. Então, para o momento é importante definir que enquanto a segurança alimentar tem a ver com a obrigação dos Estados nacionais em garantir o acesso aos alimentos em quantidades suficientes, sem se pôr em questão a origem dos mesmos, inclusive podendo contar com ajudas internacionais; a ideia e o conceito de

Soberania Alimentar está erigido à partir da defesa do direito dos povos e dos países de definir suas próprias políticas e estratégias de produção de alimentos destinados ao abastecimento de sua população, antes mesmo da necessidade mercadológica e de exportação, como imperante e crescentemente marcado no cenário global. (THOMAZ JR., 2007 apud CAMACHO; CUBAS, 2011, p.25).

Enquanto o agronegócio pode ser favorável a Segurança Alimentar, não tem como o mesmo apoiar a Soberania Alimentar, pois sua lógica vai basicamente contra a reprodução da Soberania Alimentar, já que a formação de territórios da reforma agrária criam dinâmicas de reprodução da vida, não necessariamente entendendo o alimento numa perspectiva mercadológica, mesmo diante de fragilidades no desenvolvimento ou de contradições da mercantilização na lógica convencional de alguns assentamentos, pois o sujeito camponês não visa a acumulação de capital e sim garantir os meios necessários de reprodução da sua vida e da sua família.

Para o camponês, a comida é o elemento central da produção e do consumo que são realizados na interdependência entre terra, família e trabalho, pois expressa uma moral entre os homens e deles com a natureza (CAMACHO; CUBAS, 2011, p.31).

E a consolidação de um assentamento na perspectiva agroecológica, a exemplo dos PDS's já rompe com a lógica da agricultura agroindustrial para produção de cana-de-açúcar na região, construindo as bases para um processo voltado a soberania alimentar com a produção de comida, amparado em políticas públicas que se dissolvem nos métodos organizativos destes assentamentos.

Um exemplo de processo produtivo gerador de soberania alimentar está no Assentamento Mario Lago, a partir das experiências agroflorestais agroecológicas, e aqui destaca-se a importância do Projeto Agroflorestar como ensejador de uma organização sócio produtiva coletiva, de um grupo de camponeses que viriam a formar a Cooperativa Orgânica Agroflorestal Comuna da Terra (COMUNA).

O Projeto Agroflorestar é desenvolvido pela Cooperafloresta desde 2011, com edições bianuais que captam recursos financeiros do Programa Petrobras Ambiental para a difusão do conhecimento sobre a implantação e prática de Sistemas Agroflorestais Agroecológicos (ZONETTI, 2019, p.46).

Para a difusão do conhecimento sobre Sistemas Agroflorestais Agroecológicos, o Projeto Agroflorestar é organizado de forma que técnicos da Cooperafloresta visitem e atuem junto a outros territórios camponeses

para a transmissão de conhecimento, além de custear alguns implementos para execução e desenvolvimento de SAFs. Este custeio pode abranger desde a compra de mudas, insumos agrícolas iniciais do plantio e, até mesmo, sistemas simples de irrigação. (CORRÊA NETO et al., 2016b apud ZONETTI, 2019, p.47).

O Projeto Agroflorestar foi o projeto pioneiro para que os Sistema Agroflorestais Agroecológicos se colocassem como sistema produtivo definitivo aos cooperados da Comuna da Terra (ZONETTI, 2019, p.69), dialogando diretamente com a perspectiva agroecológica com que se fundou o assentamento.

O grupo de camponeses que foram beneficiados pelo projeto e que viriam a formar uma cooperativa, conseguiram também acessar através do Centro de Formação Sócio Agrícola Dom Helder Câmara, recursos do Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO) e da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo por meio do programa Microbacias, que auxiliou no acesso a tecnologias de organização produtiva e na estruturação que pudesse viabilizar não só a implantação de agroflorestas mas possibilitar a comercialização da produção.

É importante destacar a experiência do grupo de camponeses agroflorestais do Assentamento Mario Lago, justamente por demonstrar um resultado da territorialização de políticas públicas voltadas para a soberania alimentar, pois o processo de elaboração respeita a autonomia dos sujeitos, que constroem suas dinâmicas e planejamento próprio de implementação de recursos, e no caso a integração do planejamento produtivo, seguiu a pedagogia proposta pelo MST, voltada a formação dos camponeses, numa perspectiva de cooperação, tanto no trabalho em mutirões como nas formas equitativas de escoamento de produção.

Ao ser questionado sobre os processos de cooperação da Comuna da Terra, um dos cooperados expôs o caso dos mutirões como metodologia de troca de informações e experiências individuais e coletivas. Como regra desta cooperativa, cada Sem Terra tem que visitar todos os lotes que estão inseridos neste associativismo. É a partir destas visitas que os assentados expõem experiências assertivas e errôneas, bem como, tiram suas dúvidas em debates coletivos. Deste modo, os lotes passam a ser considerados não somente locais de produção familiar e agroflorestal, mas, também territórios de aprendizagem agroecológica (ZONETTI, 2019, p.76).

E, diferente das organizações que surgiram para acessar programas como PAA, a cooperativa é resultado de um processo de cooperação e organização produtiva, que teve a intervenção da política pública, não de forma verticalizada e dependente, mas de forma transversal, a medida que a construção coletiva em torno

das ações tornaram-se mais importantes do que a ação imediata de um programa governamental, pois visam consolidar dinâmicas a longo prazo, na perspectiva da agroecologia, não quer dizer que estejam alheias as contradições, mas quanto mais se intensificam as discussões em torno de um processo que gere autonomia aos camponeses, isso cria bases para um processo de resistência face a desterritorialização.

Destaca-se, que à partir deste processo coletivo de trabalho em cooperação, surgiu o grupo de cestas agroflorestais, em vista da necessidade de escoar a produção oriunda destas agroflorestas que outrora foram implantadas, e que geraram frutos, atingindo o consumidor à partir de um processo colaborativo, aonde o consumidor realizava um depósito mensal para o grupo, que se incumbia de garantir uma cesta de produtos diversos semanalmente a este consumidor, o qual preferiam chamar de coprodutor, dada à relação de apoio à agricultura, já que a cesta era oferecida com itens escolhidos pelo grupo, de acordo com a época de cada vegetal ou fruta, e como um processo de educação alimentar aos coprodutores.

Diante disto, se extrai deste processo um elemento fundamental, da cooperação, seja no trabalho em mutirão para implantação das agroflorestas ou para organização do escoamento da produção, como base em uma divisão de produtos que garantiam equidade, e também contando com o apoio do coprodutor.

[...]a Comuna da Terra tem se firmado como uma cooperativa agroflorestal, destacando juntos aos consumidores toda a responsabilidade assumida pelo Assentamento Mário Lago inserido no PDS da Barra. Os produtos devem gerar renda aos assentados, mas o seu diferencial é justamente o fato de ser considerado agroecológico e agroflorestal que fora originado em processos de aprendizagem desde a nível nacional do MST quanto a nível de um determinado grupo que teve sua atividade transformada e insere a dimensão ambiental como central em sua práxis (ZONETTI, 2019, p.74).

Extraí-se deste processo uma relação campo e cidade, que remonta as dimensões políticas de conquista do território, e a construção da soberania alimentar a partir dessa relação.

A relação campo e cidade promovida pelo processo de territorialização do MST, se expressa pelas relações históricas da luta pela terra que objetivam as transformações do espaço em uma perspectiva agroecológica de produção de alimentos, em contraponto ao paradigma do agronegócio na produção agroindustrial convencional. Estas relações não se traduzem nas dinâmicas da cadeia produtiva

local de consumo dos produtos da reforma agrária, mas também em relações solidárias que ficaram evidentes na pandemia de Covid -19.

Antes de entender a solidariedade de classe, empenhada pelo MST em período de calamidade com doações à periferia de Ribeirão Preto, é importante citar que o PAA também ampara historicamente este processo à medida que garante a doação de alimentos a pessoas em vulnerabilidade social, aonde a premissa se baseia na garantia de segurança alimentar e nutricional, cabendo traçar uma análise em que momento pode expressar um processo que gera uma soberania alimentar, inclusive para quem planta.

Partindo da lógica que, a soberania alimentar representa uma dinâmica para além da segurança alimentar, o PAA apresentando-se como uma política de abastecimento, o torna vulnerável para sua substituição ou destruição, como vimos a parti de uma nova agenda liberal de governo, mas mesmo assim, quando essa política pública é desenvolvida através de assentamentos, é possível perceber uma série de ressignificações em relação ao consumo.

Uma delas reside no fato, de que como vimos, o PAA nos assentamentos são fundamentais a cadeia produtiva, rompendo com a lógica normativa de que serviria para a entrega do excedente da produção agrícola, o que na prática poderia representar as sobras do produção, o que não ocorre nos assentamentos, já que os produtos entregues para doação tem a mesma qualidade caso fossem comercializados ao mercado, garantindo alimento de qualidade a população pobre, que não tem condições de consumir alimentos agroecológicos.

Outra ressignificação, constitui-se na construção de relações políticas diretas com as entidades socioassistenciais antes das mudanças normativas, estas que em certa medida prejudicaram a relação direta da organização com as famílias que receberão os produtos, já que a distribuição é assumida pelo órgão municipal, e às vezes as famílias sequer sabem que estão consumindo alimentos agroecológicos da reforma agrária.

E é nesse sentido que as ações de doação de alimentos na região, feitas pelo MST em parceria com a Rede Agroflorestal, promovem uma relação estreita entre o camponês sem-terra e o trabalhador precarizados da cidade, indicando uma territorialização da reforma agrária numa perspectiva transformadora das relações

socio territoriais, promovidas pelo MST em parceria com a União dos Movimentos de Moradia (UMM), um aliado importante para a luta conjunta do Acampamento Campo e Cidade Paulo Botelho, e que auxiliou no direcionamento dos trabalhos para as ações do Periferia Viva.

Esse programa de ação, denominado “Periferia Viva”, foi construída a partir de uma relação de forças populares do campo e cidade, em um processo de solidariedade de classe, entre assentamentos produtivos e comunidade periféricas. Como parte dessa campanha, o MST de Ribeirão Preto, destacando a construção de relações coletivas, da sociedade em grupos organizados, com trabalhos de formação, educação nas comunidades da cidade, com apoio Banquetaço/RP, Casa Ativista, Coletivo Reação, Emancipa, PCB, JUNTAS, UMM e Coletivo Gente. [...] As ações pelo “Periferia Viva” no município atingiram em média de 16 mil famílias em situação de vulnerabilidade social, os alimentos doados, foram produzidos nos territórios do MST na Região de Ribeirão Preto, devendo ser destacado o trabalho realizado pelas Brigadas de Produção Ana Primavesi, Centro de Formação Sócio Agrícola Dom Helder Câmara e Luís Ferreira, e do Acampamento Paulo Botelho, que na última ação junto à Rede Agroflorestal doaram toneladas de alimentos (LIMA, 2021).

Neusa Paviato Botelho Lima (2021) ainda afirma que as ações refletem a necessidade de se construir políticas públicas afirmativas no sentido de efetivar a reforma agrária popular, já que em nível nacional o MST demonstrou a importâncias da produção dos assentamentos de reforma agrária na sobrevivência da sociedade.

Figura 31 – Doação realizada na Comunidade da Paz no município de Ribeirão Preto, 2021



Fonte: Arquivo do Setor de Comunicação do MST (2021)

Em âmbito nacional, o MST doou mais de 7 mil toneladas de alimentos, 10 mil cestas básicas e ultrapassando 2 milhões de marmitas solidárias (MST JÁ..., 2022), e no município de Ribeirão Preto foram doados cerca 42, 4 toneladas de alimentos nas comunidades (N.P.B. LIMA, 2021).

A campanha ocorreu via plataforma Catarse14 e obtivemos um valor de 33 mil reais arrecado de doações do Brasil e de outros países, que possibilitou a compra de produtos dos assentamentos de reforma agrária, dos sistemas agroflorestais, com intuito de manter as doações às periferias, sendo apelidado de “PAA Popular”, em referência ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA como forma de provocação, já que essas ações seriam de responsabilidade do poder público por meio de políticas públicas, como o PAA , que foram destruídas pelo governo Bolsonaro (LIMA, 2021).

As ações de solidariedade promovidas pelo MST, demonstram a importância da reforma agrária, numa perspectiva popular, como também apresenta um genuíno processo de resistência face a falta de políticas públicas, ou seja, diante da desterritorialização de programas de combate a fome pelo governo Bolsonaro, as dinâmicas dos assentamentos do MST, principalmente com base na produção agroecológica articula em bases socioterritoriais, ações de superação da consequência da pandemia que o capitalismo não consegue lidar, sabendo que a reversão deste triste cenário de miséria que assola o país, só pode ser superado com políticas públicas em combate a fome e em favor a produção de alimentos saudáveis (MST, 2022).

As ações são resultado imediato de articulação com diversas organizações populares, mas as condições necessárias para que o MST pudesse auxiliar no combate a fome, precede de sua organicidade territorial, que constroem relações coletivas através da cooperação em torno de bases de produção agroecológica, que representam no caso, uma superação da falta de políticas públicas, logo um processo de resistência camponesa.

Portanto, entendemos que é a agricultura camponesa que deve ser a prioridade das políticas públicas e não o agronegócio. Corroborando com nossa análise, Stedile afirma: “o alimento é um direito de todos os seres humanos e não mera mercadoria da qual se busca extrair lucros [...]”. (2007:42). Logo, a produção agrícola camponesa baseada na policultura, é essencial para manter a Soberania Alimentar. (CAMACHO, 2016, n.p.).

5.3 Ocupar a política pública, resistir como camponês e produzir agroecologia

Descobrimos lá na base que a tal da Reforma Agrária do papel não vai sair. Pelo pedaço de chão pra colher o nosso pão vamos ter que nos unir Companheiro e companheira. Vitória vai ser ligeira se todos se organizarem. A gente faz acampamento, tira pão para o sustento e Reforma Agrária é pra já. E vamos entrar naquela terra e não vamos sair. Nosso lema é ocupar, resistir e produzir (Zé Pinto).

Em homenagem ao lema do MST, “Ocupar, Resistir e Produzir, cantado na voz de Zé Pinto, que deve ser feita a reflexão final desta pesquisa, que se insere na discussão das dinâmicas da política pública, que conforme o exposto, são implementadas na forma de políticas governamentais, as vezes de forma verticalizada e as vezes respondendo as problemática a partir de demandas construídas pelo processo de luta do MST, sendo certo que a proposta de reforma agrária popular defendida pelo MST visa subverter a lógica sistemática como é tratada a reforma agrária na perspectiva do arcabouço normativo da atuação governamental, mesmo em relação a disposição de governos progressistas e articular com as demandas, como exemplo da questão das comunas da terra transformadas em PDS's, a forma como se institucionaliza as ações, expressam uma dinâmica positivista própria das normativas que constituem as diretrizes da política pública.

Portanto, com base nas contradições que se expressam de uma condicionalidade de agenda política governamental para implementação de políticas públicas, é necessário “ocupar” a construção desta agenda ou se apropriar da política pública redefinindo as relações organizativas em torno de uma determinada ação ou programa, como visto no exemplo do grupo agroflorestal do Assentamento Mario Lago, assim a territorialização do processo gera um fato político e não o contrário, que tensiona muitas vezes para mais contradições.

No decorrer do texto, para caracterizar a identidade dos sujeitos pertencentes ao território, foram utilizados os termos família assentada, assentado, agricultor familiar, pequeno produtor, que correspondem as formas como são tratados os sujeitos dentro do arcabouço normativo das políticas públicas, mas autores como Fernandes (2012), Silva e Souza (2008) apresentam a definição do camponês sem - terra, como característica de sua identidade, pois ao constituir o assentamento, os

camponeses sem-terra constroem uma nova concepção de espaço criando uma identidade de culturas; processos de organização, produção, lazer; novas relações com o mundo, entre as pessoas e com a própria luta (SILVA e SOUZA, 2008), em abandonar a sua materialidade histórica de luta pela terra, através do Movimento Sem Terra. Enquanto acompanhava atividades de diálogo sobre políticas sociais em meados de 2022, junto a moradores do Complexo Ribeirão Verde, próximo ao PDS da Barra, o reconhecimento do assentamento pelas pessoas, é como “Fazenda dos Sem Terra”, ou seja, por mais que houve a conquista da terra, a identidade sem-terra expressa um aspecto material muito importante da formação histórica da luta dos sujeitos, que constroem a recampesinização sob a lógica de luta popular, portanto são Camponeses Sem-Terra.

Essa dinâmica vai além de uma simples negação do agronegócio, pois tem origem nas condições objetivas apresentadas pela exclusão promovida pela totalidade estruturante, da condição camponesa:

Assim, as características fundamentais da condição camponesa são (1) a luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada e auto gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de coprodução entre o homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e fortalecem, melhorando o processo de coprodução e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de outra atividade não agrícola. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações. (PLOEG, 2008, p. 40 apud ZONETTI, 2019, p.24).

Camponês sem-terra é uma categoria política formada pelos sem-terra que conquistaram a terra. Embora o governo procure incutir o conceito de com-terra, esses sujeitos mantêm a sua identidade (FERNANDES, 2012, n.p.).

A produção camponesa realiza o ciclo mercadoria-dinheiro-mercadoria (M-D-M), ou seja, vender para comprar, culminando na recuperação dos valores de uso; a mercadoria é retirada da circulação e introduzida na esfera do consumo camponês. O processo de trabalho camponês vai obedecer a esta lógica econômica (TAVARES DOS SANTOS, 1978 apud IHA, 2017, p.164).

Para Zonetti (2019, p.24) o cenário de contradições entre o agronegócio, ou agricultura capitalista, e a agricultura camponesa, relida sob as definições da agroecologia, que surgem os conceitos de descampesinização e recampesinização.

Com a sobreposição dos interesses da produção econômica, social e cultural do agronegócio, o mesmo passa a cooptar espaços rurais e locomover os camponeses à outras funções sociais como o trabalho assalariado, ou até mesmo expulsando-os para os centros urbanos. Este processo de descampesinização, portanto, aponta para a prevalência dos interesses da modernização do campo e para o processo histórico de invisibilidade do campesinato. [...] Em contrapartida, a recampesinização é caracterizada como um processo no qual os próprios camponeses passam ser agentes de suas próprias condições objetivas, afirmando seus territórios através da coprodução, que subsidia sua fixação nos espaços rurais. Além disso, o método camponês ressurgiu através de alternativas de construção objetiva e subjetiva de sua própria realidade por meio de instrumentalidades criadas por si e para si. Neste contexto, enquadra-se a metodologia Camponês a Camponês⁸ amplamente difundida no novo contexto do campesinato da América Latina. (ROSSET; TORRES, 2016 apud ZONETTI, 2014, p.23).

O autor, traz uma discussão importante de como os processos agroecológicos desenvolvidos no território reafirmam um processo histórico de recampesinização, que Iha (2017, p.14) completa ao dizer que a trajetória de vida dos assentados do Mário Lago caracteriza um processo de recampesinização para famílias que viveram nas periferias urbanas, em situação de precariedade, ou pelo assalariamento rural como lavradores boias-frias. Estendendo este entendimento para os outros assentamentos, principalmente aos Assentamento Sepé Tiaraju que vivencia as mesmas dinâmicas sócio produtivas.

Noutro sentido, a Assentamento “17 de Abril” vivencia a dinâmica de descampesinização dos assentados desistentes do lote, a partir da autorização da Portaria do Itesp nº 50/2004, demonstrando como o processo de reprodução capitalista incorpora na atuação estatal, surgindo a questão de se quem assume o lote do outro assentado desistente assume as dimensões que definem um camponês?

A resposta depende se atendidas as características citadas que assume esta identidade, mesmo que não construído num processo de luta, isso por enquanto, já que a referida normativa exige que o novo assentado atenda aos requisitos para ser beneficiado pelo Programa de Reforma Agrária pressupondo sua condição familiar de agricultor, o que limita a incorporação da terra em um processo especulativo, o que a ponto que se avança a titulação será possível, ocorrendo um processo de

desterritorialização e descampesinização ao mesmo tempo. No entanto, os processos de parceria propostos pela Portaria Itesp nº 77/2004, configuram dinâmicas de descampesinização, em certos casos com o sujeito sendo assalariado no seu próprio lote.

Essas determinações de identidade camponesa ou campesina, estão atreladas a agroecologia, principalmente no Assentamento Mario Lago e no Assentamento Sepé Tiaraju, que como bem explicado assumem um compromisso jurídico da não utilização de insumos químicos na produção, resultado de um dos aspectos da luta do MST, que é a defesa da agroecologia que vem sendo fortalecida na organicidade do movimento desde 2000 com o processo de ocupação onde hoje é o Assentamento Sepé Tiaraju.

No início dos anos 2000 o agronegócio foi se consolidando como nova forma do capitalismo no campo e suas tecnologias foram se tornando mais agressivas, como agrotóxicos mais venenosos e a introdução dos transgênicos. Diante disso, foi ficando claro para nós, MST, que a concentração da terra, o controle da produção e circulação pelas transnacionais, a monocultura e a base tecnológica da revolução verde eram elementos de um mesmo projeto de morte para o campo brasileiro. (ZARREF, 2018, s.p.).

Considerando a análise de Zarref (2018), é importante destacar que o MST começa a balizar o processo de luta pela terra sob a ótica da agroecologia e outras dimensões, que compõem a proposta de reforma agrária popular, passando a nortear as discussões do movimento desde do IV Congresso Nacional que ocorreu em 2000, não como um aspecto propriamente produtivo, mas como um processo de construção de relações sociais e culturais.

A proposta alternativa de desenvolvimento da agricultura, a partir da agroecologia, emerge no campo científico como uma resposta à crise socioambiental que o mundo rural vem atravessando. Neste sentido, é denominada como agroecologia plena a abordagem capaz de relacionar aspectos sociais e culturais envolvidos (SEVILLA GUZMÁN, 2006, apud IHA, 2017, p.66).

Neste sentido, o MST defende a agroecologia como elemento base para a construção de campesinato, na perspectiva de romper com o paradigma da agricultura convencional, que representa processos que visam a reprodução do capital, por reduzirem os bens de consumos a mercadorias à serviço da espoliação, já a

agroecologia valoriza a relação do ser humano com a natureza numa perspectiva de reprodução da vida.

Nessa perspectiva que o MST constrói sua territorialização da região de Ribeirão Preto, em contraponto direto ao agronegócio canavieiro que é a marca territorial principal e domina as relações sociais, constituindo como uma força hegemônica nas determinações produtivas e também políticas, e o fato do movimento firmar suas bases de recampesinização para um processo de territorialização contra hegemônico, demonstra a efetividade transformadora da agroecologia, que determina não só a dinâmica produtiva mais reflete elemento essencial para discutir a questão agrária, pois a questão não é só conquistar a terra, mas modificar a lógica capitalista de exploração da terra .

Com isso, a conquista do Assentamento Sepé Tiaraju materializa essas dimensões, sendo um marco histórico da relação do MST com a agroecologia na região, pois a partir deste território foram construídas outras relações socio territoriais, além do redesenho da paisagem que antes era monocultura e agora abriga uma biodiversidade.

Antes da chegada do MST na região, a lógica produtiva dos assentamentos rurais seguia o paradigma da agricultura convencional, que acabou ficando enraizado no Assentamento “17 de Abril” , em que as discussões focaram mais na conquista da terra em si do que na forma com que se iria trabalhar a terra, considerando que até mesmo o MST à época vinha se apropriando do conceito de agroecologia, inserindo em 2000 como norte político de atuação. Apesar disso, foram construídas experiências em agroecologia no assentamento, com a perspectiva de gerar um processo de transição agroecológica no contexto de produção convencional, que mudaram algumas práticas, mas que sofre muita influência do agronegócio.

Para Silvio Isoppo Porto, uma das principais ameaças ao fortalecimento dos SAFs no assentamento 17 de Abril, no entanto, ainda é o agronegócio. Se esse projeto não tiver continuidade ele perde força. Eles precisam de apoio para se estruturar, porque o entorno é muito contraditório, é uma negação da perspectiva sustentável. Eles enfrentam problemas com animais comendo a produção, por exemplo, porque ao redor tem produção de eucalipto e cana com veneno, e o assentamento acaba sendo um refúgio ambiental”. (DOLCE, 2017).

A reflexão acima foi feita por meio de uma entrevista realizada ao Jornal Brasil de Fato, que elaborou uma matéria sobre os SAFs que foram implantados por meio de Edital do Programa ECOFORTE, criado em 2014 pelo governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e financiado pela Fundação Banco do Brasil e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), parte do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), implementado pela Secretaria de Governo para fortalecer redes, cooperativas, e organizações de agroecologia pelo país.

A implantação de SAFs com o apoio da EMBRAPA em cinco lotes do assentamento, é parte de um propósito articulado com o MST de promover a transição agroecológica, a partir da construção destas experiências no território, acostumando com a cultura do veneno e do adubo, como narra o assentado José Martins em entrevista ao Brasil de Fato:

“Não apenas pelo plantio das árvores, mas pela experiência e conhecimento que a gente vem adquirindo. Estávamos acostumados a produzir à base da força, do adubo, do veneno. Então esse projeto ajudou muito, e a gente o abraçou. Vejo a cada dia as árvores crescendo um pouquinho. Quem viu isso aqui antes, sem nada, fica surpreso com o que fizemos em pouco mais de um ano”, afirmou. (DOLCE, 2017).

No entanto, sem a complementação de outros programas como o PAA, não houve expressiva mudança da cadeia produtiva para uma perspectiva agroecológica do assentamento, mas serviu para sinalizar um caminho a ser trilhado para construção da transição agroecológica do assentamento, pois por mais que há um uso de insumos na lavoura, dada a dificuldade por conta do tamanho do lote, o que se vê é que na produção doméstica próxima as moradias, são utilizadas praticas agroecológicas, de consorcio de arvores, de diversidade da produção, de integração animal com culturas frutíferas e outros métodos, que demonstram que por mais que não se tenha uma cultura de produção agroecológica, não se compara a agricultura convencional do agronegócio, baseada no monocultivo e o condicionamento do espaço produtivo a uma dependência química de insumos, o que não é o caso, quando o camponês usa um veneno para formiga, por exemplo.

Em visita realizada no começo de outubro de 2022, ao barracão da Associação Vale do Sapucaí, foi perceptível a satisfação pelas experiencias exitosas em relação

ao acesso a merenda escolar, havendo sempre um incentivo a agroecologia com os associados, com o apoio de estudantes da Unesp de Franca para conversar com os assentados, mas há um indicativo que é importante que tenha política pública para incentivar a agroecologia. Hoje o assentamento vive um aumento da produção de soja, resultado das dificuldades dos assentados em estabelecer uma cadeia produtiva dentro de condições próprias, principalmente por falta de acesso à tecnologia e a recursos, sendo um desafio para o MST, que propõem a partir de seu Encontro Regional, formas de promover a transição agroecológica, inclusive para o cultivo da soja no território.

A experiência do Assentamento “17 de Abril”, que se fundou sob a influência de dinâmicas produtivas semelhantes aos assentamentos estaduais mais antigos da região, mostram que a luta do MST na região também é a formação de bases de produção agroecológica em assentamentos rurais, sendo o mais expressivo aspecto das determinações que o movimento trouxe para as dinâmicas de produção na agricultura, principalmente a partir dos PDS's, quando a perspectiva sustentável se transforma em um fato normativo.

Esse processo gerou importantes experiências a partir destes assentamentos, na perspectiva de um novo paradigma agroecológico para o MST, não só restrito a aspecto produtivo do cotidiano do camponês, mas ao conjunto de relações construídas com a sociedade em torno destas experiências.

Nesse sentido, experiências como o Projeto Agroflorestar no Assentamento Mario Lago, e o próprio trabalho do Assentamento Sepé Tiaraju na relação de parceiros à partir do Centro de Formação Sócio Agrícola Dom Helder Câmara junto com EMBRAPA e COOPERAFLORESTA, deram início às discussões em torno da agrofloresta, integrado com a organicidade do movimento, que já vinha trazendo o tema como proposta política de atuação. Sendo assim, a agrofloresta na realidade dos assentamentos não se estabelece apenas como um conjunto de técnicas agroecológicas, mas como elemento fundante da territorialidade destes assentamentos, em seus vários aspectos, a começar pela promoção da cooperação, que resulta em outras experiências de escoamento e consumo, o que reverbera em uma dinâmica alternativa de economia para geração de renda para os camponeses agroflorestais.

Um exemplo disso, são as cestas agroflorestais, que consiste primordialmente na construção de relação entre campo e cidade, para além de uma relação de venda e consumo, possibilitando assim a participação de todos os atores da cadeia produtiva na construção do processo, que se dá desde o trabalho coletivo através dos mutirões de implantação das agroflorestas, cabendo aqui detalhar todo o processo do grupo agroflorestal do Assentamento Mario Lago, até para o entendimento de como se relaciona a política pública neste processo.

Diante dos trabalhos de implantação das agroflorestas nos lotes e nas reservas legais do assentamento, se apresentava o desafio do escoamento da produção agroflorestal, para além da entrega para o PAA, com a finalidade de construir um processo baseado na proposta do MST em torno da agroecologia.

Para tanto, foi construído um canal de comercialização através da elaboração de cestas com os produtos resultantes da implantação das agroflorestas, chamada de Cestas Agroflorestais, composta de cerca de 10 itens diversificados, entre legumes, verduras, frutas, temperos, chás e até mesmo Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), que são adquiridas pelos coprodutores, assim chamados os consumidores, cuja a relação se constrói para além do consumo.

A composição das cestas eram construídas toda segunda-feira na sede do assentamento, aonde cada agrofloresteiro ofertava seu produto e à partir da demanda de coprodutores era feita uma divisão entre as quantidades, aonde se definiria os itens que estariam na cesta semanal, ou seja, esse processo não só possibilita a equidade das relações de escoamento dos produtos entre as famílias, como também é uma forma de educação e conscientização a quem consome, sobre a alimentação adequada a sazonalidade ou a época da produção no campo.

As cestas são entregues aos coprodutores em três locais de retirada no município de Ribeirão Preto, em contrapartida os coprodutores pagam um valor mensal fixo pelas cestas, ou seja, o consumidor passa a investir na proposta e participar diretamente das dinâmicas socio produtivas que constroem a relação, não só pelo consumo, mas também pelas atividades desenvolvidas de visitas aos assentados, em oficinas com parceiros e em reuniões para compartilhar a experiência em relação às cestas, bem como para se inteirarem das transformações produtivas e

ambientais no assentamento, percebendo a importância desta relação não somente para geração de renda aos camponeses mas na garantia do fortalecimento da reforma agrária, da agroecologia, e outros aspectos, que constroem a soberania alimentar, subvertendo a lógica sistêmica do mercado.

No entanto, essas dinâmicas de organização de produção agroecológica e consumo consciente, enfrenta desafios, um exemplo já citado, é o impacto do corte de recursos do PAA no planejamento produtivo familiar, que por consequência afetou a variedade de produtos da cesta, reduzindo o número de consumidores, que levou a mudança do formato, levando a uma adaptação do planejamento e também a inserção da possibilidade de encomendas.

Em conjunto a isso o grupo agroflorestal se formalizava como Cooperativa Orgânica Agroflorestal Comuna da Terra (COMUNA), o que possibilitou o acesso ao PNAE, modificando novamente a forma de planejamento produtivo, que passou a se basear na demanda dos editais de chamadas públicas elaborados pelos municípios, sendo um desafio organizacional, que em primeiro momento criou diversas dificuldades de adequação por parte dos cooperados, criando uma relativa desigualdade, como narraram os cooperados nas reuniões realizadas, já que alguns dispunham de acesso a condições agrícolas mais favoráveis, sobretudo acesso a água, o que para os assentados, representa um aspecto determinante para garantia de produção.

No caso, existem vários movimentos dialéticos, em que a política pública relacionada a produção agroecológica intervêm por meio de ações, como um instrumento de viabilidade da proposta organizativa do território, como é o caso no Assentamento Mario Lago, do Projeto Agroflorestar, o Renascer das Águas do Aquífero, o projeto Candeias, com subsídios do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS), do Micro Bacias II, do Banco Mundial, com a relação com organizações e empresas públicas, como a PETROBRÁS, dentre outras, mobilizando o trabalho em cooperação, e de troca de saberes entre atores envolvidos com agroflorestas. Contando com uma dinâmica de ATER popular ou do método “camponês a camponês”, aonde a construção do saber e a troca destes saberes entre os envolvidos na construção do conhecimento técnico sobre as práticas agroflorestais, foi fundamental para ensejar autonomia nas relações sócio produtivas do território,

não descartando a necessidade da ATER sob a lógica institucional, que tem sua importância no assessoramento profissional, para acesso a créditos, para soluções sociais e acesso previdenciário, na relação com o INCRA, entre outros elementos, que sugerem uma integração entre os dois formatos.

Também, o PAA como forma de assegurar o mínimo da capacidade produtiva do camponês sem-terra, possibilitando a participação em planejamentos coletivos que garantem o escoamento da produção sob uma ótica de construção conjunta de cadeias de consumo entre o campo e a cidade, entendendo que a falta desta política pública, pode afetar as condições produtivas dos assentados, levando ao acirramento de contradições, que levam a desigualdade dentro do próprio território, diante das debilidades estruturais históricas, com a percepção de que mesmo com o PNAE como canal de comercialização, ele não rompe com a lógica desigual imposta por contratos que precisam ser cumpridos em prazos e condições estabelecidas unilateralmente pelas entidades executoras do programa ou as prefeituras municipais.

Por outro lado, mesmo com as dificuldades que a falta de um programa como PAA e as contradições que criam a imposição de outro programa como PNAE, o que se observa que o processo histórico de formação produtiva lastreado na agroecologia e agrofloresta, mesmo que esteja reduzido a um grupo específico, consolida uma identidade que transforma o assentamento Mario Lago e o assentamento Sepé Tiaraju, em referências na produção agroflorestal, demonstrando um potencial que esta consubstanciado na proposta da reforma agrária popular, desde a conquista do território até a realização destas experiências.

Ademais, não se detalhou as experiências do Grupo de Consumo Agroecológico (GCA) (do Assentamento) Sepé Tiaraju, pois reservam similaridades com as dinâmicas do grupo de agrofloresta, inclusive na busca de um relacionamento direto do consumidor com a produção agroecológica, que no caso são chamados de prossumidores, como mostra a figura informativa do grupo:

Figura 32 – Folder explicativo sobre o funcionamento do GCA Sepé Tiaraju, publicado nas redes sociais em 2020



Fonte: GCA Sepe Tiaraju (2020), adaptado

O que as experiências demonstram, são caminhos a serem construídos partindo dos territórios que se consolidam dentro de uma proposta de autonomia do desenvolvimento à partir das políticas públicas, pois os reflexos vão além de questões meramente produtivas quando se aborda a agroecologia, entendendo-a como um movimento político contra hegemônico, aonde fatores sociais importam tanto quanto o não uso de veneno no cultivo, ou seja, não adianta fazer uma defesa da agroecologia sem combater a concentração de terras, e é nesse sentido que a agroecologia é elemento cerne da proposta de reforma agrária popular, pois não adianta também conquistar a terra sem construir uma nova relação do ser humano com a natureza, superando a lógica de exploração e espoliação capitalista.

Porém, ainda que se demonstrem importantes as experiências descritas, elas sempre estão reduzidas a grupos de militantes mais comprometidos com a causa agroecológica, justamente por uma ineficiência da atuação governamental em integrar

as ações com as dinâmicas dos territórios, e é nesse ponto que a política pública não consegue responder ao potencial agroecológico que vem sendo construído pelo MST ao longo da história da luta na região, justamente por não dialogar com essa organicidade formativa do movimento, pois por um lado você tem projetos subsidiados por órgãos e empresas públicas que preservam a autonomia dos sujeitos que resultam nas experiências descritas, e por outro lado você tem a intervenção de diretrizes que só permitem a aderência dos sujeitos ou os submetem a ações, substancialmente autoritárias, como é o caso do Assentamento Aparecida Segura.

Nesse sentido, cabe citar um exemplo, que foi narrado pelos diretores das cooperativas do Assentamento Sepé Tiaraju, aonde há uns 10 anos houve um surto de broca, uma espécie de inseto que atacou as mandiocas e bananas da maioria das famílias assentadas, que plantaram com subsidio do PRONAF, e ao tentarem acessar o seguro para reparação dos danos, o Banco do Brasil, responsável pela liberação do crédito, exigiu que tivesse ocorrido o uso de venenos para combater o inseto, o que contraria o acordo firmado no TAC do assentamento, que proíbe o uso de qualquer insumo químico, mas quando foi elaborado o projeto técnico estava previsto o uso de defensivos, sem especificar que seriam orgânicos, seguindo um modelo técnico em torno do PRONAF que não se adaptou a realidade destes assentamentos agroecológicos, e que por consequência impediu os camponeses de serem beneficiados com o seguro rural.

Esse exemplo, mostra como a política pública na perspectiva de uma diretriz geral, pode impactar no desenvolvimento territorial, pois muitos destes camponeses se endividaram, e tiveram que recomeçar a produção forçosamente sem recursos.

O mesmo ocorre, quando por falta de planejamento ou omissão do INCRA, não seja feita a implantação dos assentamentos com infraestrutura mínima para o desenvolvimento humano, deixando comunidades inteiras em situação de calamidade como é o caso do PDS da Barra, que mesmo sendo uma referência em produção agroecológica, existe uma dificuldade estrutural que impede a maioria dos camponeses sem-terra de garantirem o mínimo de produção, pois sequer conseguem acesso a água potável para consumo humano.

É certo que a política pública deve solucionar uma problemática, e não criar outras, por isso deve estar articulada com um planejamento construído à partir da realidade dos territórios, por mais que existem avanços no debate da agroecologia dentro do espaço institucional, na perspectiva dos assentamentos que estão trabalhando a agrofloresta a mobilização dos camponeses como participantes do processo de construção das ações que permeiam o seu cotidiano, tem gerado resultados qualitativos que se se revertem nas experiências descritas.

Nesse sentido, para além das cestas que por si propõe um formato de comercialização da produção alternativo as dinâmicas de mercado convencional, tentou-se empenhar com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) a criação de uma Feira do Produtor Rural no município de Ribeirão Preto, que para os assentados que participaram do processo, foi uma experiência de capacitação inovadora, aonde por cerca de 12 meses foram realizadas atividades, desde a construção das bancas com bambu até o aprendizado sobre planejamento de vendas, relação com consumidor, entre outros aspectos que se relacionam a uma feira.

Figura 33 – Imagem panorâmica da Feira do Produtor Rural com folder de divulgação, 2017



Fonte: Acervo do autor (2017)

Porém, com a intervenção da prefeitura, ao ceder o local para instalação da feira, foi modificado todo o planejamento deste grupo de agricultores, pois foi indicado o Parque Curupira, a fim de atender um interesse meramente político do próprio

município de revitalização do Parque, sem qualquer estudo prévio que assegurasse a demanda de uma feira no local, já que todo o processo se baseou em uma feira na região central do município. Por consequência, não houve demanda suficiente que compensasse os custos dos assentados e de outros agricultores da região, que diante de prejuízos desistiram de continuar na feira ainda no primeiro ano de existência, restando apenas dois feirantes que são assentados no Mario Lago.

Em outro sentido, independente das contradições, que interrompem processos ou que criam debilidades, a resistência camponesa mesmo que encampada de forma militante em vários coletivos dentro dos territórios, refletem um compromisso histórico com a identidade sem-terra, na defesa de linhas políticas do MST como é o caso da agroecologia, e isso constrói uma territorialidade contra hegemônica, sobretudo em uma região dominada pelo agronegócio, possibilitando a partir destas experiências a construção de relações alternativas de mercado, de uma conservação ambiental sob a ótica da reforma agrária, de uma preocupação com a saúde a partir da alimentação, etc.

Não por acaso, a defesa da agroecologia, a partir da perspectiva da organização dos assentamentos, vêm ganhando espaços políticos como é o caso do COMSEAN em Ribeirão Preto, até mesmo um interesse científico acadêmico que se preocupa em sistematizar as experiências, e também na construção de redes com apoiadores e outros agricultores agroecológicos, como é o caso da Rede Agroflorestal de Ribeirão Preto, composta pelos camponeses sem-terra agroflorestais, outros agricultores e organizações da região para fortalecer a o debate sobre a agrofloresta na sociedade à medida que promove o incentivo à produção agroflorestal baseada na troca de conhecimentos e no trabalho coletivo.

Com isso, foi possível incentivar a construção de experiências que carregam uma grande importância política para o MST, como da Brigada de Produção Agroflorestal Ana Primavesi, em que acampados do Acampamento Paulo Botelho que estavam em uma área próxima do Assentamento Mario Lago, organizaram um coletivo para a implantação de uma agrofloresta em uma área coletiva do assentamento, desenvolvendo ali um espaço produtivo de referência para capacitação de sujeitos que ainda estão lutando por um pedaço de terra. E, assim que puderam se estabelecer a partir de 2020 em uma área no município de Jardinópolis, a experiência

desenvolvida, garantiu as bases para o conhecimento necessário para desenvolver uma produção agroecológica.

Figura 34 – Início da implantação da agrofloresta na Brigada Ana Primavesi pelos acampados do Acampamento Paulo Botelho, em uma área coletiva do PDS da Barra, em 2018



Fonte: Acervo do MST (2018)

Importante destacar, que mesmo com a redução do coletivo empenhado na agrofloresta na área da Brigada, devido ao fato de mudarem para seus lotes, agora na Comuna Campo e Cidade Paulo Botelho em Jardinópolis, a experiência tornou-se uma referência à medida que também passou a desenvolver um processo de cestas agroflorestais, trazendo para o coletivo outros camponeses assentados que também produzem de forma agroecológica, além de promover uma interação com a Associação AREDAFUS do Assentamento Aparecida Segura, com o objetivo de incentivar a produção no assentamento numa perspectiva agroecológica, participando inclusive em conjunto no PAA que está sendo executado na associação.

Figura 35 – Produtos dos assentados vinculados a Brigada Ana Primavesi, a serem entregues para o PAA em execução pela Associação AREDAFUS do Assentamento Aparecida Segura, 2022



Fonte: Acervo da Brigada Ana Primavesi (2022)

Ademais, cumpre citar três experiências recentes e significativas, que fortalecem a agroecologia dentro e fora dos assentamentos, a primeira é a realização do curso de agentes populares de ATER promovido pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), aonde foram realizadas atividades práticas no assentamento Mario Lago, que possibilitou não só o compartilhamento de técnicas na implantação de uma agrofloresta, mas possibilitou compartilhar a realidade e todos os aspectos da agroecologia em um assentamento de reforma agrária pelas falas dos camponeses sem-terra que se consagraram como técnicos ou mestres na produção agroflorestal.

A segunda experiência ou processo em andamento, está relacionada a parceria com o Instituto Nova Era (INE) que vem possibilitando a partir de pequenos investimentos em insumos alinhado com capacitações contínuas, o desenvolvimento das agroflorestas, principalmente em uma conjuntura de muita dificuldade estrutural em que os camponeses sequer tem condições às vezes de comprar mudas, segundo quem participa do projeto, a metodologia vem auxiliando não só no entendimento sobre a agrofloresta, mas também nas condições mínimas para o desenvolvimento

das práticas, o que por consequência promove uma interação entre os camponeses de troca de experiências e debate das dificuldades, já que são realizadas reuniões periódicas para avaliação e planejamento de ações.

A terceira experiência, é a organização dos jovens no Assentamento Sepé Tiaraju, que criaram o Coletivo Agroecológico Juventude Sepé (CAJUS):

Liderados pelo jovem M, alguns dos jovens assentados formaram o Grupo CAJUS, com o objetivo de unir a juventude do assentamento e se fortalecerem por meio de novas práticas coletivas e agrícolas, como, por exemplo, a implantação de um sistema agroflorestal coletivo, buscando maior integração social dessa juventude e também sua autonomia econômica. (TEIXEIRA JÚNIOR, 2019, p.90).

Essa organização é muito importante, diante das dificuldades enfrentadas pelos jovens nos assentamentos, diante da falta de incentivo para sua permanência no território, e no caso do Assentamento Sepé Tiaraju e do Assentamento Mario Lago, por estarem sob influência constante do meio urbano, os jovens tendem a trabalhar fora do assentamento, como bem identificou Teixeira Junior (2019) no estudo realizado com o Coletivo CAJUS, que demonstra potencialidades na perspectiva da agroecologia para o desenvolvimento territorial, mas que sofrem diante da falta de políticas públicas voltadas a juventude rural.

Tendo em vista não ter sido possível no escopo da pesquisa, realizar um trabalho direto com os jovens, já que nas reuniões realizadas, raramente via-se algum filho de assentado interessado a discutir políticas públicas, cabe citar o autor que acompanhou as dinâmicas deste coletivo, que pode ser uma referência na perspectiva organizativa relacionada as políticas voltadas a este público:

A impossibilidade de acessar programas de políticas públicas que permitam o trabalho e renda no meio rural é uma das principais causas do êxodo do jovem do campo para a cidade. No assentamento Sepé Tiaraju não seria diferente, uma vez que há a necessidade de fontes de trabalho remunerado para os jovens assentados. Por meio da pesquisa, identificou-se um certo pessimismo por parte de alguns dos jovens quando falam do seu futuro, do futuro da agricultura familiar e do próprio assentamento onde vivem. [...] A formação do Grupo CAJUS foi um marco no processo organizativo da juventude rural do assentamento Sepé Tiaraju. O Grupo é um instrumento para articular, criar, e reivindicar a implantação de programas de políticas públicas junto ao Estado. (TEIXEIRA JUNIOR, 2019, p.90).

Figura 36 – Atividade de mutirão agroflorestal do Coletivo CAJUS no Assentamento Sepé Tiaraju, 2019



Fonte: Teixeira Júnior (2019, p.70)

Por fim, além da juventude a pesquisa não abordou a questão das mulheres, na perspectiva das relações de gênero, que demonstram o protagonismo na recampesinização dos territórios conquistados, e dada sua importância merece um estudo específico, da história de luta das mulheres sem-terra e as formas de organização social, cultural e produtiva, cabendo apenas destacar a necessidade de implementação de políticas públicas que fortaleçam as mulheres camponesas, para além de crédito, que possibilitem construir processos formativos e emancipadores no contexto da reforma agrária. O mesmo vale para outras diversidades, com destaque em relação as questões étnico raciais e de migração, que constituem características sociais e culturais e dos territórios, cuja a abordagem deve merecer um trabalho profundo de compreensão subjetiva das dinâmicas territoriais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho utilizou-se da metodologia de pesquisa-ação, como forma de poder compreender as dinâmicas dos territórios a medida que como participe do território pudesse traçar reflexões em espaços coletivos, para identificar as problemáticas relacionadas as políticas públicas, possibilitando coletar em meio as reivindicações dos camponeses sem-terra, o entendimento sobre as políticas públicas e os impactos destas através dos programas e ações nos territórios.

Não diferente, a pesquisa buscou em bases teóricas, premissas para o entendimento das políticas públicas, que permeiam a organicidade do MST na região, podendo analisar as conflitualidades inerentes do desenvolvimento territorial dos assentamentos, demonstrando a importância dos sujeitos na construção de ações e programas, subvertendo matrizes verticalizadas, para que consiga dialogar e fortalecer as determinações destes territórios.

Por isso, inicialmente a pesquisa abordou a formação histórica do MST e a sua organicidade que se reflete em uma regionalização, destacando os aspectos dos territórios conquistados, pois antes de adentrar na discussão sobre políticas públicas em uma perspectiva estatal, buscou-se provocar uma percepção de que é essencial entender como se produz determinado espaço político e ontológico, e a construção de determinações territoriais, para que se construam políticas públicas.

Foram apresentados três diferentes tipos de assentamento: Um assentamento estadual mais antigo sob a interferência de uma política governamental voltada ao arrefecimento da luta pela terra e da própria reforma agrária; os PDS's que surgem de uma mediação entre a proposta do MST e a normativa estatal, e que mesmo diante de debilidades estruturais severas ainda assim conseguem construir experiências que a cada dia se fortalecem como referência em agroecologia; e por último um projeto de assentamento comum, que surge num momento de crise institucional e por isso é atualmente um território que vive as mais drásticas mazelas sociais. A partir disso, demonstra-se a conjunção de períodos históricos distintos, e vinculação políticas governamentais, que influenciam desde a criação do assentamento, e podem ser determinantes nas relações sociais dos territórios, criando contradições ou promovendo experiências de territorialização camponesa.

É muito importante estabelecer que, o fato do PDS ser um processo que se consolidou o mais próximo da proposta de comuna da terra do MST, não quer dizer que invariavelmente ele resultará em uma territorialização camponesa, ou espontaneamente será construído um processo de soberania alimentar como base na agroecologia. Mesmo que a sua lógica fundante esteja mais próxima da proposta do MST em comparação com outros tipos de assentamento, este não está alheio as contradições da própria sociedade capitalista, que se traduz fortemente na desigualdade de condições dos sujeitos, principalmente por conta do direcionamento da política pública, e aqui se destaca não só ação e programa desprendidos das dinâmicas dos territórios, mas também da omissão empreendida pelo Estado para mitigar a própria reforma agrária.

Nesse sentido, reafirmar uma regionalização na perspectiva do processo histórico da luta dos sujeitos organizados no MST é imprescindível para delimitar a importância da organização ou organicidade como forma de viabilizar não só a conquista dos territórios, mas também a territorialização das políticas públicas de reforma agrária, afirmando uma identidade camponesa sem-terra que produz o espaço geográfico. Em um sentido prático, a delimitação da regional de Ribeirão Preto na perspectiva do MST, viabiliza o planejamento de ações, sejam para promover a interação de políticas públicas ou para organizar as reivindicações dentro de um planejamento regional. A regional de Ribeirão Preto, é organizada para além das várias regionalizações que afetam a política pública de reforma agrária, e que muitas vezes esbarram em conflitos de competência que cerceiam o desenvolvimento territorial dos assentamentos, sugerindo que a mais adequada forma de delimitação do espaço relacionado à reforma agrária seja aquele construído pela formação histórica da luta e identidade dos sujeitos.

Ademais, ao abordar as políticas públicas, buscou-se no trabalho traçar uma diferenciação entre a reforma agrária como fato normativo e a reforma agrária popular proposta pelo MST, que não exclui a primeira como instrumento mas a condiciona através da proposta do MST. Um processo que inclui um conjunto de relações políticas e sociais, para ensejar uma dinâmica transformadora no que diz respeito a questão agrária no Brasil, usando de exemplo a própria conquista do PDS da BARRA que representa o mais próximo da proposta do movimento, no que concerne as

articulações da sociedade civil e poder institucional para a conquista da área e a construção de suas determinações ambientais.

Seguindo, procurou-se abordar alguns programas e políticas governamentais e sua implementação nos assentamentos, buscando analisar qualitativamente os impactos no território, enfatizando algumas debilidades estruturais criadas pela ineficiência estatal e o reflexo danoso para o desenvolvimento dos assentamentos, bem como analisar algumas políticas como instrumentos ensejadores de processos que garantiram a organização produtiva nos territórios.

Além de uma análise geral das políticas públicas e seus impactos, procurou-se quantificar os dados sobre o PAA executado pelas organizações dos territórios de 2010 a 2020, que demonstram as suas potencialidades, desde o fortalecimento da organização coletiva até a garantia de alimentos a pessoas em situação de vulnerabilidade, devendo dar um destaque a sua importância no combate a fome, principalmente diante do Relatório Rede Pensar (2022), que identificou 125,2 milhões de pessoas vivendo em situação de insegurança alimentar. Demonstrando, a atuação do MST na região com a doação da produção agroflorestal nas periferias, através da periferia viva, que evidenciou a capacidade dos territórios diante da falta do PAA, garantindo mais de 40 toneladas de alimentos as comunidades do município de Ribeirão Preto, a margem também de uma falta de política municipal de aquisição de alimentos da agricultura familiar e camponesa.

O PAA ocupa na pesquisa uma posição de destaque, pois não só representa uma política pública de garantia de alimentos a famílias vulneráveis, mas também reflete em impactos significativos para os territórios de assentamento, no aspecto produtivo contribuindo para amparar as cadeias de produção e comercialização, seja para outros programas como PNAE e PPAIS, ou para o mercado consumidor em geral, garantindo inclusive a segurança alimentar dos camponeses sem-terra que fornecem os produtos para o programa. Por essa importância, que é realizada uma análise em relação a fragilidade do programa diante das mudanças institucionais, que o afetaram diretamente, sendo inclusive alvo de perseguição judicial pela chamada operação Agro-fantasma, que somou-se a outras forças políticas, levando a uma redução drástica de recursos do programa desde 2014.

Destacou-se em conjunto com o PAA a importância da ATER na perspectiva da construção de relações camponês a camponês como ensejadora de uma autonomia dos territórios, refletindo sobre as dificuldades dos serviços de assistência técnica em construir um desenvolvimento territorial, em detrimento de diversas debilidades estruturais que mitigam a capacidade produtiva dos territórios, submetendo a ATER a uma lógica meramente assistencialista, na solução de problemas que competem diretamente a atuação estatal nas garantias fundamentais de estrutura e investimento nos territórios. Foi possível fazer um paralelo, ao demonstrar as experiências que demonstram a aplicabilidade de uma política pública de fomento a ATER que prioriza as relações de troca de saberes, como foi o caso do projeto Agroflorestar, que constituiu-se como base para implantação das agroflorestas no PDS da Barra, e como vem influenciando na construção de novas experiências, com a autonomia e resistência dos próprios camponeses e parceiros da rede agroflorestal. Contudo, também foi possível verificar um prejuízo nos no aspecto social e produtivo, diante da falta de ATER, principalmente no auxílio as soluções para as debilidades, mesmo que numa lógica de atuação contraditória.

Com isso, ao analisar a (des) territorialização das políticas públicas, como sugere o título da pesquisa, buscou-se compreender a relação da formação histórica dos territórios e regionalização de luta pela terra, representada pela organicidade do MST, com as políticas públicas de reforma agrária que são implementadas nestes territórios de assentamentos rurais, discutindo as várias problemáticas de políticas governamentais, e seus impactos à realidade das famílias assentadas, para uma percepção da gama de contradições em meio as dinâmicas de intervenção do Estado, por ação ou omissão, que visam a reprodução do capital, em confronto com as determinações que o MST constrói em um movimento de resistência camponesa.

Portanto, a política pública tem que ser entendida como indissociável das determinações sociais do território, o que quer dizer que o Estado ao implementar a política pública, mesmo que com base em demanda social, não deve retirar a possibilidade de participação dos sujeitos na construção de elementos que visem o desenvolvimento do seu próprio território, com base na sua formação histórica.

É romper com a lógica verticalizada que concebe o conceito de política pública como política de governo ou programa, já que está integrada a uma finalidade ou a

uma problemática, que se insere em meio as relações sociais, e no caso de um assentamento de reforma agrária, que tem uma raiz histórica de luta para recampesinização de territórios rurais, a política pública deve acompanhar essas determinações, se não fará um movimento contrário de desterritorialização, ao negar a conquista de fato por estes sujeitos, submetidos a uma atuação que reproduz a mesma lógica que os marginalizou. O exemplo da atuação do governo do Estado nos assentamentos estaduais sob uma lógica neoliberal, expressa uma das formas de desterritorialização dos camponeses sem terra e da própria reforma agrária, instrumentalizados nas Portarias 50 e 70, e mais recente com a garantia de titulação.

Ademais, não foi abordado na pesquisa o Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária (PRONERA), que tem grande importância na formação de camponeses sem-terra, a partir da oportunidade de acesso a cursos técnicos e a universidade, para graduação e pós-graduação, cujo o retorno para os territórios resulta na qualificação técnica de processos socio produtivos e/ou na potencialização das dinâmicas de interpretação da realidade, que se revertem em instrumentos de luta, seja na defesa das determinações para a transformação social a partir da reforma agrária popular ou no campo do enfrentamento direto à sistemática hegemônica capitalista. De toda forma, o acesso à educação de sujeitos imbuídos de uma materialidade histórica de formação a partir da luta, já é transformador por si só, por viabilizar um direito historicamente negado a classe trabalhadora, possibilitando a apropriação técnica que pode se reverter no desenvolvimento territorial e no fortalecimento da luta popular.

Importante destaque de que a pesquisa demonstra algumas experiências agroecológicas, que partiram da premissa da política pública como instrumento de viabilização de ações concebidas pela organização do território, ou seja, a política não intervém mas interage com a organização para solucionar uma problemática, independente do formato ou atuação de determinado órgão, o foco principal não é uma linha ou um programa de governo, mas ação coletiva que está sendo construída, e assim ensejar a soberania alimentar, entendendo o conjunto de ações e programas governamentais como indissociáveis e transversais, evitando-se a aplicação de diretrizes que não respeitem a materialidade histórica que se funda os territórios e a própria reforma agrária popular na concepção do MST.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. Aziz Ab'Sáber. São Paulo. Ateliê Editorial, 2003.

AGUIAR, Vandei Junqueira de. **Proposta da comuna da terra no assentamento Mario Lago (PDS Fazenda Da Barra) em Ribeirão Preto - SP**. 2011. 1 v. Monografia (Especialização) - Curso de Bacharel em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/monocegeo/monografia_vandei.pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.

ALBUQUERQUE, Lucia de Fátima Costa de. **Dinâmica territorial e conflitualidade nas áreas de hortos florestais**: o caso do horto florestal bela vista. Iperó - SP. 2011. 69 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso Especial de Graduação em Geografia, Convênio Unesp/Incrá/Pronea, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2011.

ALBUQUERQUE, Valéria de Oliveira. **Derrubando cercas, conquistando o chão**: a luta dos assentados da fazenda Boa Sorte. 2000. 104 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – UNESP, Franca, 2000.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposso. **As políticas do governo bolsonaro para o campo**: a contrarreforma agrária em marcha acelerada. Revista Anpege: seção temática - Geografias do Campo Brasileiro: A questão agrária na conjuntura, Brasil, v. 16, n. 29, p. 353-392, 2020.

ALMEIDA, Aparecida Donizetti Tomaz de. **Entrevista II**. [mar. 2021]. Entrevistador: Luciano Botelho Lima. Orlândia/SP, 2021. 2 - Arquivo .mp3 (30 min.).

ALTIERI, Miguel A.. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Revista NERA, ano 15, edição especial - agosto de 2012. São Paulo: FCT/UNESP.

ALY JÚNIOR, Osvaldo. **Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's) e os Desafios na Construção de Novas Políticas de Assentamento**. Retratos de Assentamentos. Araraquara/SP, v. 14, nº. 2, p. 283-303, 2011.

AMARAL, Daniel Tadeu do; FERRANTE, Vera Lucia Silveira B. **Os nós da questão ambiental em PAS e PDS**: desafios e perspectivas. Retratos de assentamentos, v.17, n.2, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3pRLY4y>. Acesso em: 18 ago. 2022.

ANDRADE, Manuel Correia. **A atualidade do pensamento de Élisée Reclus**. In: Élisée Reclus. Organização de Manuel Correia de Andrade. Coordenação de Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Ática, 1985, p. 7-36.

ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJU (Brasil). Foto. Serra Azul, 28 set. 2022. Facebook: Assentamento Sepé Tiaraju. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=602312904922380&set=a.602312871589050>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BELLACOSA, Julia Marques; HOFFMANN, Martin. **O cerco dos canaviais: contradições e conflitos nos assentamentos rurais.** Agrária (São Paulo. Online), [S. l.], n. 13, p. 111-136, 2010. DOI: 10.11606/issn.1808-1150.v0i13p111-136. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/45572>. Acesso em: 22 jan. 2023.

BIANCHINI, Lia. **Agricultores do Paraná são absolvidos pela Justiça e acusam perseguição de Moro.** Brasil de Fato. Curitiba (Pr), p. 1-1. 20 mar. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/20/agricultores-do-parana-sao-absolvidos-pela-justica-e-acusam-perseguiacao-de-moro>. Acesso em: 05 set. 2022.

BORELLI FILHO, Dorival, SOUZA, José Gilberto de. **Espacialização e territorialização do agronegócio sucroalcooleiro e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Região de Ribeirão Preto/SP (1998-2012).** Retratos de Assentamentos, v.16, n.2, 2013, p. 37 – 69. Araraquara, 2013.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Conheça os critérios para ranqueamento das propostas de projetos do Programa de Aquisição de Alimentos.** 2021. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/4255-conheca-os-criterios-para-ranqueamento-das-propostas-de-projetos-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9424, de 26 de junho de 2018. Regulamenta o inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a concessão de créditos de instalação de projetos de assentamento aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária. Brasil. **Diário Oficial da União - Seção 1, Página 4, Brasília DF, 27 jun. 2018.**

BRASIL. Fnde. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar: histórico.** Histórico. [2023]. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>. Acesso em: 02 jun. 2022.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Data de atualização: 31/12/2017. Diretoria De Gestão Estratégica -De Coordenação-Geral De Monitoramento E Avaliação Da Gestão -DEA Superintendência Regional São Paulo -SR 08 Assentamentos. **Informações Gerais SR CÓD. PA NOME PA CÓD. IBGE MUNICÍPIO CAPACIDADE FAM. ASSENT.** Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=8&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=1>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Avaliação da situação de assentamentos da reforma agrária no Estado de São Paulo: fatores de sucesso ou insucesso.** 2013. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7635/1/RP_Avalia%C3%A7%C3%A3o_2013.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências: lei de segurança alimentar e nutricional. **Diário Oficial da União** - Seção 1, Página 1, Brasília DF, 18 set. 2006. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. MAPA. INCRA. **Infraestrutura de assentamentos.** In: Infraestrutura de assentamentos. [S. l.], 2020. Disponível em: http://www.incra.gov.br/infraestrutura_assentamentos. Acesso em: 14 mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social Família e Combate a Fome. . **Mapa InSAN.** Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/caisan/monitoramento-da-san/mapa-insan-1>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. MDS. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** 2022. <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em 08 jul. 2022

BRUNELLI JÚNIOR, João; VIGANÓ, Vivaldo Alberto; MORAES, Marcia Cristina, (coord) et. al. **Perfil da Gestão das Propriedades Rurais de Pequeno Porte no Estado de São Paulo**, Campinas, CATI/CDRS, 2021. 346p. Ilus. 210cm (Documento Técnico).

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Por uma agricultura camponesa.** Agroecol2016. Dourados -MS, 2016. Disponível em: <https://www.cpao.embrapa.br/cds/agroecol2016/PDF's/Trabalhos/Por%20uma%20Agricultura%20Camponesa.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CAMACHO, Rodrigo Simão; CUBAS, Tiago E. A.. **A recriação dos territórios camponeses por meio da produção de alimentos e energia:** experiência do MPA em Frederico Westphalen-RS. Agrária, São Paulo, v. , n. 15, p. 4-44, 2011.

CAPORAL, Francisco Roberto; PETERSEN, Paulo. **Agroecologia e políticas públicas na América Latina:** o caso do Brasil. Agroecología, [s. l.], ed. 6, p. 63-74, 20 jan. 2020. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Agroecologia%20e%20políticas%20publicas%20na%20America%20Latina,%20o%20caso%20do%20Brasil%20-%20Francisco%20Caporal,%20Paulo%20Petersen.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

CARVALHO, Keila L. **Para além da Política Pública:** reflexões em torno de uma experiência de Economia Solidária. Campinas: Revista Idéias, n. 9, nova série, |2º semestre 2014, p. 217-236. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649436/15991>. Acesso em 15 jan. 2022.

CERDEIRA, Antonio Luis, PESSOA, Maria Conceição Peres Young, GOMES, Marco Antonio Ferreira, BOLONHEZI, Denizart, SOUZA, Manoel Dornelas de, NETO, Carlos Fajani. **Proposta de Boas Práticas Agrícolas para as Áreas de Afloramento do Aquífero Guarani em Ribeirão Preto. SP.** EMBRAPA, 2007. Disponível em:

https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPMA/7111/1/documentos_65.pdf. Acesso em 24 mai 2021.

CONTEL, Fabio Betioli. **As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990)**. Terra Brasilis, [S.L.], n. 3, p. 1-20, 25 jun. 2014. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/terrabrasilis.990>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/990#article-990>. Acesso em: 20 set. 2022.

DOLCE, Julia. **Assentamento do MST é fortalecido pelo programa Ecoforte**. Brasil de Fato. 06 jul. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/07/06/assentamento-do-mst-vive-beneficios-do-programa-ecoforte>. Acesso em: 22 fev. 2023.

DURVAL, Henrique Carmona, FERRANTE Vera Lucia Silveira Botta. **Avanços e desafios na implementação de assentamentos PDS em São Paulo**: agentes e conjunturas políticas. Retratos de Assentamentos, vol. 19, no. 1, Jan.-Jun 2016.

ESTRADA da fazenda Boa Sorte em Restinga será asfaltada. Folha de Franca. Franca (Sp), p. 0-0. 1 jul. 2022. Disponível em: <https://folhade Franca.com.br/regiao/estrada-da-fazenda-boa-sorte-em-restinga-sera-asfaltada/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Territorialização Do MST - Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil**. Revista Nera, [S. l.], n. 1, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i1.1495. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1495>. Acesso em: 10 set. 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. (Dissertação Mestrado) Departamento de Geografia da Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e territorialização**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano; COSTA NETO, Canrobert. **Das ocupações de terra à reforma agrária**: territorialização, renda capitalizada e sobre-trabalho. Revista Margem Esquerda: ensaios marxistas, Boitempo, São Paulo, ed. 2, p. 83-94, 2004. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Fernandes%20%20Costa-Neto%202004%20Das%20ocupa%C3%A7%C3%B5es%20%C3%A0%20RA.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do Território**. In Campesinato e Território em disputas. Paulino, Eliane Tomiasi & Fabrini, João Edmilson (Org.) São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FILGUEIRAS, Luiz. **Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no brasil atual**. Caderno Crh, [S.L.], v. 31, n. 84, p. 519-534, dez. 2018.

FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-49792018000300006>.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/prNZGxT4CTRnq5B7yQxbp7P/?lang=pt#>. Acesso em: 27 jan. 2023.

FIRMINIANO, Frederico Daia. **A formação cultural dos jovens do MST: a experiência do Assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto (SP)**. São Paulo-SP: Editora UNESP, 2009. 290 p. v. 1. ISBN 978-85-7983-043-3. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/109132/ISBN9788579830433.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 22 dez. 2019.

FREITAS, Elisa Pinheiro de. **Agricultura Camponesa no território do agronegócio: um estudo sobre os Sem Terra de Serra Azul e Ribeirão Preto (SP)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GCA SEPÉ TIARAJU (Serra Azul). S.i. 4 jun. 2020. Instagram: @gca_sepe.tiaraju. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CBBsIK2ptB4/>. Acesso em: 1 mar. 2023.

GONÇALVES, Pedro Wagner. SICCA, Natalina Aparecida Laguna. FERNANDES, Silvia Aparecida de Sousa. FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan.

Inovações didáticas e a concepção de natureza: a pesquisa colaborativa e o desenvolvimento profissional do professor. Educação. UNISINOS, São Leopoldo, v. 17, n. 03, p. 250-260, dez. 2013. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-62102013000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 05 mar. 2023.

GRISA, Catia; PORTO, Silvio Isopo. **Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural**. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2015. p. 155-180.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

IBS, Insituto Biosistemico. **Plano de Recuperação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Barra. Ribeirão Preto-SP**. INCRA, São Paulo, 2014.

IBS, Instituto Biosistemico. **Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento Orlândia (Aparecida Segura)**. Orlândia-SP: INCRA, São Paulo, 2016.

IGC. IGC – **Mapa das Regiões Administrativas e Metropolitanas**. Disponível em: <http://www.igc.sp.gov.br/produtos/regioes_adm.html>. Acesso em: 5 jun. 2022.

IHA, Mônica Hashimoto. **A apropriação da agrofloresta na afirmação da reforma agrária: um estudo sobre o processo de recampesinização no Assentamento Mário Lago Em Ribeirão Preto-SP**. 2017. 311 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Humana, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em:

https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-13042017-101047/publico/2017_MonicaHashimotolha_VCorr.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

JUNQUEIRA, Vitor Hugo. **O papel do Estado na expansão do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto -SP**. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 19, ed. 31, p. 51-71, Mai-Ago 2016. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/3630/3414>. Acesso em: 7 jan. 2020.

LAVRATTI, Edivar Cleiton. **Extensão rural**: Elementos da Psicopedagogia Aplicada ao Campo. Trabalho de Conclusão de Curso. Brasília: UCB, 2016.

LIMA, Luciano Botelho. **A função socioambiental da propriedade e a consolidação do projeto de desenvolvimento sustentável da barra em Ribeirão Preto -SP**. VIII simpósio sobre reforma agrária e questões rurais terra, trabalho e lutas no século XXI: projetos em disputa. Anais UNIARA, Araraquara. 2018. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/Sessao5A.html. Acessado em 25 maio 2021.

LIMA, Neusa Paviato Botelho. **O programa de aquisição de alimentos (PAA) e seu impacto no processo de desenvolvimento socio-produtivo de famílias assentadas**: estudo de caso no Assentamento 17 de Abril - Restinga/SP. Trabalho de conclusão do curso (Bacharelado e licenciatura em Geografia) - Universidade Estadual Paulista " Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, Presidente Prudente, 2011.

LIMA, Neusa Paviato Botelho. **Periferia viva e agroecologia na terra da cana**: ações de solidariedade do movimento dos trabalhadores rurais sem terra e rede agroflorestal da região de ribeirão preto/sp. 2021. 17 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu –Especialização em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (Sc), 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/224522/TCC%20NEUSA%20PAVIATO%20BOTELHO%20LIMA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 fev. 2023.

LOPES, Antonio Wagner Pereira; CARMO, Maristela Simões do; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta. **Assentamentos rurais e práticas ecológicas**: uma análise em duas modalidades diferenciadas de assentamento. Cadernos Ceru, [s. l], v. 5, n. 26, p. 41-55, dez. 2015.

MESSERSCHMIDT, Namastê. **Curso de agrofloresta no assentamento mário lago**. Ribeirão Preto: Namastê Agroflorestal, 2017. (10 min.), Youtube, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IGPkAVIF7Lw> . Acesso em: 20 maio 2021.

MESSERSCHMIDT, Namastê. **Reforma agrária agroflorestal**: reforma agrária trazendo gente e floresta pro campo!. 19 dez. 2020. Instagram: namasteagroflorestal. Disponível em: https://www.instagram.com/tv/Cl-wLuPHaU_/?igshid=11rvurtu44e61 . Acesso em: 20 maio 2021.

MORADORES DE **assentamento questionam condições de estrada que leva crianças às escolas**. Tribuna. Ribeirão Preto, p. 0-0. 2 fev. 2022. Disponível em: <https://www.tribunaribeirao.com.br/site/moradores-de-assentamento-questionam-condicoes-de-estrada-que-leva-criancas-as-escolas/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MOREIRA, Ruy. **Marxismo e Geografia**: a geograficidade e o diálogo das ontologias. *Geographia*, [s. l], n. 11, ano 6, p. 21-37, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13466/8666/52814>. Acesso em: 28 jan. 2023.

MST **Já doou mais de 7 mil toneladas de alimentos desde o início da pandemia**: MST. Brasil. 12 set. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/09/12/mst-ja-doou-mais-de-7-mil-toneladas-de-alimentos-desde-o-inicio-da-pandemia/#:~:text=Assim%2C%20por%20meio%20da%20organiza%C3%A7%C3%A3o,2%20milh%C3%B5es%20de%20marmitas%20solid%C3%A1rias>. Acesso em: 20 fev. 2023.

MST, **Reforma Agrária**. Página do MST, Brasil, 2007. Disponível em: <https://mst.org.br/editoria/reforma-agraria/>. Acesso em: 19 jan. 2020.

MST. **“Governo precisa dobrar valor anual do PAA”, diz dirigente do MST**. Página do MST, Brasil, 2012. Disponível em: <https://mst.org.br/2012/05/18/governo-precisa-dobrar-valor-anual-do-paa-diz-dirigente-do-mst/>. Acesso em: 01 de ago. de 2022.

NAKANO, Nataly Mieko; MEIRA, Gabriel de Sousa; RODRIGUES, Bárbara Faustino; ZAGUI, Guilherme Sgobbi; MACHADO, Gabriel Pinheiro; SILVA, Thaís Vilela; DELLA TORRE, Guilherme Carnio; SANTOS, Danilo Vitorino dos; LEIPNER, Maria Lúcia Pontin; MACHADO, Carolina Sampaio; MESCHÉDE, Marina Smidt Celere; MUÑOZ, Susana Inés Segura. **Saúde e meio ambiente**: um estudo sobre a qualidade da água em um assentamento rural em ribeirão preto, sp. *Enfermagem Brasil*, [S.L.], v. 21, n. 6, p. 740-752, 7 jan. 2023. Convergences Editorial. <http://dx.doi.org/10.33233/eb.v21i6.5279>. Disponível em: <https://convergenceseditorial.com.br/index.php/enfermagembrasil/article/view/5279/8301>. Acesso em: 15 fev. 2023.

ÓAÊ (Brasil) (ed.). **Sobre o PNAE**. Disponível em: <https://alimentacaoescolar.org.br/o-pnae/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

OLIVEIRA, Antonio Eduardo Alves de. **Marxismo e questão regional**. Lutas Sociais, São Paulo, v. 19, n. 35, p. 112-128, jul./dez. 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A “não reforma agrária” do MDA/INCRA no governo Lula**. CIRADR-FAO, Porto Alegre-RS, 2006.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão Rural no Brasil**: uma abordagem histórica da legislação. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008.

PEREIRA, Barbara Elisa.; DIEGUES, Antonio Carlos. **Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010. Editora UFPR, 2010. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/made/article/download/16054/13504>. Acesso em 28 ago. 2022.

PERIN, Gabriela; ALMEIDA, Ana Flávia Cordeiro S. de; SPÍNOLA, Paulo Asafe Campos; PELLA, Antônio Fernando Costa; **A evolução do programa de aquisição de alimentos (PAA): uma análise da sua trajetória de implementação, benefícios e desafios**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada., 2021. 113 p.

PROJETO VEREDAS (org.). **Projeto Veredas**. 15 dez. 2017. Facebook: Projeto Veredas. Disponível em: <https://fb.watch/5KmhZbe9o-/> . Acesso em: 20 maio 2021.

REDE PENSAN. **Insegurança Alimentar e COVID-19 no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Rede PENSAN, 2022. 112 p. v. 1. ISBN 978-65-87504-50-6. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

RMRP. Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP). **PDUI-RMRP** (Região Metropolitana de Ribeirão Preto). [2023]. Disponível em: <https://rmrp.pdui.sp.gov.br/?page_id=127>. Acesso em: 22 fev. 2023.

SALES, Juliana de oliveira. **O caso do Programa de Aquisição de Alimentos e da operação Agro-fantasma: entre o desenvolvimento rural e a violência institucionalizada**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2018.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa [et al.] org. **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**— Brasília: Ipea, 2014.

SANCHES, Nanashara D'ávila; SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. **O uso da pesquisa-ação como metodologia para a compreensão e a atuação nos processos de remoção e reassentamento de comunidades vulneráveis**. In: PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo; RAMIRES, Julio Cesar de Lima (org.). **Pesquisa Qualitativa: aplicações em geografia**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2017. Cap. 16. p. 413-430. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/172820/001061029.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 fev. 2023.

SANSOLO, Davis Gruber. **Significados da paisagem como categoria de análise geográfica**. in anais do VII Encontro da ANPEGE. Niterói 2007.

SÃO PAULO, Estado. **Lei nº 10207, de 8 de janeiro de 1999**. Cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP e dá outras providências correlatas. Diário Oficial do Estado de São Paulo: seção 1, São Paulo SP, n. 109, p.3, 11 jan. 1999.

SÃO PAULO, Estado. **Lei nº 14.591, de 14 de novembro de 2011**. Cria o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social - PPAIS. Diário Oficial do Estado de São Paulo: seção 1, São Paulo SP, v. 121, n. 196, p.1, 15 out. 2011.

SÃO PAULO. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Secretária de Agricultura e Abastecimento. **Cooperativa de Ribeirão Preto recebe veículos para melhorar o escoamento da produção, com recursos do Projeto Microbacias II**.

2017. Disponível em: <https://www.cati.sp.gov.br/portal/imprensa/noticia/cooperativa-de-ribeiro-preto-recebe-veculos-para-melhorar-o-escoamento-da-producao-com-recursos-do-projeto-microbacias-ii>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SÃO PAULO. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). Secretaria da Justiça e Cidadania. **Com apoio do Itesp, produtores de Restinga cultivam mais de 1 milhão de pés de café**. 2020. Disponível em: <https://www.itesp.sp.gov.br/?p=8003>. Acesso em: 05 fev. 2023.

SÃO PAULO. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). Secretaria da Justiça e Cidadania. **PPAIS chega a R\$ 6 milhões em comercialização e caminha para ter melhor ano da história**. 2020. Disponível em: <https://www.itesp.sp.gov.br/?p=7945>. Acesso em: 05 fev. 2023.

SCHMITT, Claudia Job; GRISA, Catia. **Agroecologia, mercados e políticas públicas**: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. In: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado (org.). Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. p. 215-265. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Livro-AGROECOLOGIA-FINAL-IMPRESSO.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2022.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2a edição. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, Ana Carla da Silva. **Entrevista III**. [mar. 2021]. Entrevistador: Luciano Botelho Lima. Orlândia/SP, 2021. 3 - Arquivo .mp3 (30 min.).

SILVA, Jorge Henrique Moraes da; ALY JUNIOR, Osvaldo. **A ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) nos assentamentos federais**: uma leitura sobre os serviços do INCRA-SP. VIII Simpósio sobre reforma agrária e questões rurais: terra, trabalho e lutas no século xxi: projetos em disputa, Araraquara-SP, 06 a 08 de junho 2018. Anais, Sessão 7 B.

SILVA, Regina Lúcia Paulino da; SOUZA, José Gilberto de. **A consolidação do ser social nos assentamentos - da construção coletiva à individualização**. Revista Formação, [s. l], v. 1, n. 15, p. 147-158, 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/742/759>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão de literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 fev. 2023.

STEDILE, João Pedro ;CARVALHO, Horacio Martins de. **Soberania Alimentar**. In CALDARTE, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTO, Gaudêncio. (organizadores). p. 716-725. Dicionário de Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

STEDILE, João Pedro.(org.) **“Quando eu tiver a terra”:: 200 anos em busca da reforma agrária. 200 anos em busca da Reforma Agrária.** 2022. Página do MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/04/29/quando-eu-tiver-a-terra-200-anos-em-busca-da-reforma-agraria/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

TAVARES, Simone Fernandes; INO, Akemi. **Análise da relação entre conflitos interpessoais e construção coletiva da habitação:** caso: assentamento rural sepé tiaraju, serra azul - sp. In: V ENCONTRO NACIONAL E III ENCONTRO LATINO-AMERICANO SOBRE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS, 2009, Recife. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319881396_Analise_da_relacao_entre_conflitos_inter-pessoais_e_construcao_coletiva_da_habitacao_Caso_Assentamento_Rural_Sepe_Tiaraju_Serra_Azul-SP. Acessado em 10 set. 2022.

TEIXEIRA JÚNIOR, Milton Marcondes. **O papel do jovem na agricultura familiar no Assentamento Sepé Tiarajú - SP.** 2019. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca -S`p, 2019.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** Revista AATR-BA. 2002.

UNAESP. **Reunião com os Assentados em Cordeirópolis, Casa Branca, Motuca, Restinga e Bauru SP.** Discutindo políticas públicas para os Assentamentos. São Paulo, 06 abr. 2022. Facebook: união dos assentamentos do estado de são paulo. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=159679309784330&set=pcb.159679429784318>. Acesso em: 15 fev. 2023.

VALE, Samila Bernardi do. **O assentamento Dezessete de Abril e seu projeto de escola integral para o campo.** Dissertação de Mestrado, São Carlos: UFSCar,2011.

WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada:** as raízes paulistas do movimento sindical camponês no brasil, 1924-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ZARREF, Luiz. **Agroecologia e o MST.** 2018. Página do MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/10/24/agroecologia-e-o-mst/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

ZONETTI, Vitor Moretti. **O desenvolvimento do Projeto Agroflorestar no Assentamento Mário Lago:** dos processos de aprendizagem à transformação da atividade. 2019. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.